



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

## **ORIENTAÇÃO**

Senhores Licitantes/Fornecedores,  
Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**

A imagem mostra a interface do sistema Compras.gov.br. No topo, há uma barra de navegação com o logo do sistema e informações de usuário. Abaixo, o título 'Compras eletrônicas' é seguido por duas abas: 'Minhas participações' e 'Todas as compras'. O conteúdo principal apresenta uma seção de busca com o texto: 'Nesta seção você poderá encontrar as compras em qualquer etapa. Caso queira uma consulta mais específica, basta refinar os parâmetros de pesquisa logo abaixo.' Abaixo disso, há um formulário com os seguintes campos: 'Situação' (com opções 'Em andamento' selecionada e 'Finalizadas'), 'Etapa' (com opções 'Abertas para participação' selecionada, 'Em disputa' e 'Em seleção de fornecedores'), 'Modalidade' (menu suspenso com 'Todas as modalidades'), 'Critério de julgamento' (menu suspenso com 'Todos os critérios de julgamento'), 'Unidade compradora' (campo de texto) e 'Número da compra' (campo de texto com exemplo 'Ex: 000000'). Um botão 'Pesquisar' está à direita do formulário.

- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

**Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

**LICITAÇÃO N.º 90.017/2024**  
**Pregão Eletrônico – Registro de Preços**  
**Protocolo n.º 24.238/2022 (PAD)**

**ABERTURA DA LICITAÇÃO**  
**DIA 05/06/2024 às 14:00 HORAS**

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por lote/item**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **5 (cinco) de junho de 2024, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet ([Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras) - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição:

- a) O **Termo de Referência – Anexo I**;
- b) A **Relação de Responsabilidades e Requisitos por Item de Serviços – Anexo II**;
- c) O **NMS - Níveis Mínimos de Serviços – Anexo III (A – B – C)**;
- d) As **Planilhas de Custo e Formação de Preços – Anexo IV (A – B – C – D)**;
- e) A **Declaração de Opção Sistemática das Contribuições Previdenciárias – Anexo V**;
- f) O **Acordo de Banco de Horas – Anexo VI**;
- g) O **Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo VII**;
- h) A **Declaração de Inexistência de Nepotismo – Anexo VIII**;
- i) A **Declaração de Não Filiação Partidária – Anexo IX**;
- j) As **Propostas Detalhadas – Anexo X (A – B – C – D)**;
- k) A **Ata de Registro de Preços – Anexo XI**;
- l) A **Minuta de Contrato – Anexo XII**.

## 2. DO OBJETO

2.1. **Registro de Preços para contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC**, com alocação de profissionais em Postos de Trabalho, vinculados a Resultados, com aplicação de Níveis Mínimos de Serviços, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO**

#### **3.1. Poderão participar deste certame as empresas:**

- a) que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores;
- b) cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

**3.1.1.** Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

#### **3.3. Não poderá participar desta licitação:**

##### **3.3.1. Pessoa física.**

**3.3.2.** Sociedade Cooperativa, considerando o objeto a ser licitado e a natureza jurídica das cooperativas (art. 442, § único da CLT) - "inexistência do vínculo empregatício entre elas e seus associados e nem entre estes e os tomadores de serviço daquela".

**3.3.3.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

##### **3.3.4. Entidades empresariais reunidas em consórcio<sup>1</sup>.**

**3.3.5.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**3.3.6.** Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**3.3.6.1.** O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.3.7.** Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos

<sup>1</sup> Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**3.3.7.1.** A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.3.8.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**3.3.9.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**3.3.10.** Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.3.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**3.3.12.** Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.3.12.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.4.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.5.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/05, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.6.** A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

**3.6.1.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

**3.7.** A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

**3.7.1.** O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.7.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.8.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.9.** Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto desta contratação, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

#### 4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS<sup>2</sup>

**4.1.** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item (valor do posto/mês)**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

**4.1.1.** Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

**4.2.** A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

**4.3.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

<sup>2</sup> A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

**4.4. Os valores totais máximos unitários aceitáveis para cada item que compõe os lotes constam no quadro resumo abaixo e Planilha de Custos e Formação de Preços constantes no Anexo IV (A, B, C e D).**

LOTE 1 – Sustentação de Infraestrutura		
ITEM	Descrição	Valor mensal unitário máximo aceitável por posto
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados - Sênior - 35h CBO - 2124-10	R\$ 22.026,12
2	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática - Sênior - 35h CBO - 3132-20	R\$ 7.420,80
3	Administrador de Sistemas Operacionais - Sênior - 35h CBO - 2123-15	R\$ 23.468,97

LOTE 2 – Inovação e Melhoria Contínua		
ITEM	Descrição	Valor mensal unitário máximo aceitável por posto
4	Analista de Sistemas de Automação - Pleno - 35h CBO - 2124-25	R\$ 15.703,07
5	Analista de Suporte Computacional - Pleno - 35h CBO - 2124-20	R\$ 12.956,64
6	Cientista de Dados - Master - 35h CBO - 2031-05	R\$ 32.857,18

LOTE 3 – Segurança da Informação		
ITEM	Descrição	Valor mensal unitário máximo aceitável por posto
7	Administrador em Segurança da Informação - Júnior - 35h CBO - 2123-20	R\$ 15.760,82
8	Administrador em Segurança da Informação - Pleno - 35h CBO - 2123-20	R\$ 18.801,28

ITEM	Descrição	Valor mensal unitário máximo aceitável por posto
9	Gerente de Projetos de TI - 35h CBO - 1425-20	R\$ 34.792,62

**4.4.1. Da fixação de piso salarial:** A fixação excepcional de piso salarial acima do piso estabelecido na CCT justifica-se em função dos serviços serem prestados de forma presencial, bem como da dificuldade de recrutamento de profissionais no perfil solicitado, reportada por empresas consultadas quando do levantamento de mercado. Além disso, tem o objetivo de preservar os padrões de qualidade dos serviços prestados, prevenir a alta rotatividade de mão de obra e evitar disparidades entre salários.

**4.4.2.** Desta forma, estando a equipe estável, há maior controle para o Gestor, quando da identificação dos responsáveis, no caso de eventuais vazamentos de informações/ dados, bem como melhor aproveitamento da experiência no órgão.

**4.4.3.** Conforme Estudos Técnicos Preliminares, o piso salarial referencial dos postos de trabalho foram extraídos das [Portarias SGD/MGI nº 1.070, de 1º/junho/2023](#), exceto os seguintes:

**4.4.3.1. Item 2** – Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior (CBO 3132-20): Piso salarial fixado com base na CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023, utilizada para balizar a estimativa de preços do TRE-PR, uma vez que o valor do piso praticado na CCT (R\$ 2.657,55 para 40h) é maior do que o valor do piso praticado na P SGD/MGI 1070/23 (R\$ 2.328,98 para 40h).

**4.4.3.2. Item 6** – Cientista de Dados Master, que se baseou em pesquisa de mercado; e

**4.4.4. Item 9** – Gerente de Projetos de TI, que se baseou na [Portaria SGD/MGI n. 750, de 20/março/2023](#).

**4.4.5.** O licitante não poderá ofertar valor de salário inferior aos parâmetros mínimos indicados na planilha de custos.

**4.4.5.1.** A saber, o piso salarial fixado para os postos desta contratação:

ITEM	Especificação do Posto de Serviço	CBO de Referência	Piso Salarial
<b>LOTE 1 – SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA</b>			
1	Analista de Redes e Comunicação de Dados – Sênior – 35h	2124-10	R\$ 8.706,81
2	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática – Sênior – 35h	3132-20	R\$ 2.657,55
3	Administrador de Sistemas Operacionais – Sênior – 35h	2123-15	R\$ 9.299,35
<b>LOTE 2 – INOVAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA</b>			
4	Analista de Sistemas de Automação – Pleno – 35h	2124-25	R\$ 6.110,13
5	Analista de Suporte Computacional – Pleno – 35h	2124-20	R\$ 4.982,26
6	Cientista de Dados – Master – 35h	2031-05	R\$ 13.154,80
<b>LOTE 3 – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO</b>			
7	Administrador em Segurança da Informação – Júnior – 35h	2123-20	R\$ 6.133,85
8	Administrador em Segurança da Informação – Pleno – 35h	2123-20	R\$ 7.382,47
9	Gerente de Projetos de TI – 35h	1425-20	R\$ 13.949,62

**4.4.6.** Deverá ser apresentada a planilha detalhada da composição de custos<sup>3</sup> - Proposta Detalhada (modelo anexo X - A, B, C e D), devendo ser utilizada a

<sup>3</sup> Quanto ao preenchimento das planilhas, informamos que:

respectiva Convenção Coletiva de Trabalho da Classe, que abranja o local da prestação dos serviços, a qual deverá ser encaminhada juntamente com a planilha (conforme item 7.5).

**4.4.6.1.** A licitante que for optante pelo Simples Nacional, ao formular a Proposta Detalhada (Anexo X - A, B, C e D), não poderá desfrutar dos benefícios do regime de tributação do Simples em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/06. Ou seja, deve apresentar sua proposta já de acordo com o regime jurídico em que será firmado o contrato.

**4.4.6.1.1.** Em razão do disposto no item anterior, a licitante que sagrar-se vencedora do certame, deverá, para efetivação da contratação, apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a contratação de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional) à Receita Federal do Brasil.

**4.4.6.2.** No caso de empresa que seja optante pela sistemática de contribuição previdenciária sobre a receita bruta em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento (Desoneração da Folha de Pagamento), nos termos da Lei nº 12.546, de 14/12/2011, a licitante deverá encaminhar, junto com a Proposta Detalhada (Anexo X – A, B, C e D), declaração de opção, conforme prevê o art. 10º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 2053, de 06/12/2021 (conforme Modelo de Declaração constante no Anexo V).

**4.4.6.3.** A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado, conforme item 1.2 do Termo de Referência.

**4.4.6.4.** Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

**4.4.6.5.** Para a composição de preços deverão ser observados, entre outros aspectos, o pagamento de salário não inferior ao previsto na Convenção Coletiva, bem como custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre a mão de obra utilizada, tais como: vale-transporte; vale-alimentação (se previsto na Convenção Coletiva) ou outros benefícios legais ou convencionais; outros custos decorrentes do desempenho técnico, comercial, operacional, competitividade e lucro praticado pelo licitante; tributos e contribuições incidente, materiais e insumos, despesas administrativas e operacionais.

**4.4.7. Para fins de elaboração da proposta a licitante deverá utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho vigente na data da publicação do certame licitatório.**

**4.4.8. Dos custos estimativos:** estão previstos, para toda a vigência

- a) Os índices deverão ser incluídos pela licitante observando a categoria profissional abrangida na contratação e as peculiaridades do respectivo Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.
- b) Quando da apresentação de índices diferentes aos apresentados na planilha paradigma, a licitante deverá apresentar a memória de cálculo referente, comprovando os valores inseridos na mesma.
- c) Alertamos para o fato de que as alíquotas da COFINS e PIS deverão corresponder ao regime tributário de cada empresa, ou seja, lucro real ou lucro presumido, conforme o caso.
- d) Não deverão constar nesta planilha despesas relativas às parcelas dos tributos IRPJ e CSLL, conforme determinado pelo Acórdão TCU-950/2007.



da Ata de Registro de Preços, os valores abaixo informados, que não deverão integrar o valor da proposta (não farão parte do critério de julgamento):

**4.4.8.1. Das horas extraordinárias e custos delas decorrentes:** estão previstos, aproximadamente, R\$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais), conforme especificado no item 3.4.1 do Termo de Referência – Anexo I.

**4.4.8.1.1.** Os valores gerados em decorrência da carga horária extraordinária e todos os custos dela decorrentes (como adicionais, vale refeição, transporte, entre outros), apesar de não estarem incluídos na composição de custos da contratação (não fazem parte do julgamento da proposta), deverão constar da planilha de custos UNITÁRIOS apresentada pela Licitante.

**4.4.8.2. Do laudo médico comprobatório da compatibilidade entre a deficiência e o serviço a ser executado, no caso de contratação de pessoa com deficiência:** em obediência aos critérios de sustentabilidade social estabelecidos no item 4.3 do Termo de Referência – Anexo I estão previstos, aproximadamente, R\$ 1.000,00 (um mil) reais.

**4.4.8.2.1.** A licitante deverá informar, em campo próprio da proposta detalhada – (Anexo X - A – B – C – D, aba *Laudos*), o custo da emissão do laudo – limitado a R\$ 100,00 (cem) reais – a ser emitido por um médico do trabalho.

**4.4.8.3.** Havendo na Convenção Coletiva de Trabalho, apresentada pela empresa vencedora, cláusula de benefício vinculado a eventos futuros, de periodicidade diversa da mensal (ex. CCT SINELTEPAR-FETRACONSPAR – prêmio assiduidade), estes somente serão reembolsados mediante comprovação de pagamento pela contratada quando de sua ocorrência (fato gerador), considerando que se trata de um valor variável.

**4.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**4.6.** O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**4.6.1.** Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

**4.7.** Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigará-se à prestação do serviço descrito neste edital.

**4.8.** As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

**4.9.** A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**4.10.** Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

**4.11.** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

**4.11.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

**4.11.2.** Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**4.11.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**4.11.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.11.5.** Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

**4.11.6.** Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.11.7.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

## 6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**6.1.A** partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

**6.1.1. Os lances serão ofertados pelos valores UNITÁRIOS DOS ITENS (posto/mês - entenda-se o valor de um mês de trabalho do posto).**

**6.2. Para os lotes 1, 2 e 3, embora a classificação final seja pelo valor total do lote, a disputa será por item. A cada lance ofertado por item, o sistema atualizará automaticamente o valor total do lote, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o menor valor total para o lote.**

**6.3.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**6.3.1.** A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**6.4.** Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

**6.5.** No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.6.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.7.** A(o) Pregeira(o) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**6.8.** Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

**6.8.1.** A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

**6.8.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**6.8.3.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.8.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.8.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.9.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.10.** No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.10.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

**6.11.** Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

**6.12.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.12.1.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas brasileiras;

b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço estipulado para a contratação.

**7.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**7.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.3.1.** Havendo solicitação de negociação, será encaminhada contraproposta ao fornecedor, que deverá apresentar resposta no período máximo de 30 (trinta) minutos a contar do recebimento da contraproposta.

**7.4.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

**7.4.1.** Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance, e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

**7.4.1.1.** Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.

**7.5.** A licitante classificada em primeiro lugar deverá incluir como anexo em campo próprio do sistema *Compras.Gov*, em até 2 (duas) horas contadas da solicitação do Pregoeiro, a **Proposta Detalhada – Anexo X** - A, B, C e D, em formato “xls.”, devidamente adequada ao lance final e acompanhada:

- a) da CCT (Convenção Coletiva) ou Acordo que embasou sua elaboração e que abranja o local da prestação dos serviços;
- b) da comprovação do percentual de RAT/FAP utilizado.
- c) da Declaração de Opção da Sistemática de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias (conforme anexo V), se for o caso.

**7.5.1.** A licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) solicitados(s) no item 7.5 devidamente configurado(s), e em formato para impressão.

**7.5.2.** Quando da apresentação de índices diferentes dos apresentados na planilha paradigma, a licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo, comprovando os valores inseridos na mesma.

**7.5.3.** O Pregoeiro poderá exigir justificativa do valor ou percentual de qualquer componente da planilha de custo de formação de preços apresentada pela licitante, inclusive as readequações que se fizerem necessárias para aceitação da proposta, nos termos dos artigos 7.8, 7.9 e 9.4 “a” do Anexo VII-A da IN 05/2017/MPDG.

**7.5.4.** O não encaminhamento do documento solicitado ou sua não aprovação ensejará a desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

**7.5.5.** O prazo previsto no item 7.5 poderá ser prorrogado por igual período, em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente<sup>4</sup>.

**7.6.** O(a) pregoeiro(a) efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**.

**7.6.1.** Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 1.2 do Termo de Referência – Anexo I.

**7.6.2.** Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

**7.7.** Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**7.8.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;
- b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

<sup>4</sup> Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 29, §§ 2º e 3º.

**7.8.1.** Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**7.8.1.1.** Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

**7.8.2.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

**7.8.3.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

## **8. DA HABILITAÇÃO**

**8.1.** Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**8.1.1.** Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form)) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

**8.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

**8.1.2.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**8.1.2.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**8.1.3.** Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1 e 4.11.6 deste edital.

### 8.3. A documentação de habilitação consistirá em:

#### 8.3.1.Habilitação jurídica:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.3.2.Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

#### 8.3.3.Habilitação econômico-financeira:

**8.3.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada dos últimos 180 (cento e oitenta)<sup>5</sup> dias até a data de abertura do certame, conforme art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.3.3.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

##### 8.3.3.2.1. Para o Lote 1- Sustentação de Infraestrutura:

- a) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante)

<sup>5</sup> Conforme Decreto nº 84.702 de 13 de maio de 1980.



de, no mínimo, 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado<sup>6</sup> para o quantitativo inicialmente previsto<sup>7</sup> de postos de trabalho, o que corresponde a R\$ 105.789,45 (cento e cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

- b) Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado<sup>8</sup> para o quantitativo inicialmente<sup>9</sup> previsto de postos de trabalho, o que corresponde a R\$ 63.499,07 (sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sete centavos).

#### **8.3.3.2.2. Para o Lote 2 – Inovação e Melhoria Contínua:**

- a) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado<sup>10</sup> para o quantitativo inicialmente previsto<sup>11</sup> de postos de trabalho, o que corresponde a R\$ 122.984,57 (cento e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).
- b) Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado<sup>12</sup> para o quantitativo inicialmente<sup>13</sup> previsto de postos de trabalho, o que corresponde a R\$ 73.820,27 (setenta e três mil, oitocentos e vinte reais e vinte e sete centavos).

#### **8.3.3.2.3. Para o Lote 3 – Segurança da Informação:**

- a) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado<sup>14</sup> para o quantitativo inicialmente previsto<sup>15</sup> de postos de trabalho, o que corresponde a R\$ 69.096,55 (sessenta e nove mil, noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos).
- b) Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado<sup>16</sup> para o quantitativo inicialmente<sup>17</sup> previsto de postos de trabalho, o que corresponde a R\$ 41.474,52 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

#### **8.3.3.2.4. Para o Item 9 – Gerência de Projetos:**

- a) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado<sup>18</sup> para o quantitativo inicialmente previsto<sup>19</sup> de postos de trabalho, o que corresponde a R\$ 69.557,40 (sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos).
- b) Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado<sup>20</sup> para o quantitativo inicialmente<sup>21</sup> previsto de postos de trabalho, o que corresponde a R\$ 41.751,14 (quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos).

<sup>6</sup> R\$ 634.990,68, sendo R\$ 264.313,44 para o item 1, R\$ 89.049,60 para o item 2 e R\$ 281.627,64 para o item 3.

<sup>7</sup> Conforme item 1.4 do Anexo I, 1 posto de trabalho para cada item por 12 (doze) meses.

<sup>8</sup> R\$ 634.990,68, sendo R\$ 264.313,44 para o item 1, R\$ 89.049,60 para o item 2 e R\$ 281.627,64 para o item 3.

<sup>9</sup> Conforme item 1.4 do Anexo I, 1 posto de trabalho para cada item por 12 (doze) meses.

<sup>10</sup> R\$ 738.202,68, sendo R\$ 188.436,84 para o item 4, R\$ 155.479,68 para o item 5 e R\$ 394.286,16 para o item 6.

<sup>11</sup> Conforme item 1.4 do Anexo I, 1 posto de trabalho para cada item por 12 (doze) meses.

<sup>12</sup> R\$ 738.202,68, sendo R\$ 188.436,84 para o item 4, R\$ 155.479,68 para o item 5 e R\$ 394.286,16 para o item 6.

<sup>13</sup> Conforme item 1.4 do Anexo I, 1 posto de trabalho para cada item por 12 (doze) meses.

<sup>14</sup> R\$ 414.745,20, sendo R\$ 189.129,84 para o item 7 e R\$ 225.615,36 para o item 8.

<sup>15</sup> Conforme item 1.4 do Anexo I, 1 posto de trabalho para cada item por 12 (doze) meses.

<sup>16</sup> R\$ 414.745,20, sendo R\$ 189.129,84 para o item 7 e R\$ 225.615,36 para o item 8.

<sup>17</sup> Conforme item 1.4 do Anexo I, 1 posto de trabalho para cada item por 12 (doze) meses.

<sup>18</sup> R\$ 417.511,44.

<sup>19</sup> Conforme item 1.4 do Anexo I, 1 posto de trabalho por 12 (doze) meses.

<sup>20</sup> R\$ 417.511,44.

<sup>21</sup> Conforme item 1.4 do Anexo I, 1 posto de trabalho por 12 (doze) meses.

**8.3.3.2.5.** Sagrando-se vencedora em mais de um lote ou mais de um lote e um item, a licitante, para fins de comprovação de Capital Circulante Líquido e Patrimônio Líquido, deverá apresentar o valor correspondente à soma dos valores exigidos para cada lote/item<sup>22</sup>.

**8.3.3.2.6.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**8.3.3.2.7.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

**8.3.4. Habilitação técnica:** Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, emitido por entidade de direito público ou privado, baseado em contratação anterior pertinente ao objeto, com características similares ou superiores ao deste edital descrevendo se os serviços foram prestados a contento, de maneira eficiente e com qualidade, sem qualquer ressalva prejudicial, comprovando experiência mínima de 12 (doze) meses<sup>23</sup> no recrutamento, alocação e gestão de **1 (um) posto**<sup>24</sup> de trabalho para suporte de nível 3 de serviços de TIC, **para cada item em que a licitante sagrar-se vencedora**;

**8.3.4.1.** Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is).

**8.3.4.2.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se o decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

**8.3.4.3.** Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos.

**8.3.4.4.** Ao TRE/PR será reservado o direito de efetuar diligências a fim de averiguar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), obrigando-se, a licitante, a disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**8.3.5. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

**8.3.5.1.** A comprovação desta habilitação obtida on line pelo(a) pregoeiro(a), que verificará a validade dos documentos.

**8.3.5.2.** Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o(a) pregoeiro(a) poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

**8.3.5.2.1.** Caso o(a) pregoeiro(a) não logre êxito em obter a certidão

<sup>22</sup> Exemplo: se a empresa sagrar-se vencedora para o Lote 1 e item 9 deverá apresentar CCL de, no mínimo, R\$ 175.346,85 (R\$ 105.789,45+ R\$ 69.557,40) e Patrimônio Líquido de, no mínimo, R\$ 105.250,21 (R\$ 63.499,07+ R\$ 41.751,14).

<sup>23</sup> Prazo de contratação estimado para o quantitativo de postos inicialmente previstos.

<sup>24</sup> Quantitativo de postos inicialmente previstos, conforme item 1.4 do Anexo I.

correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, a licitante será convocada a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação<sup>25</sup>.

**8.3.6.** Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.3.6.1.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

#### **8.4. Exigir-se-á das licitantes as declarações:**

a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;

b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

**8.4.1.** As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.11.

**8.4.2.** A licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do(a) pregoeiro(a), os documentos que não constem no SICAF, incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

**8.5.** Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

**8.6.** O prazo previsto nos itens 8.4.2 e 8.5 poderá ser prorrogado por igual período em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de

---

<sup>25</sup> Conforme IN 03/2018 SICAF

ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente<sup>26</sup>.

**8.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.8.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o(a) pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

**8.9.** Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

## **9. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

**9.1.1.** Das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**9.1.2.** Das licitantes que mantiverem sua proposta original.

**9.2.** No prazo de até 1 (um) dia útil contado da homologação da licitação, os interessados em compor o Cadastro de Reserva deverão enviar e-mail para [scon@tre-pr.jus.br](mailto:scon@tre-pr.jus.br), com as seguintes informações:

<b>Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço completo (com CEP):</b>
<b>Telefone:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Nº Conta Corrente:</b>
<b>Nome do Representante Legal (que assinará o contrato):</b>
<b>CPF do Representante Legal (que assinará o contrato):</b>
<b>Número da Licitação:</b>
<b>Número do(s) item(ns) para os quais deseja participar do Cadastro de Reserva:</b>
<b>Valor(es) ofertado(s) para cada item, nos termos do item 9.1.1 e 9.1.2</b>

**9.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das

<sup>26</sup> Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5º.

licitantes registrados na ata.

**9.3.1.** A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada;

**9.3.2.** Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

**9.4.** O chamamento das licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

**9.4.1.** Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

**9.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

**9.4.3.** Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 9.3, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 7 e 8 deste edital.

**9.5.** Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**9.5.1.** Convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**9.5.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**10.2.** O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

**10.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

**10.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência – Anexo I, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será

divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, nos termos do item 9.

**10.8.** Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

## **11. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES ANTES E APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO<sup>27</sup>**

**11.1.** A Contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até 1 (um) dia útil antes do início da prestação do serviço:

**11.1.1.** Em até 1 (um) dia antes do início da prestação de serviço, a declaração constante no anexo VII (Termo de Sigilo e Responsabilidade), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral e as declarações constantes nos anexos VIII e IX (Inexistência de Nepotismo e Não Filiação Partidária).

**11.1.2.** Os documentos acima referidos deverão ser preenchidos e assinados pelo Representante Legal da empresa e pelos profissionais alocados para os serviços.

**11.2.** Apresentar a garantia contratual nos prazos estabelecidos abaixo, no percentual e condições descritos na minuta do contrato – Anexo XII:

- a) Modalidade caução ou fiança bancária: a garantia deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato;
- b) Modalidade seguro garantia: a garantia deverá ser apresentada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de convocação da SCON – Seção de Contratos, após o efetivo pedido de contratação pelos gestores.

## **12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**12.1.** O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br)), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

**12.2.** O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no

<sup>27</sup> Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.

prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

**12.4.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo e-mail [cpl@tre-pr.ius.br](mailto:cpl@tre-pr.ius.br), sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pelo(a) pregoeiro(a).

### **13. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

**13.2.** Após a indicação da empresa vencedora pelo(a) pregoeiro(a) e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, para formalizar o contrato pertinente.

**13.3.** O TRE-PR - SCON convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

### **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** Conforme disposições constantes da minuta de contrato – Anexo XII.

### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** Para cumprimento das obrigações inerentes à contratação, a licitante vencedora deverá apresentar garantia de execução contratual, a qual ficará sob custódia do TRE/PR, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**15.1.1.** O Seguro garantia ou fiança bancária deverão ter número, nome do banco emissor, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

## **15.2. Dos prazos para a apresentação da garantia:**

- a) Modalidade caução ou fiança bancária: a garantia deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato;
- b) Modalidade seguro garantia: a garantia deverá ser apresentada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de convocação da SCON – Seção de Contratos, após o efetivo pedido de contratação pelos gestores.

**15.2.1.** A licitante deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia no prazo estabelecido, sendo que o não cumprimento desta obrigação a sujeitará à aplicação das penalidades cabíveis.

**15.3.** A apólice da garantia contratual deverá conter de forma expressa as coberturas de **EXECUÇÃO CONTRATUAL, VERBAS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS, bem como a de pagamento de multas aplicadas à Contratada**, sob pena de recusa por este Tribunal.

**15.4.** As garantias estabelecidas no item 15.1 deverão ser emitidas em real, apresentar validade de 03 (três) meses além da vigência contratual, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**15.5.** Demais disposições referentes à garantia contratual constam na minuta do contrato – Anexo XII.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa.

**16.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a);

**16.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**16.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**16.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**16.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**16.1.5.** Fraudar a licitação.



**16.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**16.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**16.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**16.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);
- b) Multa aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da contratação;
- c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

**16.2.1.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**16.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.4.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.1 e 16.1.2, a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

**16.5.** Para a infração prevista no item 16.1.3, a licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total adjudicado ou da contratação, conforme o caso.

**16.6.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.4 a 16.1.8, a licitante estará sujeita à multa de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

**16.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1 a

16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**16.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4 a 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1 a 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.9.** Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta do Contrato (anexa a este edital).

**16.10.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**16.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**16.15.** As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**16.16.** A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**16.17.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

## **17. DOS RECURSOS**

**17.1.** Das decisões proferidas pelo(a) pregoeiro(a), caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

**17.2.** A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**17.2.1.** Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

**17.3.** A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

**17.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.5.** Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** O(a) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

**18.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**18.3.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**18.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).

**18.6.** Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

**18.7.** No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

**18.8.** Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

**18.9.** O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

## **19. INFORMAÇÕES**

**19.1.** Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital, na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ([www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)).

**19.2.** Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

**1.** Comissão de Contratação: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou e-mail [cpl@tre-pr.jus.br](mailto:cpl@tre-pr.jus.br);

**2.** Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4796 / 3330-8598 / 3330-8753 ou e-mail [seled@tre-pr.jus.br](mailto:seled@tre-pr.jus.br).

**19.3.** O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 17 de maio de 2024.

**Katia Scrimin Lisboa**  
Pregoeira



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PAD n.:	24238/2022
ETP no doc.:	325164/2023
Integrante Demandante:	GILMAR JOSÉ FERNANDES DE DEUS
Integrantes Técnicos:	MARCOS FÁBIO PORTELA
Integrantes Administrativos:	KETLYN KUHLEMANN

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1. Registro de preços para contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC**, com alocação de profissionais em Postos de Trabalho, vinculados a Resultados, com aplicação de Níveis Mínimos de Serviços, visando atender às necessidades da Justiça Eleitoral paranaense, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

1.1.1. Por se tratar da primeira contratação, não há histórico no TRE-PR.

**1.2. Serviços que compõem a Solução:** Seguem os quadros sintéticos dos serviços, divididos em grupos – para possibilitar a contratação de até 4 (quatro) empresas –, totalizando o quantitativo **máximo** de 26 (vinte e seis) postos de serviço, os quais poderão ser contratados no todo ou em parte, à medida da necessidade deste tribunal, sendo 1 (um) profissional por posto:

LOTE 1 – SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA						
ITEM	Especificação do Posto de Serviço	CBO de referência	Jornada Semanal	Quant. de Meses	Piso Salarial Fixado	SIASG
1	Analista de Redes e Comunicação de Dados – Sênior	2124-10	35	72	R\$ 8.706,81	27014
2	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática – Sênior	3132-20	35	72	R\$ 2.657,55	27103
3	Administrador de Sistemas Operacionais – Sênior	2123-15	35	72	R\$ 9.299,35	27324



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### LOTE 2 – INOVAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

ITEM	Descrição do Posto de Serviço	CBO de referência	Jornada Semanal	Quant. de Meses	Piso Salarial Fixado	SIASG
4	Analista de Sistemas de Automação – Pleno	2124-25	35	72	R\$ 6.110,13	27324
5	Analista de Suporte Computacional – Pleno	2124-20	35	72	R\$ 4.982,26	27324
6	Cientista de Dados – Master	2031-05	35	72	R\$ 13.154,80	27308

### LOTE 3 – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

ITEM	Descrição do Posto de Serviço	CBO de referência	Jornada Semanal	Quant. de Meses	Piso Salarial Fixado	SIASG
7	Administrador em Segurança da Informação – Júnior	2123-20	35	72	R\$ 6.133,85	27324
8	Administrador em Segurança da Informação – Pleno	2123-20	35	72	R\$ 7.382,47	27324

ITEM	Descrição do Posto de Serviço	CBO de referência	Jornada Semanal	Quant. de Meses	Piso Salarial Fixado	SIASG
9	Gerente de Projetos de TI	1425-20	35	48	R\$ 13.949,62	27324

**1.3. Dos quantitativos máximos previstos:** por se tratar de licitação por Registro de Preços, **as quantidades informadas são estimativas máximas**, e o TRE-PR se reserva no direito de contratar o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial ou integral ou até mesmo não contratar o item.

**1.4. Do quantitativo inicial:** a previsão de contratação inicial é de, pelo menos, 12 (doze) meses de trabalho para cada posto, totalizando 108 (cento e oito) meses de trabalho.

1.4.1. Do cálculo para obtenção dos quantitativos para cada item: o cálculo do quantitativo para cada item será aferido conforme modelo de memória de cálculo a seguir apresentado, **a título de exemplo**:

Item 4 – Analista de Sistemas de Automação - Pleno Quantidade Total Registrada na Ata:				72 (setenta e dois) meses de trabalho
(A) Quantidade de Postos contratados	Início da Vigência	Fim da Vigência	(B) Meses de contratação	(C) Quantidade de meses de trabalho = (A) X (B)
1	01/08/2024	01/08/2025	12	12
2	01/10/2024	01/10/2024	24	48
Saldo Disponível (72 - 12 - 48) =				12



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**1.5. Piso Salarial:** A fixação excepcional de piso salarial acima do piso estabelecido na CCT justifica-se em função dos serviços serem prestados de forma presencial, bem como da dificuldade de recrutamento de profissionais no perfil solicitado, reportada por empresas consultadas quando do levantamento de mercado. Além disso, tem o objetivo de preservar os padrões de qualidade dos serviços prestados, prevenir a alta rotatividade de mão de obra e evitar disparidades entre salários.

1.5.1. Desta forma, estando a equipe estável, há maior controle para o Gestor, quando da identificação dos responsáveis, no caso de eventuais vazamentos de informações/ dados, bem como melhor aproveitamento da experiência no órgão.

1.5.2. Conforme Estudos Técnicos Preliminares, o piso salarial referencial dos postos de trabalho foram extraídos das [Portarias SGD/MGI nº 1.070, de 1º/junho/2023](#), exceto os seguintes itens dos quadros do item 1.2:

Item 2 – Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior (CBO 3132-20): Piso salarial fixado com base na CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023, utilizada para balizar a estimativa de preços do TRE-PR, uma vez que o valor do piso praticado na CCT (R\$ 2.657,55 para 40h) é maior do que o valor do piso praticado na P SGD/MGI 1070/23 (R\$ 2.328,98 para 40h).

Item 6 – Cientista de Dados Master, que se baseou em pesquisa de mercado; e

Item 9– Gerente de Projetos de TI, que se baseou na [Portaria SGD/MGI n. 750, de 20/março/2023](#).

1.5.3. O licitante não poderá ofertar valor de salário inferior aos parâmetros mínimos indicados na planilha de custos.

**1.6. Benefícios:** Para fins de estimativa, foi utilizada, como parâmetro de benefícios, a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD<sup>1</sup>, registrada no MTE sob o n. PR001905/2023, alterada pelo Termo Aditivo n. PR002880/2023 – **garantido ao licitante o direito de utilizar em sua proposta o instrumento coletivo ao qual está vinculado.**

**1.7. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação:**

1.7.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 12 (doze) meses.

1.7.2. O prazo de vigência da contratação, para cada contrato firmado, será de até 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 105 ao 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.8. Local e horário da prestação dos serviços:**

1.8.1. Os serviços serão prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba, Paraná.

1.8.2. Os serviços serão prestados nos dias úteis, observada a jornada diária de 7 (sete) horas, em horário a ser definido pelo Gestor ou Fiscal Técnico do contrato, preferencialmente

<sup>1</sup> Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

entre 11h e 20h, acrescido do intervalo intrajornada mínimo.

### 1.9. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como:

- 1.9.1. **Comuns**, pois são serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 1.9.2. **Continuados**, visto que atenderão à necessidade permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO (JUSTIFICATIVA) DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Diante do crescimento progressivo das demandas, a área de Tecnologia da Informação e Comunicação necessita de equipe especializada para apoiá-la na implantação e suporte das ações derivadas do Plano de Transformação Digital, instituído por meio da [Portaria 204/2022-TRE-PR](#).
- 2.2. Há a necessidade de atendimento à [Resolução 396/2021 do CNJ](#)<sup>2</sup> (ENSEC-PJ), a qual prevê em seu artigo 25, dentre outros, a implantação dos seguintes instrumentos:
  - II – O Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PPINC-PJ);
  - III – O Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC-PJ);
  - IV – O Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PLC-PJ).
- 2.3. É fundamental haver especialistas para acelerar o processo de melhoria nos indicadores de governança de TI, cuja regulamentação encontra-se na [Resolução 370/2021-CNJ](#)<sup>3</sup> (ENTIC-JUD).
- 2.4. Os concursos públicos na área de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral, definem somente 03 (três) cargos, quais sejam: Analista Judiciário - Apoio Especializado: Análise de Sistemas e Técnico Judiciário - Apoio Especializado: Programador e ou Digitador, obsoleto este último em virtude da evolução natural das soluções de TIC.
- 2.5. Objetivos a serem alcançados por meio da contratação / benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:
  - a) Eficácia da produtividade, considerando a possibilidade de atendimento mais abrangente às demandas diárias;
  - b) Celeridade na prestação de serviços;
  - c) Qualidade no atendimento aos usuários, por meio de profissionais tecnicamente capacitados;
  - d) Economicidade, gerando melhor custo-benefício diante dos cenários analisados;
  - e) Suprimento da carência de profissionais devidamente capacitados e qualificados tecnicamente, para auxiliar na prestação de suporte aos serviços especializados de sustentação de infraestrutura, inovação e melhoria contínua, gerência de projetos de TIC e segurança cibernética institucional, a fim de reduzir a demanda reprimida por este tipo

<sup>2</sup> Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

<sup>3</sup> Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026, em harmonia com os macrodesafios do Poder Judiciário, em especial com o que estabelece o "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados".





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

de serviço;

- f) Maior dedicação por parte dos servidores da SECTI às tarefas de gestão, visando a área finalística da instituição, inclusive segurança cibernética;
- g) Apoiar a alta gestão na busca de soluções inovadoras e de menor custo, visando melhor performance tanto com o público externo (sociedade) quanto com os usuários internos (juízes, autoridades, servidores e colaboradores de forma geral).

### 2.6. **Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico do TRE-PR:** Alinhamento aos objetivos previstos na [Portaria 451](#), de 07 de dezembro de 2022, *verbis*:<sup>4</sup>

OE 3 – Fortalecimento da segurança do processo eleitoral;

OE 7 – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária;

OE 10 – Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.

### 2.7. **Estudo Técnico Preliminar (ETP):** Este Termo de Referência resulta do ETP elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação.

### 2.8. **Justificativa para agrupamento em lotes, por área de conhecimento (mesma natureza):** A prestação dos serviços agrupados em lote, por uma mesma empresa, tem a finalidade de garantir um mesmo padrão e coerência de resultados na prestação dos serviços, de acordo com cada área de conhecimento. Além disso, possibilita a competitividade sem perda de economia de escala, maior atratividade da contratação para o mercado que detém a expertise, melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados, a forma de adjudicação da contratação (à medida da necessidade), maior eficácia na gestão contratual e economicidade para a Administração.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 3.1. **Descrição dos postos de trabalho:** O objeto compreende a prestação de serviços técnicos especializados de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC nas áreas de **suporte à sustentação da infraestrutura, segurança cibernética institucional, projetos de TIC e melhoria contínua**.

- 3.1.1. Os serviços serão executados mediante alocação de profissionais em postos de serviços, vinculados a resultados, com aplicação de **Níveis Mínimos de Serviços – NMS** estipulados no **Anexo III-A<sup>5</sup>, B e C**;
- 3.1.2. Para o preenchimento dos postos de serviços que vierem a ser contratados, deverão ser observados os perfis discriminados no **Anexo II – Relação de Responsabilidades e Requisitos por Item de Serviços**.
- 3.1.3. Por tratar-se de licitação sob a forma de Registro de Preços, as quantidades são estimativas, conforme Subcláusula 1.3.

<sup>4</sup> [PORTARIA Nº 451, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022. — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)

<sup>5</sup> Uso exclusivo para os postos de trabalho alocados na SEÇÃO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE MICROINFORMÁTICA/ SGEM;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**3.2. Divisibilidade da Solução:** Os serviços ora demandados estão divididos em Lotes distintos, de acordo com características de especialização em comum, a saber, Lote 1 – **Suporte à sustentação da infraestrutura**; Lote 2 – **Inovação e Melhoria Contínua**; Lote 3 – **Segurança da Informação**; e Item 9 – **Gerência de Projetos**.

3.2.1. Os salários dos profissionais a serem alocados **não** poderão ser inferiores ao piso salarial fixado na Planilha de Custos.

3.2.2. O modelo exigirá dedicação de mão de obra exclusiva, com a presença física dos profissionais nas instalações deste Tribunal.

3.2.3. Não haverá subordinação hierárquica entre os servidores do Tribunal e os membros das equipes da Contratada. A interação entre esses profissionais consistirá, essencialmente, na troca de informações necessárias à adequada prestação do serviço. Nesse sentido, vale lembrar que o preposto da Contratada deverá acompanhar o andamento dos trabalhos e se manifestar no caso de eventual desvio nessa relação entre os servidores do TRE-PR e os profissionais da Contratada.

3.2.4. Os serviços serão medidos com base em **Níveis Mínimos de Serviço – NMS – Anexo III-A, B e C**, e nas determinações deste documento.

**3.3. Carga Horária:** a jornada semanal contratada de 35 (trinta e cinco) horas corresponde a 175 (cento e setenta e cinco) horas mensais e a 7 (sete) horas diárias, acrescidas do intervalo intrajornada mínimo, sendo que o horário de início e término da jornada diária será definido pelo Fiscal ou Gestor, conforme Subcláusula 1.8.2.

3.3.1. A Contratada deverá disponibilizar equipamento ou software de **registro eletrônico de ponto** para o controle da frequência dos colaboradores. O referido software deverá estar em conformidade com a Portaria n. 671/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**3.4. Previsão de horas extraordinárias:** A realização de hora suplementar somente será autorizada e paga mediante manifestação expressa do Gestor, salvo nas seguintes hipóteses:

- a) Cerimônia de carga e lacração das urnas;
- b) Simulados obrigatórios;
- c) Véspera e dia de eleição.

3.4.1. Considerando a necessidade da realização de jornada extraordinária por parte dos profissionais, desde já é possível estimar o quantitativo máximo de **160 (cento e sessenta) horas por posto**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cuja soma resulta no máximo de **4.160 (quatro mil, cento e sessenta) horas** estimadas, correspondentes ao valor estimado máximo de **R\$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais)**.

3.4.2. A Contratada deverá controlar a realização das horas suplementares realizadas pelos seus funcionários. As horas suplementares serão pagas à Contratada mediante a prévia apresentação de planilha própria.

3.4.3. Na hipótese de realização de jornada extraordinária de trabalho aos sábados, domingos e feriados, será devido ao empregado o pagamento de vale transporte para todos aqueles que já fazem uso do mesmo, bem como vale alimentação, se previsto em Convenção Coletiva;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 3.4.4. Quando não houver possibilidade de pagamento prévio dos benefícios mencionados no item anterior, o mesmo deverá ser efetuado no máximo até o mês subsequente da realização do serviço extraordinário pelo empregado;
- 3.4.5. Os valores gerados em decorrência da carga horária extraordinária não estão incluídos na composição de custos da contratação, mas deverão constar da planilha de custos UNITÁRIOS apresentada pela Licitante.

### 3.5. Previsão de compensação de jornada e banco de horas:

- 3.5.1. A Contratada deverá firmar acordo individual escrito (modelo no **Anexo VI**) para o estabelecimento de banco de horas positivas e negativas, a serem compensadas ou repostas pelo respectivo empregado (art. 59, §5º da CLT, conforme redação dada pela Lei nº 13.467/17);
- 3.5.2. Compete à Contratada a gestão e fiscalização do banco de horas.
- 3.5.3. A compensação das horas positivas deverá ser feita, pelo profissional, **no prazo de 12 (doze) meses**, ao passo que a reposição de horas negativas deverá ser feita **no prazo de 2 (dois) meses**, ou ainda em prazos superiores determinados pelo Fiscal e/ou Gestor, observadas as situações excepcionais previstas nas Subcláusulas 3.6 e 3.7 (feriados e férias).
- 3.5.3.1. A compensação das horas positivas que resulte em **afastamento integral** deve ser previamente autorizada pelo Fiscal ou Gestor e objeto de expressa anotação e controle.
- 3.5.3.2. Na hipótese de falta ao serviço, a inclusão do débito no banco de horas (negativo) deverá ser previamente avaliada e autorizada pelo Fiscal e/ou Gestor.
- 3.5.3.3. Na hipótese de realização de reposição de horas negativas aos sábados, domingos e feriados, o empregado não fará jus ao recebimento dos benefícios alimentação e transporte.
- 3.5.4. Para o efeito de cálculo do banco de horas, as horas trabalhadas acima da jornada diária e aos sábados deverão ser computadas na proporção de 50%, enquanto as horas trabalhadas nos domingos e feriados serão computadas na proporção de 100%, **ou de acordo com o definido na Convenção Coletiva da categoria;**
- 3.5.5. Caso a jornada de trabalho extraordinária seja exercida no período noturno (entre 22h e 5h), o cálculo do banco de horas deverá considerar que a hora noturna é reduzida para 52,5 minutos, à qual deverá ser acrescida o adicional noturno de 20%, além do respectivo percentual de hora extra, conforme fórmula a seguir, **salvo disposição distinta em instrumento coletivo de trabalho da categoria:**
- Remuneração / (Jornada Semanal X 5) X 1,1428571 X 1,2 X 1,5 ou 2 (HE 50% ou 100%)*
- 3.5.6. Em caso de vencimento do prazo para reposição do banco de horas negativo (Subcláusula 3.5.3), os dias e as horas devidas deverão ser descontados no faturamento imediatamente seguinte ao vencimento das horas.
- 3.5.6.1. Para cálculo do valor a ser descontado, a Contratada e a fiscalização deverão



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

utilizar a seguinte fórmula (vide guia “Desconto Profissional Ausente” da planilha paradigma):

$$\text{Valor da Glosa/Dia} = [ ( \text{Remuneração} + \% \text{ do Submódulo 1 da guia ENCARGOS} ) + \text{CITL}\% ] / 30$$
$$\text{Valor da Glosa/Hora} = \text{Valor da Glosa/Dia} / 7$$

**CITL:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro

**30:** dias - mês trabalhista

**7:** jornada diária de 7 (sete) horas

3.5.6.2. O desconto decorrente da não compensação de banco de horas negativo não se confunde com medição de resultados (NMS), tão pouco com sanção administrativa, tratando-se de controle do banco de horas acordado.

3.5.6.3. Para fins de ajuste de banco de horas, não haverá desconto de vale transporte ou vale alimentação.

**3.6. Feriados:** consideram-se feriados aqueles previstos no calendário nacional, estadual e municipal do local da prestação do serviço.

3.6.1. Não se consideram feriados os dias de recesso do Poder Judiciário Federal (art. 62, Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966) ou os dias úteis em que não há expediente na Justiça Eleitoral do Paraná por determinação do próprio órgão.

3.6.2. Caso autorizada a dispensa pelo Gestor e/ou Fiscal nestes dias que não se caracterizam como feriado, essas horas deverão ser incluídas no banco de horas negativo e deverão ser repostas **no prazo de 12 (doze) meses**, efetuando-se o desconto do pagamento dos respectivos auxílios alimentação e transporte, conforme Nota Técnica 66/2018 - Ministério do Planejamento

**3.7. Previsão de férias:** De modo a atender as necessidades da Justiça Eleitoral, as férias dos empregados deverão ser usufruídas preferencialmente no período de recesso judiciário (Subcláusula 3.6.1), salvo acordo com a unidade Fiscal, considerando-se a necessidade de serviço setorial.

3.7.1. O período remanescente será usufruído conforme o acordado com o Gestor/Fiscal, não podendo coincidir com o período eleitoral (agosto a novembro dos anos eleitorais) e com outros períodos extraordinários.

3.7.2. Na hipótese de o período de recesso do poder judiciário ocorrer antes de finalizado o primeiro período aquisitivo de férias, os profissionais poderão vir a ser designados para atuar em forças-tarefas do TRE-PR, ou poderão usufruir de banco de horas positivo, ou excepcionalmente poderão ser dispensados a critério do Gestor ou Fiscal, com inclusão desses dias no banco de horas negativo para reposição **em até 12 (doze) meses**, efetuando-se o desconto do pagamento dos respectivos auxílios alimentação e transporte, conforme Nota Técnica 66/2018 - Ministério do Planejamento.

**3.8. Reposição de Profissional Ausente:**

3.8.1. Na ocorrência de **falta eventual** ao serviço, de **licenças de até 15 (quinze) dias corridos** e de **férias, a reposição do posto se condiciona à prévia solicitação do Fiscal ou Gestor**, diante das características dos serviços objeto da contratação, uma vez que a



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

reposição pontual pode não ser vantajosa para o TRE-PR, diante do tempo e esforço necessários para a concessão de acessos aos sistemas necessários e familiarização com o uso desses sistemas e com as rotinas operacionais e executivas de cada unidade.

3.8.1.1. Em não havendo a solicitação de reposição, deverá ser efetuado o desconto no faturamento, conforme critérios estabelecidos na Subcláusula 3.9.1.

3.8.2. **A reposição do posto será compulsória**, ou seja, independente de prévia solicitação do TRE-PR, **para afastamento superior a 15 (quinze) dias consecutivos (exceto férias) ou em que haja prévia ciência de que o período de afastamento será superior a 15 (quinze) dias**, a exemplo da licença maternidade.

3.8.3. Somente será considerado **posto descoberto** quando a reposição for obrigatória, ou seja, quando houver solicitação do Fiscal ou Gestor (afastamentos até 15 dias ou férias) ou quando se tratar de reposição compulsória, e esta não ocorrer. Em caso de recorrência de posto descoberto, a Contratada poderá ser penalizada.

### 3.9. Do desconto no faturamento:

3.9.1. Na hipótese de falta eventual, sem obrigatoriedade de reposição, em que não seja possível/viável a inclusão das horas em banco negativo, a Contratada deverá efetuar o desconto no faturamento imediatamente seguinte à ocorrência, adotando-se a fórmula prevista para o desconto de banco de horas negativo vencido (Subcláusula 3.5.6), incluindo-se o desconto do auxílio alimentação e do vale transporte, conforme guia “Desconto Profissional Ausente” da planilha paradigma.

3.9.2. Na hipótese de ocorrência de posto descoberto (quando a reposição for obrigatória ou compulsória), a Contratada deverá efetuar o respectivo desconto no faturamento imediatamente seguinte à ocorrência, considerando, para o cálculo, **o valor pro rata die da planilha de custos (valor mensal do posto / 30)**, e nele incluir os dias de SDF contíguos ao(s) dia(s) da ausência, sem prejuízo de eventual redimensionamento do preço mensal do posto ou de eventuais sanções administrativas.

3.9.2.1. Em qualquer hipótese de ausência ou afastamento, deverá ser efetuado o desconto do pagamento dos respectivos auxílios alimentação e transporte.

**3.10. Da substituição dos serviços:** A substituição do profissional julgado inadequado às necessidades da Justiça Eleitoral deverá ocorrer no **prazo não superior a 3 (três) dias úteis**, contados a partir da comunicação oficial pelo TRE-PR, conforme o previsto na Subcláusula 5.1.6

3.10.1. No pedido de substituição, o Gestor irá informar quanto à possibilidade ou não de cumprimento do aviso prévio trabalhado.

3.10.2. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a pedido da Contratada, desde que a justificativa apresentada seja aprovada pelo Gestor/Fiscal.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 4.1. Postos de trabalho:** Os profissionais serão alocados em postos de serviços e poderão atender às atividades listadas no **Anexo II – Relação de Responsabilidades e Requisitos por Item de Serviço**, onde também constam especificados os perfis e requisitos para o preenchimento dos postos.
- 4.1.1. Na execução dos serviços, deverão ser mantidos os níveis de **NMS – Níveis Mínimos de Serviços – Anexo III-A, B e C** acordados.
- 4.1.2. Nenhum dos perfis profissionais poderá praticar atos de gestão, cabendo-lhes, de acordo com suas atribuições, atuar como agentes de apoio operacional, executivo e técnico às unidades de TI.
- 4.2. Subcontratação:** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.
- 4.3. Da sustentabilidade social:** Com o objetivo contribuir para o crescimento nacional sustentável, pleno emprego, trabalho produtivo e decente para todos, bem como fomentando a igualdade de oportunidades, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná fomentará a contratação de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 93 da Lei 8.113/91) e mulheres em situação de violência doméstica ou familiar (art. 25, § 9º, I, da Lei nº 14.133/2021 e Resolução CNJ nº 254/2018) para o exercício das vagas de emprego previstas no presente Termo de Referência.
- 4.3.1. **Da contratação de pessoa com deficiência:** Considerando que a Lei 14.133/2021 exige do licitante declaração, a título de habilitação, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência no quadro total de empregados da Empresa - ainda que não necessariamente no contrato a ser firmado com a Administração Pública - este TRE fomentará a contratação de pessoas com deficiência, desde que precedida de comprovação de compatibilidade entre a respectiva deficiência e o serviço a ser executado, mediante avaliação específica formalizada por laudo emitido por Médico do Trabalho.
- 4.3.1.1. Efetivada a contratação da pessoa com deficiência, o valor da despesa para a emissão do laudo médico específico será objeto de reembolso pelo TRE-PR mediante comprovação de sua realização e autorização do respectivo Fiscal (reembolso por fato gerador).
- 4.3.1.2. Para a efetivação do reembolso, o licitante deverá informar, em campo próprio da planilha de composição de custos, o custo para a emissão do laudo, limitado ao valor unitário de **R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 4.3.1.3. O valor estimado para reembolso, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços é de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.
- 4.3.1.4. Efetivada a contratação, o Gestor do contrato deverá ser informado pela Contratada quanto ao preenchimento ou substituição da vaga nessas condições, bem como orientado quanto a eventuais necessidades adaptativas para o empregado.
- 4.4. Da Vistoria:** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- 4.5. Participação de Consórcio:** Não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

### 4.6. Da participação de Pessoa Física: Não será permitida a participação de pessoa física.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 5.1. Do início da prestação dos serviços:

5.1.1. Após a assinatura do contrato, a Contratada será convocada pelo Gestor para realização de reunião inicial, onde serão apresentadas as instruções básicas para o início da prestação dos serviços e utilização do sistema de gestão contratual (atualmente ContratosGOV);

5.1.1.1. A referida reunião poderá ser realizada de forma presencial ou *on-line*, a critério do Gestor;

5.1.2. O pedido de preenchimento do posto de trabalho será realizado pelo Gestor do Contrato, por meio de Ordem de Serviço.

5.1.3. Será firmado 1 (um) contrato por Ordem de Serviço. O início das atividades ocorrerá na data previamente determinada pelo Gestor do Contrato.

5.1.4. A Contratada deverá observar os seguintes prazos:

- a) **Em até 3 (três) dias úteis** do envio da Ordem de Serviço pelo Gestor, apresentar a documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos e perfil por parte do profissional que irá ocupar o posto, exigidos na Subcláusula 4 e no **Anexo II**. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado uma vez, por igual período, desde que a justificativa apresentada seja aprovada pelo Gestor/Fiscal.
- b) O Gestor do contrato procederá à análise prévia da documentação apresentada pela Contratada, quanto atendimento ao estipulado neste Termo e, se de acordo, aprovará o perfil apresentado, no prazo de até 2 (dois) dias úteis;
- c) **Em até 2 (dois) dias úteis** da aprovação do gestor, apresentar a documentação estabelecida na Subcláusula 6.5, para possibilitar a concessão de acessos ao profissional que será alocado no TRE-PR para a prestação dos serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- d) **Em até 1 (um) dia antes** do início da prestação dos serviços, e como condição para concessão de acessos aos profissionais aos sistemas do TRE-PR, apresentar o Termo de sigilo e responsabilidade – **Anexo VII** e as Declarações de Inexistência de Nepotismo – **Anexo VIII** e de não filiação partidária – **Anexo IX**, assinados pelo Representante Legal da empresa e pelo(s) profissional(is) a ser alocado no postos de serviços;

5.1.5. Desde o primeiro dia de serviço em cada posto de trabalho, a Contratada deverá exigir dos seus empregados:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- a) Registro eletrônico da frequência; e
- b) Utilização do crachá de identificação, cuja responsabilidade de fornecimento será do TRE-PR, observada a ressalva constante na Subcláusula 8.1.4.1.

### 5.1.6. Da substituição dos serviços:

5.1.6.1. A Contratada deverá substituir, no prazo estabelecido na Subcláusula 3.10, após notificação do TRE-PR, sob risco de penalização, os seus funcionários que apresentarem comportamentos incompatíveis ou que transgredirem as normas internas do TRE-PR.

5.1.6.2. Em casos em que haja alteração de profissional, de iniciativa da Contratada, esta comunicação deverá ser efetuada ao Gestor do contrato com, no mínimo, **5 (cinco) dias úteis de antecedência**, observando-se os prazos estabelecidos, notadamente quanto à apresentação dos documentos comprobatórios do atendimento às qualificações profissionais necessárias indicadas neste edital;

5.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. **Preposto:** Na reunião inicial deverá ser apresentado, pela Contratada, seu Preposto, que durante o período de vigência do contrato, irá representá-la administrativamente sempre que for necessário, sem implicar em acréscimos no preço do contrato e atuará na interlocução direta com o Gestor do contrato, o qual poderá ser substituído por outro profissional de mesma capacidade gerencial, no caso de eventuais ausências.

6.1.1. O nome do Preposto deverá ser informado pela Contratada no **prazo de 1 (um) dia útil** da assinatura do contrato, bem como os contatos de telefone (fixo e móvel), *e-mail* ou outro meio hábil para comunicação com o TRE-PR; os dados do preposto deverão ser mantidos atualizados durante toda a fase de execução da contratação. Em caso de alteração do Preposto a empresa fica obrigada a informar o seu substituto.

6.1.2. O TRE-PR poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do Preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.1.3. O Preposto terá a incumbência de gerenciar, coordenar e controlar os empregados envolvidos na execução dos serviços, conforme legislação atual, não podendo esta função ser acumulada pelos empregados que prestam serviço direto no local da contratação (para esta contratação, o Preposto **não** poderá ser partícipe da força de trabalho).

6.1.4. As comunicações entre o TRE-PR e o Preposto devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.5. Além do e-mail e outros meios hábeis de contato, o preposto deverá acessar o sistema de gestão do contrato (atualmente ContratosGOV) rotineiramente, para ter ciência de





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

eventuais apontamentos, sendo a comunicação registrada no sistema válida como ciência;

6.1.6. O Preposto deverá realizar o acompanhamento periódico dos serviços dos postos, orientando, sempre que possível, quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais.

6.1.6.1. A Contratada orientará o seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.1.7. Sempre que sua presença for solicitada, o preposto deverá comparecer ao TRE-PR, em se tratando de período ordinário, em até **7 (sete) horas úteis**, e em se tratando de período eleitoral, em **3 (três) horas úteis**, contados da solicitação, para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### 6.2. Da designação de Gestor e Fiscal do contrato:

6.2.1. As atividades de gestão contratual serão coordenadas por servidor efetivo do quadro de servidores do TRE-PR especialmente designado como Gestor do contrato;

6.2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor efetivo do quadro, especialmente designado como Fiscal, com possibilidade de designação de mais de um fiscal, de acordo com as atribuições (fiscalização setorial, técnica e/ou administrativa);

6.2.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Ajuste.

### 6.3. Gestor do Contrato:

6.3.1. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.3.2. Antes do início da execução dos serviços, o Gestor deverá preparar o **sistema de gerenciamento de contratos (atualmente ContratosGOV)** para o recebimento da documentação a ser enviada pela Contratada, bem como modelar o sistema, preparando os formulários para preenchimento da fiscalização (setorial, técnica e/ou administrativa).

6.3.2.1. Em caráter excepcional e justificado, os Gestores e/ou Fiscais da contratação poderão utilizar outro sistema ou meio hábil para recebimento da documentação pertinente.

6.3.3. Após a assinatura do contrato, o Gestor convocará o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.3.4. O Gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.3.4.1. O acompanhamento da fiscalização poderá ser efetivado com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.3.5. O Gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.3.6. Nos casos de inexecução contratual, o gestor tomará providências para a criação de PAD específico de abertura de processo administrativo e sua instrução com formulário específico e todas as informações pertinentes, tais como cópia dos e-mails ou ofícios enviados à Contratada pelo Fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos e encaminhamento.

6.3.6.1. Nessa hipótese, o gestor deverá **solicitar a comunicação à seguradora quanto à expectativa de sinistro**.

6.3.7. Compete ainda ao gestor:

- a) Atestar a Nota Fiscal, em definitivo, e enviá-la para análise tributária e/ou liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- b) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- c) Quando solicitado pela Contratada, o Gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais quanto ao cumprimento de obrigações por ela assumidas, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas (atestado de capacidade técnica).

### 6.4. Fiscal do Contrato:

6.4.1. A fiscalização mensal dos serviços engloba as atribuições a seguir, que podem ser cumuladas por 1 (um) Fiscal, ou exercidas por Fiscais distintos, ou ainda, excepcionalmente, exercidas pela unidade gestora da contratação:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- a) Fiscalização Técnica: avaliar a execução dos serviços nos moldes contratados e aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo de prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme os resultados.
  - b) Fiscalização Administrativa: acompanhar os aspectos administrativos da execução dos serviços quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e outras, bem como as providências em caso de inadimplemento.
  - c) Fiscalização Setorial: fiscalizar os aspectos técnicos e administrativos, quando a prestação de serviços ocorrer concomitante em setores distintos.
  - d) Fiscalização pelo público usuário: acompanhar a execução contratual por meio de feedback dos usuários (clientes internos e externos) dos serviços.
- 6.4.2. O Fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI), devendo:
- 6.4.2.1. Reportar ao Gestor - preferencialmente via sistema de gestão do contrato (atualmente ContratosGOV) - as ocorrências relacionadas à execução do objeto e descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
  - 6.4.2.2. Emitir notificações para a correção da execução do contrato, quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
  - 6.4.2.3. Informar ao Gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.4.3. O Fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível da qualidade na prestação dos serviços, registrar as ocorrências e preencher mensalmente o formulário de medição de resultados com base nos Níveis Mínimos de Serviços – NMS (**ANEXO III-A, B e C**), fixados para a execução contratual, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores ali estabelecidos, se for o caso;
- 6.4.3.1. A apresentação da avaliação de desempenho e qualidade dos serviços deverá observar o prazo determinado na Subcláusula 7;
  - 6.4.3.2. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando a medição não alcançar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, serão aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;
- 6.4.4. O Fiscal comunicará ao Gestor para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN 05/17 - art. 62);

6.4.5. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- a) Conferir o extrato do registro do ponto dos empregados, validando-o ao final do mês, manifestando assim sua concordância com os horários nele registrados.
- b) Conferir a planilha de medição enviada mensalmente pela Contratada, confrontando com as anotações de faltas, atestados, horas extras, etc., nos registros do ponto do(s) funcionário(s), conforme orientações do Gestor.
- c) Ministar orientações necessárias aos profissionais, tomando as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, reportando--se ao Gestor do contrato quando houver necessidade.
- d) Solicitar à Contratada substituição de profissionais que se mostrarem inadequados ou inaptos ao trabalho.
- e) Conferir mensalmente a documentação dos empregados e atestar a prestação dos serviços executados durante o período através de sistema próprio, devendo ainda, caso solicitado pelo Gestor, realizar upload de documentos no sistema.

**6.5. Da documentação trabalhista:** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.5.1. **Até o primeiro dia de execução dos serviços:**

- a) Cópia do acordo individual de banco de horas – **Anexo VI**, devidamente assinado por ambas as partes, empregado e empregador.

6.5.2. No **primeiro mês da prestação dos serviços**, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Cópia do documento de identidade e CPF do empregado;
- c) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, das páginas que contêm a foto e a assinatura do contrato de trabalho, ou de documento similar digital;
- d) Cópia do contrato individual de trabalho devidamente assinado por ambas as partes (empresa e empregado);
- e) Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e
- f) Em caso de empregado portador de deficiência, deverá ser apresentado o laudo emitido pelo médico do trabalho onde se atesta a compatibilidade da deficiência com o exercício da CBO respectiva (se for o caso).



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

6.5.3. **Mensalmente**, até o **5º (quinto) dia útil do mês posterior** à prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.5.3.1. **Por profissional (funcionário):**

- a) Cópia do controle de jornada (folha -ponto ou análogo);
- b) Extrato detalhado do Banco de Horas;
- c) Cópia do contracheque e do comprovante de quitação (recibo do depósito bancário);
- d) Comprovante de pagamento de vale-transporte ou declaração de não optante;
- e) Comprovante de pagamento de auxílio alimentação;
- f) Encaminhamento de planilha de medição do preço mensal do posto de serviços: no formato “.xlsx” contendo, no mínimo, os seguintes dados: nome do empregado, setor de alocação do posto, dias trabalhados no mês, faltas, memória de cálculo dos descontos relativos à Subcláusula 3.8 (por faltas não incluídas em banco de horas negativo, vale alimentação e vale transporte), data da admissão e demissão, nome do substituto em substituições ocorridas em afastamento superiores a 15 (quinze) dias.

6.5.3.2. **Por contrato:**

- a) Extrato Geral de Banco de Horas;
- b) Relatório de pagamento de auxílio alimentação para os profissionais do contrato;
- c) Comprovante de pagamento dos demais benefícios e obrigações trabalhistas, securitárias e fundiárias;
- d) Comprovante de quitação das obrigações previdenciárias e de FGTS, relativos ao **mês imediatamente anterior** ao mês da execução dos serviços a serem faturados, **exceto em se tratando do último faturamento**, quando será necessária a apresentação dos documentos referentes ao último mês de execução como condição para atestado dos serviços, a saber:
  - i) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo **SEFIP** (RE), com protocolo de envio de arquivos conectividade social;
  - ii) Guia de Recolhimento do FGTS (**GRF**), por tomador do serviço, com a autenticação mecânica de pagamento ou comprovante de recolhimento bancário;
  - iii) Guia da Previdência Social (**GPS**), por tomador do serviço, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

recolhimento bancário.

- iv) Relatórios totalizadores do eSocial, do FGTS e do INSS, emitidos **por trabalhador**, considerando a listagem amostral de profissionais previamente determinada pelo gestor do contrato, a qual, ao final do exercício, deverá compreender todos os profissionais vinculados ao contrato.

6.5.4. **Periodicamente:** exames médicos periódicos.

6.5.5. Entrega, **quando solicitado pelo TRE-PR**, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Relatórios do eSocial.
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o TRE-PR;
- c) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- d) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.5.6. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da **extinção do contrato**, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.5.7. Entrega até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, **quando não for possível a verificação da regularidade destes** no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.5.8. Sempre que houver admissão de novos empregados ou demissão pela Contratada, os documentos pertinentes deverão ser apresentados.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 6.5.9. A fiscalização administrativa observará os prazos especificados na Cláusula 7.
- 6.5.10. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.5.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.5.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.5.13. O TRE-PR poderá conceder um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.5.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o TRE-PR comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.5.15. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.5.16. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias úteis, o TRE-PR poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.5.16.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo TRE-PR para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.5.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o TRE-PR e os empregados da Contratada.
- 6.5.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.5.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.5.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.



## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 7.1. Da medição dos resultados:

- 7.1.1. Durante a execução do objeto, fase do **recebimento provisório**, o Fiscal Técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.1.2. O Fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal e/ou mensal, por meio de sistemas e outros controles, a fim de aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, registrando as ocorrências mensalmente no sistema em uso interno (atualmente *Cherwell* – NMS).
- 7.1.3. Findo o mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá enviar, **até o 5º dia útil do mês seguinte**, a documentação pertinente exigida na Subcláusula 6.5, via sistema de gestão de contratos (atualmente ContratosGOV), para possibilitar a medição administrativa pelos Fiscais.
  - 7.1.3.1. Para efeito de medição administrativa, ao final de cada período mensal, a fiscalização deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas do mês do serviço e às obrigações previdenciárias e com o FGTS do mês imediatamente anterior ao mês do serviço, exceto em se tratando dos últimos 2 (dois) meses da prestação, em que o mês de referência será o mês do serviço, para todos os fins.
- 7.1.4. A contar do dia em que a Contratada concluir a apresentação da documentação necessária, via *upload* no sistema, a fiscalização terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para concluir o recebimento provisório.
- 7.1.5. **Do instrumento para medição de resultado – NMS (Anexo III-A, B e C): A fiscalização técnica** irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto em consonância com os indicadores objetivos definidos no NMS, como também irá realizar a análise da documentação, **por funcionário**, apresentada pela Contratada no sistema, preenchendo o(s) formulário(s) pré programados pelo Gestor no sistema de gestão contratual.
  - 7.1.5.1. As ocorrências registradas nos primeiros 10 (dez) dias após o início da vigência contratual e que não causarem prejuízos às atividades poderão ser objeto apenas de notificação.
  - 7.1.5.2. A medição poderá resultar no **redimensionamento** de valores a serem pagos à Contratada, registrando-se em relatório a ser encaminhado ao Gestor do contrato, que dará ciência ao Preposto.
  - 7.1.5.3. A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
  - 7.1.5.4. É vedada a atribuição à Contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 7.1.6. Também constituem critérios para medição dos resultados:





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

7.1.6.1. O pronto atendimento às solicitações dos servidores do setor em que o posto estiver alocado, relativas aos serviços objeto do presente Termo de Referência.

7.1.6.2. O cumprimento fiel da rotina de trabalho.

7.1.6.3. O atendimento com presteza e agilidade às situações que, embora não descritas na rotina de trabalho, sejam inerentes à atividade do profissional (conforme CBO da categoria).

7.1.6.4. A assiduidade e pontualidade dos profissionais alocados na execução do contrato.

7.1.6.5. A inexistência ou baixa ocorrência de reclamações relativas à execução do objeto contratual por parte dos destinatários diretos do serviço. Havendo reclamações (Ocorrências) registradas pelos fiscais e gestores, estas deverão ser solucionadas de pronto e satisfatoriamente.

7.1.7. Com base na análise de todos os NMS e na medição administrativa, a gestão do contrato encaminhará a **medição consolidada** à Contratada, em até **7 (sete) dias úteis** contados da apresentação da documentação por funcionário e por lote/item, no sistema, por parte da Contratada.

**7.2. Do recebimento provisório:** os serviços serão recebidos provisoriamente pelo Fiscal, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após a disponibilização dos documentos pela Contratada no sistema de gestão de contratos (atualmente ContratosGOV), tendo o Gestor mais **2 (dois) dias úteis** para consolidação da medição e envio à Contratada.

7.2.1. Na hipótese de o Preposto apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, o Fiscal Técnico poderá aceitá-la, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.2.2. Com o envio da medição consolidada à Contratada, conclui-se a fase de recebimento provisório dos serviços do mês, executada pelos Fiscais, e consolidada pelo Gestor.

7.2.3. Na hipótese de impugnação da medição, a gestão contratual promoverá as diligências necessárias e elaborará relatório final da impugnação das ocorrências, com a indicação do valor efetivamente devido no período, no prazo de **3 (três) dias úteis**;

7.2.4. A fiscalização técnica e administrativa realizada na fase de recebimento provisório não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do TRE-PR ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**7.3. Do recebimento definitivo:** O recebimento definitivo, formalizado por meio do atestado da nota fiscal, pelo Gestor do contrato, declarará formalmente que os serviços prestados foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação.

7.3.1. Após o recebimento do documento fiscal, o prazo para o atestado definitivo, pelo Gestor, será de **3 (cinco) dias úteis**, desde que não haja pendência documental.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

7.3.2. Eventual atraso no faturamento pode implicar em atraso no pagamento, sem qualquer ônus para o TRE-PR, uma vez que não deu causa à mora.

7.3.3. Eventual inconsistência, ausência ou falha de qualquer dos documentos obrigatórios listados na Subcláusula 6.5 suspenderá o prazo para ateste da fatura pelo TRE-PR.

### 7.4. Do pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado conforme as condições e prazos estabelecidos, no âmbito do TRE-PR para as contratações de serviços prestados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme disposições constantes na minuta do contrato.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

### 8.1. Obrigações da Contratada:

8.1.1. Recrutar e contratar profissionais de acordo com os requisitos de qualificação exigidos neste Termo, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade com o TRE-PR, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências e promoções.

8.1.2. Ter ciência de que todos os profissionais alocados para a prestação de serviços não poderão ter filiação partidária, devendo apresentar, antes do início da execução dos serviços, **declaração de inexistência de registro dos empregados a serem alocados no contrato em relação oficial de filiados de órgão partidário** e manter essa condição até o final de seu vínculo contratual.

8.1.3. Informar com antecedência ao TRE-PR quais profissionais estarão prestando os serviços, a fim de assegurar a Política de Segurança da Informação e Segurança Institucional.

8.1.4. Os profissionais deverão estar devidamente identificados por meio de crachá, a ser fornecido pelo TRE-PR, de acordo com a política interna do Órgão;

8.1.4.1. Considerando-se as dificuldades de logística e distribuição, a utilização do crachá poderá ser iniciada até o 5º (quinto) dia útil do início da prestação dos serviços no posto respectivo, comunicando-se o fato previamente ao respectivo Fiscal;

8.1.5. Responsabilizar-se pela solicitação de acesso dos seus profissionais aos sistemas e serviços do TRE-PR, necessários à prestação dos serviços, bem como pelos seus respectivos descredenciamentos imediatos quando dos seus desligamentos;

8.1.6. Adotar providências para que, enquanto os profissionais realizarem atividades nas dependências do TRE-PR, estes observem os regulamentos de segurança e de disciplina durante o período de permanência;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 8.1.7. Obedecer às metodologias de trabalho, aos processos, aos procedimentos técnicos e operacionais, aos fluxos e rotinas de execução previstos nas normas e padrões vigentes do TRE-PR, não se restringindo exclusivamente a estes, mas também a outros consequentes de suas adaptações, evoluções e melhorias resultantes da evolução tecnológica e/ou das necessidades do TRE-PR;
- 8.1.8. Manter-se, durante a prestação de serviços, em conformidade com o ambiente computacional do TRE-PR, acompanhando as suas possíveis atualizações e evoluções;
- 8.1.9. Manter sigilo, durante e depois de encerrado o contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE-PR ou de terceiros, dos quais tome conhecimento, em razão da execução do objeto deste termo de referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido, conforme **Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo VII**;
- 8.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação;
- 8.1.10.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração;
- 8.1.11. Manter organizados e disponíveis ao TRE-PR, durante a vigência do contrato, todos os documentos (artefatos, comprovações de habilitação técnica de profissionais, produtos e outros elementos), códigos fonte, base de dados e cópias de segurança pertinentes ao objeto contratual;
- 8.1.12. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à fiel execução dos trabalhos durante toda a fase de execução contratual, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos não sejam cumpridos;
- 8.1.13. Apresentar, no transcorrer da execução do contrato, qualquer alteração na legislação que afete a execução dos serviços contratados;
- 8.1.13.1. A apresentação deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis contados da alteração na legislação ou de sua aplicação na execução de Ordens de Serviços abertas pelo TRE-PR, considerando, para fins de contagem do prazo, a data que vier primeiro;
- 8.1.14. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente os referentes à segurança, à medicina do trabalho e à legislação trabalhista;
- 8.1.15. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como pelos encargos fiscais, trabalhistas e comerciais da contratação. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRE-PR, nem poderá onerar o objeto do contrato;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 8.1.16. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e a quaisquer outras derivadas ou conexas com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, inexistente qualquer vínculo empregatício entre seus profissionais, incluindo o(s) preposto(s), e o TRE-PR;
- 8.1.17. Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica vigente sobre acidentes do trabalho, prestando o devido apoio quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que a ocorrência se dê nas dependências do TRE-PR;
- 8.1.18. Assumir plena e exclusivamente, todos os riscos provenientes da execução do objeto contratual, não assumindo o TRE-PR, em hipótese alguma, nenhuma responsabilidade subsidiária.

### 8.2. A Contratada também se obriga a:

- 8.2.1. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações judiciais ou demandas administrativas que lhe venham a ser atribuídas em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.
- 8.2.2. Responsabilizar-se por eventual dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao TRE-PR na execução de suas atividades, cujo valor será apurado em processo de responsabilidade, no qual será garantida a ampla defesa, e poderá ser descontado do primeiro pagamento subsequente à finalização do processo. Tal responsabilidade não exclui e nem reduz a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelo TRE-PR.
- 8.2.3. Acatar, no prazo estabelecido na notificação feita pela fiscalização contratual, as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem do TRE-PR, corrigindo as deficiências apontadas quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais e à inobservância às suas normas administrativas e de segurança.
- 8.2.4. Observar que a simples substituição de funcionários não isenta a Contratada das penalidades cabíveis e de reparação pelo dano causado ao TRE-PR ou a outrem.
- 8.2.5. Ter ciência de que é terminantemente vedada a utilização de recursos do TRE-PR para fins diversos dos estabelecidos por este Termo (ex.: recursos computacionais, de comunicação, de infraestrutura, de apoio a escritório etc.).
- 8.2.6. Prestar todos os esclarecimentos técnicos e administrativos que forem solicitados pelo TRE-PR, relacionados à prestação dos serviços.
- 8.2.7. Ter ciência de que são de propriedade do TRE-PR todos os produtos gerados, incluindo estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia, em conformidade com a Lei nº 9.609/1998, que dispõe sobre propriedade intelectual de programa de computador, e com a Lei nº 9.610/1998, que dispõe sobre direitos autorais, sendo vedada qualquer disponibilização não autorizada ou comercialização, no todo ou em parte, desses produtos por parte da Contratada.
- 8.2.8. Manter disponíveis e atualizados, em local indicado pelo TRE-PR, todos os produtos



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

gerados em razão do Contrato.

- 8.2.9. Atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade previstos nas normas vigentes.
- 8.2.10. Afastar os funcionários que apresentarem sintomas da COVID-19.

### 8.3. Obrigações do TRE-PR

- 8.3.1. Permitir, sob supervisão, que os funcionários da Contratada, desde que devidamente identificados e incluídos na relação de profissionais autorizados, tenham acesso às dependências do TRE-PR.
- 8.3.2. Proporcionar todas as facilidades previstas e necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo.
- 8.3.3. Fornecer à Contratada todo tipo de informação essencial à prestação dos serviços contratados, tais como: normas internas, procedimentos etc., atentando-se aos quesitos de segurança e sigilo da informação.
  - 8.3.3.1. Responsabilizar-se pela capacitação e ou treinamento dos profissionais alocados, quanto ao item acima, quando necessário.
- 8.3.4. Realizar reunião inaugural antes do início efetivo da prestação dos serviços entre a fiscalização e a Contratada.
- 8.3.5. Realizar, durante a execução contratual, a fiscalização para fins de manutenção da qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista de atendimento ao contrato.
- 8.3.6. Encaminhar formalmente a demanda de preenchimento de posto de serviço, por meio Ordem de Serviços (OS), de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo, e avaliar a prestação dos serviços.
- 8.3.7. Notificar a Contratada, conforme estabelecido neste Termo, sobre inadimplementos contratuais constatados na execução do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme o caso.
- 8.3.8. Pagar à Contratada os valores relativos aos serviços entregues, medidos e atestados, conforme forma e prazo estabelecidos neste Termo em seus anexos.
- 8.3.9. Comunicar por escrito à Contratada quanto a eventuais modificações realizadas nas metodologias, processos e normas utilizadas pelo TRE-PR.
- 8.3.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo.
- 8.3.11. Comunicar imediatamente à Contratada quaisquer ocorrências relativas ao comportamento de seus técnicos que venham a ser consideradas prejudiciais ou inconvenientes;
- 8.3.12. Fornecer à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do contrato;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 8.3.13. Manter registro eletrônico das ocorrências para acompanhamento contratual;
- 8.3.14. Responsabilizar-se pela disponibilidade da infraestrutura de apoio necessária à execução dos serviços contratados, por exemplo, acesso aos repositórios do TRE-PR.

### 8.4. Modelo de transição contratual.

#### 8.4.1. Plano de Sustentação do contrato e transição contratual<sup>6</sup>

- 8.4.1.1. A Contratada deverá propiciar o registro e a transferência de conhecimento aos servidores do TRE-PR durante toda a execução contratual e no processo de finalização contratual, garantindo uma eficiente gestão de transferência dos conhecimentos.
- 8.4.1.2. A transição contratual final refere-se ao processo de finalização da prestação dos serviços pela Contratada, até o término do contrato.
- 8.4.1.3. As atividades de transição contratual final e encerramento do contrato incluem a entrega das versões finais dos produtos e de suas documentações, a transferência de conhecimentos, a devolução de recursos materiais, inclusive crachás disponibilizados pelo TRE-PR, a revogação de perfis de acesso a sistemas, o cancelamento de contas, dentre outras ações referentes a esse momento contratual.
- 8.4.1.4. A Contratada deverá elaborar o Plano de Transição Contratual, **no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos antes do encerramento do contrato**, para a transferência integral e irrestrita dos conhecimentos de modo a assegurar a continuidade dos serviços.
  - 8.4.1.4.1. O TRE-PR poderá estabelecer prazo inferior a 60 (sessenta) dias corridos, no caso de haver rescisão ou a não renovação contratual prevista nos §§ 2º e 4º o art. 90 da lei 14.133/2021.

### 8.5. Estratégia de continuidade contratual

#### 8.5.1. Ações de Continuidade, seus respectivos responsáveis e prazos:

- 8.5.1.1. Conforme Cláusula 6.3.1, o Gestor contratual é responsável por providenciar a prorrogação ou renovação contratual, e os Fiscais são responsáveis por acompanhar a execução do contrato e comunicar em caso de inadimplência.
- 8.5.1.2. O Gestor e os Fiscais deverão observar os prazos internos para prorrogação contratual ou renovação, bem como adotar todas as medidas mitigadoras de riscos de descumprimento contratual que possa resultar em descontinuidade na prestação dos serviços.

### 8.6. Estratégia de transição contratual: <sup>7</sup>

<sup>6</sup> Art. 3º da [Res. 468 CNJ](#) e Item 7.4 do Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário.

<sup>7</sup> As atividades de transição contratual e de encerramento do contrato são definidas pela Equipe de Planejamento da Contratação e incluem, no mínimo: entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação; transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação; devolução de recursos materiais; revogação de perfis de acesso; eliminação de caixas postais.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 8.6.1. O protocolo formal de comunicação entre a Contratada e o TRE-PR dar-se-á, preferencialmente, por meio de ofício com os respectivos anexos que venham a ser necessários para uma eficaz comunicação e sua formalização.
- 8.6.2. A entrega de documentos da Contratada referentes a processos de pagamentos e encaminhamento de Ofícios, entre outras comunicações, dar-se-á via protocolo administrativo do TRE-PR ou por meio da inclusão direta dessas documentações pelo preposto da Contratada no sistema de gestão de documentos do TRE-PR.
- 8.6.3. Serão ainda considerados mecanismos formais de comunicação para a operacionalização dos trabalhos no âmbito interno do TRE-PR:
- a) Os documentos eletrônicos processados pelas ferramentas informatizadas de suporte e controle de demandas definidas pelo TRE-PR, desde que possam assegurar a identificação digital dos responsáveis;
  - b) Mensagem eletrônica<sup>8</sup>;
  - c) As atas de reunião.
- 8.6.4. Todos os instrumentos de comunicação relacionados acima terão validade legal para fins de aferição de resultados, comprovações, ajustes operacionais, recomendações, contestações e pagamentos, entre outros pertinentes.
- 8.6.5. Outros meios formais de comunicação poderão ser acordados, exclusivamente para processos operacionais, desde que ratificados por ata de reunião em comum acordo entre o TRE-PR e a Contratada.
- 8.6.6. As comunicações formais de todas as ocorrências positivas e negativas deverão compor o Registro Eletrônico de Ocorrência da Contratação.
- 8.6.7. A periodicidade das reuniões técnicas e administrativas com a Contratada será definida pelo TRE-PR, conforme necessidade desse, garantindo-se ainda a extraordinariedade de reuniões a critério do TRE-PR.

### 8.7. Ações de Transição Contratual, seus respectivos responsáveis e prazos:

- 8.7.1. Quando restarem 03 (três) meses da data do efetivo término do contrato, a Contratada deverá prestar para o TRE-PR toda a assistência, a fim de que os serviços continuem sendo prestados sem interrupção ou efeito adverso, a fim de que haja a transferência ordenada ao TRE-PR.
- 8.7.2. A Contratada deverá promover a transição contratual com transferência da base de dados de conhecimento, da tecnologia e das técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando ao término do contrato, os servidores indicados pelo TRE-PR.
- 8.7.3. Em ocorrendo nova licitação, com mudança de fornecedor dos serviços, a Contratada deverá repassar para a nova Contratada ou para técnicos do próprio TRE-PR, por

<sup>8</sup>Para a realização por mensagem eletrônica, a Contratada deverá se utilizar do endereço de *e-mail* por ela informado no momento da assinatura do contrato, sendo que a comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo respectivo meio eletrônico, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob a sua responsabilidade a verificação periódica da conta de *e-mail*.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

intermédio de eventos formais, os documentos necessários à continuidade da prestação dos serviços, bem como esclarecer dúvidas a respeito da prestação de serviço do contrato atual.

- 8.7.4. A falta de transferência de conhecimento caracteriza inexecução do contrato, sujeitando a Contratada às penalidades previstas na legislação vigente, no contrato e neste instrumento, na Cláusula 13.
- 8.7.5. O fato da Contratada ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pelo TRE-PR, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços, constituirá quebra de contrato, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos causados ao TRE-PR por esta falha.
- 8.7.6. A Contratada será responsável pela transição inicial e final dos serviços, absorvendo as atividades de forma a documentá-las minuciosamente para que os repasses de informações, conhecimentos e procedimentos, no final do contrato, aconteçam de forma precisa e responsável.
- 8.7.7. A Contratada compromete-se a fornecer para o TRE-PR toda a documentação relativa à prestação dos serviços que esteja em sua posse.

### 8.8. Transferência de Conhecimento:

- 8.8.1. A gestão do conhecimento tecnológico será tratada com prioridade nesta contratação, visando à manutenção do ciclo de vida das informações decorrentes da prestação dos serviços contratados (registro, armazenamento, divulgação e manutenção), tais como: documentações, configurações e demais informações.
- 8.8.2. Essa gestão deverá possibilitar o compartilhamento do conhecimento necessário ao pleno funcionamento desses serviços, o repasse desse conhecimento aos futuros servidores e prestadores de serviços e a garantia da independência do TRE-PR no tocante às informações técnicas e operacionais.
- 8.8.3. Todos os dados, procedimentos, lições apreendidas, documentos, informação da metodologia aplicada, informação da tecnologia empregada, outras ferramentas e procedimentos que forem necessários à execução de procedimentos técnicos e/ou decorrentes desses, vinculados à execução contratual, deverão ser registrados em base de conhecimento fornecida pelo TRE-PR.
- 8.8.4. A documentação dos procedimentos deverá ser revisada e atualizada por parte da Contratada sempre que houver uma modificação nas rotinas de execução ou quando o TRE-PR propuser alguma alteração.
- 8.8.5. A Contratada deverá designar funcionário próprio para atuar como apoiador na gestão do conhecimento, sendo ele responsável por manter a base de conhecimentos atualizada com as últimas versões de todas as documentações necessárias ao pleno funcionamento dos serviços do TRE-PR. Em princípio, todas as atividades Contratadas devem ser devidamente documentadas, conforme critérios e padrões definidos pelo TRE-PR.
- 8.8.6. A gestão do conhecimento tecnológico constitui fator indispensável ao processo de continuidade do fornecimento da solução de TI em caso de eventual interrupção contratual.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 8.8.7. Todos os processos, modelos e procedimentos adotados pela Contratada para realização dos serviços contratados deverão ser documentados em base de conhecimento disponibilizado pelo TRE-PR e tornar-se-ão de sua propriedade.
- 8.8.8. A Contratada será responsável por disponibilizar as condições para a transferência de conhecimento, sendo obrigação do TRE-PR demandar o repasse.
- 8.8.9. A falta de transferência de conhecimento caracteriza inexecução do contrato, sujeitando a Contratada às penalidades previstas na legislação vigente, no contrato.

### 8.9. Direitos de Propriedade Intelectual:

8.9.1. Ao final do contrato ou em caso de rescisão, a Contratada deverá:

- a) Devolver equipamentos e bens de propriedade do TRE-PR, incluindo, mas não limitado aos listados nas cláusulas do contrato, e os bens intangíveis, como *software*, descrição de processos e rotinas de diagnóstico;
- b) Entregar todos os processos de monitoramento mapeados, códigos fonte, quaisquer documentos gerados, bem como a propriedade intelectual destes documentos repassada por meio formal à equipe de Gestão do Contrato;
- c) Devolver ao TRE-PR documentação de processos, procedimentos e scripts desenvolvidos durante a prestação dos serviços;
- d) Participar, em conjunto com o TRE-PR, sob sua solicitação, da consolidação do Plano de Transferência do Conhecimento.

8.9.2. Deverá ainda entregar documentação contendo, no mínimo:

- a) Mapa atualizado com topologias da rede;
- b) Processos mapeados e atualizados;
- c) Bases de dados de todos os softwares de gestão utilizados, em formatos abertos;
- d) Base de dados de conhecimento atualizada;
- e) Descritivo do estado geral (health-check) da rede, dos ativos, softwares e serviços, contemplando, no mínimo, configuração, versão, desempenho e status do ciclo de vida;
- f) Entregar as ferramentas de Gerenciamento de TI, utilizadas durante a prestação de serviços, com a Base de Dados atualizada. Caso as ferramentas sejam proprietárias, as bases de dados deverão ser fornecidas em formato aberto, de forma a ser possível efetuar a visualização dos dados armazenados;
- g) Plano de Transferência de Conhecimento consolidado.

**8.10.** A Contratada deverá obedecer às metodologias de trabalho, aos processos, aos procedimentos técnicos e operacionais, aos fluxos e rotinas de execução previstos nas normas e padrões vigentes do TRE-PR, não se restringindo exclusivamente a estes, mas também a outros



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

consequentes de suas adaptações, evoluções e melhorias resultantes da evolução tecnológica e/ou das necessidades do TRE-PR;

- 8.11.** Quando não for possível atender aos prazos acordados, caberá à Contratada relatar as anormalidades encontradas, bem como apresentar alternativas para saná-las, as quais serão avaliadas pelo TRE-PR, podendo ser aceitas ou não, independentemente das sanções cabíveis.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1.** A presente contratação foi prevista no PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO 2024 - ID 24PO247.

## 10. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 10.1.** A Contratada declara ter ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais.
- 10.2.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, na Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), na Resolução TSE nº 23.650/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral), no que couber, bem como observar as normas e diretrizes relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, em especial a ISO 27.001 e ISO 27.701, assim como a todos os normativos internos da TRE-PR relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais.
- 10.3.** A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados e colaboradores que atuarão na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, acerca das obrigações e condições acordadas e dos atos normativos referidos na cláusula anterior.
- 10.4.** A Contratada deverá informar, na assinatura do contrato, os dados referentes ao seu encarregado de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – artigo 41), como nome, endereço eletrônico e telefones de contato.
- 10.5.** O Encarregado da Contratada manterá contato formal com o Encarregado do TRE-PR sempre que necessário para a formalização de demandas ou o esclarecimento de dúvidas.
- 10.6.** A critério do Encarregado de Dados do TRE-PR, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIÉ vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 10.7.** Na hipótese de se verificar que o cumprimento deste contrato dependa da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais, a Contratada se compromete a



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

informar ao TRE-PR, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que este autorize expressa, formal e previamente a referida prática.

- 10.8.** Sem prejuízo do disposto acima, caso o TRE-PR autorize a subcontratação de determinados serviços a favor de terceiros que impliquem no fornecimento de dados pessoais referidos nesta cláusula, a Contratada se compromete a celebrar, antes da subcontratação, um acordo de confidencialidade dos dados com a subcontratada, bem como a estender contratualmente a ela todas as suas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste contrato.
- 10.9.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 10.10.** Todos os colaboradores da Contratada que vierem a ter acesso à rede de computadores do TRE-PR, a sistemas da Justiça Eleitoral ou a documentos físicos que contenham dados pessoais para a execução de suas atividades deverão assinar um Termo de Sigilo e Responsabilidade, o qual deverá ser entregue ao fiscal do contrato antes do início da prestação de serviço de cada colaborador.
- 10.11.** A Contratada se compromete a isentar o TRE-PR de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das suas obrigações no que se refere ao tratamento de dados pessoais, previstas neste Contrato e na Lei nº 13.709/2018.
- 10.12.** De acordo Com o art. 42 da LGPD, as partes responderão solidariamente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância ao que a Lei estabelece, e aquele que reparar o dano ao titular terá o direito de regresso contra os demais responsáveis.
- 10.13.** O TRE-PR tem direito ao acesso às informações sobre o tratamento de seus dados, que serão disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva, mediante solicitação.
- 10.14.** Em caso de exposição/vazamento de dados ou qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais as partes deverão adotar os seguintes procedimentos.
- 10.15.** Na hipótese de verificação por parte do TRE-PR, este obriga-se a comunicar o fato imediatamente à Contratada, para que tome as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias.
- 10.16.** Na hipótese de verificação por parte da Contratada, esta obriga-se a cientificar o TRE-PR no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a adotar as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias.
- 10.17.** Em ambos os casos, a Contratada deverá comunicar documentadamente ao TRE-PR as providências adotadas, a extensão dos eventuais danos e todas as informações relevantes sobre o incidente.
- 10.18.** Uma vez terminada a contratação, a Contratada obriga-se, expressamente, a excluir todo e qualquer dado pessoal tratado para a finalidade de sua execução, inclusive backups e arquivos externos, isentando o TRE-PR de responsabilidade por qualquer dano e prejuízo, direto ou



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

indireto, advindos de tratamento de dados pessoais perpetrados após o término.

- 10.19.** Caso exista legislação específica que preveja o armazenamento dos dados em tempo superior ao deste contrato, a contratada deve cientificar a contratante antes de fazer qualquer exclusão, mantendo os dados armazenados pelo período legal requerido.
- 10.20.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a ACTI - Assistência às Contratações de TI, por meio do telefone (041) 3330.8464 ou pelo e-mail [acti@tre-pr.jus.br](mailto:acti@tre-pr.jus.br).

**ANEXO II**  
**RELAÇÃO DE RESPONSABILIDADES e REQUISITOS – POR SUBITEM DE SERVIÇOS**

**LOTE 1 - SUSTENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA**

**1 . ITEM 1: Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior – CBO 2124-10**

**1.1 Responsabilidades:**

- 1.1.1 Projetar e instalar redes de computadores funcionais, bem como conexões e cabeamento;
- 1.1.2 Executar diagnóstico de falhas do sistema e identificar gargalos para garantir uma eficiência de longo prazo da rede;
- 1.1.3 Testar e configurar *softwares*, manter e reparar *hardwares* e dispositivos periféricos;
- 1.1.4 Inspecionar a infraestrutura de LAN e corrigir pequenos ou grandes problemas/erros;
- 1.1.5 Avaliar o desempenho da rede e implementar melhorias;
- 1.1.6 Organizar e programar atualizações e manutenções;
- 1.1.7 Realizar *backup* de dados regularmente para proteger as informações da organização;
- 1.1.8 Prestar suporte a colegas de trabalho quanto ao uso de computadores e redes;
- 1.1.9 Executar outras atividades ou participar de projetos pertinentes.

**1.2 Requisitos:**

- 1.2.1 Experiência comprovada como técnico de redes ou função similar;
- 1.2.2 Habilidades analíticas, de diagnóstico e resolução de problemas;
- 1.2.3 Habilidades de comunicação;
- 1.2.4 Conhecimento de redes LAN/WAN, protocolos TCP/IP e tecnologias de rede;
- 1.2.5 Experiência prática com *softwares* e *hardwares* comuns da área;
- 1.2.6 Qualificações CCENT/CCNA;
- 1.2.7 Curso superior na área de tecnologia da informação ou engenharia elétrica: Bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia de Computação ou afins.

**2 . ITEM 2: Téc. de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior – CBO 3132-20**

**2.1 Responsabilidades:**

- 2.1.1 Instalar e prestar assistência técnica em equipamentos de informática (Computadores, monitores, impressoras e periféricos);
- 2.1.2 Executar serviços de reparo e manutenção preventiva, substituição e ajustes gerais em equipamentos de microinformática;
- 2.1.3 Auxiliar tecnicamente o recebimento de equipamentos adquiridos;
- 2.1.4 Realizar testes de *hardware* e de *software* em equipamentos;
- 2.1.5 Realizar inventário dos equipamentos em estoque;
- 2.1.6 Emitir laudos, pareceres e relatórios técnicos;

- 2.1.7 Orientar usuários sobre a utilização adequada de equipamentos;
- 2.1.8 Participar de programa de treinamento, quando necessário;
- 2.1.9 Realizar guarda e controle dos equipamentos em estoque, inclusive de limpeza e conservação;
- 2.1.10 Utilizar ferramentas e programas de informática para registro das movimentações dos equipamentos durante seu ciclo de vida.

## 2.2 Requisitos:

- 2.2.1 Formação técnica de nível médio em eletrônica ou em áreas afins como: mecatrônica, eletroeletrônica, eletrotécnica, eletromecânica ou técnico em manutenção eletrônica e manutenção de equipamentos de informática;
- 2.2.2 Certificado abrangendo manutenção de impressoras;
- 2.2.3 Certificado para manutenção de computadores e *notebooks*.

## 3 . ITEM 3: Administrador de sistemas operacionais sênior - CBO 2123-15

### 3.1 Responsabilidades:

- 3.1.1 Configurar e gerenciar serviços do *Windows Server*, como DNS, DHCP, *Active Directory*, *File Services* e *Print Services*;
- 3.1.2 Configurar e gerenciar serviços do *Windows Desktop*;
- 3.1.3 Monitorar o desempenho do servidor, analisar problemas de desempenho e otimizar a configuração do servidor;
- 3.1.4 Gerenciar atualizações de *software* no servidor, incluindo *patches* de segurança e atualizações de sistema operacional;

### 3.2 Requisitos:

- 3.2.1 Formação na área de Tecnologia da Informação (TI) ou Ciência da Computação;
- 3.2.2 Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias do início da prestação dos serviços do posto, certificação em pelo menos 01 (uma) das 03 (três) certificações da lista abaixo:
  - 3.2.2.1 *MS Certified Hybrid Administrator Associate*
  - 3.2.2.2 *Microsoft 365 Certified: Administrator Expert*
  - 3.2.2.3 *Microsoft 365 Certified: Endpoint Administrator Associate*
- 3.2.3 Conhecimento em sistemas operacionais *Windows Desktop* e *Windows Server*, incluindo as diferentes versões e suas funcionalidades, a fim de propor soluções para eventuais problemas;
- 3.2.4 Conhecimento das políticas de segurança do *Windows Server*, incluindo controle de acesso e políticas de senhas;
- 3.2.5 Capacidade de solucionar problemas de rede relacionados ao servidor, bem como problemas de conectividade e de DNS;
- 3.2.6 Familiarização com ferramentas de *backup* e recuperação;
- 3.2.7 Conhecer linguagens de *script*, como *PowerShell* e *VBScript*, a fim de automatizar tarefas e gerenciar servidores.

## LOTE 2 - INOVAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

### 4 . ITEM 4: Analista de Sistemas de Automação Pleno - CBO 2124-25

#### 4.1 Responsabilidades:

- 4.1.1 Prestar serviços de monitoramento de disponibilidade e performance de aplicações utilizadas no TRE-PR. O monitoramento será realizado utilizando a plataforma Zabbix e Grafana, ou ferramentas análogas utilizadas pelo TRE-PR, incluindo a criação de *triggers*, abertura de chamados e automações.

#### 4.2 Requisitos:

- 4.2.1 Graduação / Nível superior: comprovado por meio de certificados ou diplomas de instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação;
- 4.2.2 Certificação: comprovado por meio de diploma ou certificado ou atestado ou declaração emitidos pelo fabricante da tecnologia exigida ou órgão acreditado, passíveis de verificação;
- 4.2.3 Experiência profissional comprovada por meio de contrato de trabalho ou CTPS, ou ainda mediante documento equivalente com identificação clara de seu expedidor ou declaração de tempo de serviço, na utilização das plataformas Zabbix e Grafana, ou ferramentas análogas utilizadas pelo TRE-PR.

### 5 . ITEM 5: Analista de Suporte Computacional Pleno CBO-2124-20;

#### 5.1 Responsabilidades:

- 5.1.1 Prestar suporte de terceiro nível de aplicações utilizadas no âmbito do TRE-PR.

#### 5.2 Requisitos:

- 5.2.1 Graduação / Nível superior em Tecnologia da Informação, ou afins, comprovado por meio de certificado ou diploma de instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;
- 5.2.2 Pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*) ou especialização ou MBA, comprovado por meio de certificados ou diplomas de instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
- 5.2.3 Experiência profissional em suporte operacional em tecnologia da informação, comprovada por meio de contrato de trabalho ou CTPS, ou ainda mediante documento equivalente com identificação clara de seu expedidor ou declaração de tempo de serviço.

### 6 . ITEM 6: Cientista de Dados Master - CBO 2031-05

#### 6.1 Responsabilidades:

- 6.1.1 Analisar e transformar informações, propondo soluções que atendam às necessidades de negócio do Tribunal;
- 6.1.2 Usar análise estatística de dados para prover insights de negócio;
- 6.1.3 Usar técnicas estatísticas preditivas para geração de classificações e projeções;
- 6.1.4 Identificar padrões e tendências nos dados e utilizar modelos matemáticos para prover respostas e basear decisões de negócio;

- 6.1.5 Demonstrar o resultado das análises por meio de painéis, infográficos, relatórios ou apresentações de fácil compreensão aos Gestores de negócio.

## 6.2 Requisitos:

- 6.2.1 Formação de nível superior completo em Tecnologia da Informação, Engenharia da Computação, Ciência da Computação;
- 6.2.2 Não possuindo o requisito elencado no item anterior, serão aceitos outros cursos superiores, desde que acrescidos de especialização na área de ciência de dados ou banco de dados, com carga horária mínima de 360h;
- 6.2.3 Experiência de 06 (seis) meses em Projetos de Ciência de Dados (CD).
- 6.2.4 Experiência comprovada em ao menos cinco itens da lista de conhecimentos técnicos abaixo:
- 6.2.5 Linguagens de programação: SQL, Python;
- 6.2.6 Ferramentas de acesso à informação tais como *Oracle, PostgreSQL, MySQL, MongoDB, Redis, Elasticsearch, SAS* ou ecossistema *Hadoop*;
- 6.2.7 Ferramentas de gestão de dados tais como: *Apache Sqoop, Apache Flume, Apache NiFi, Apache Chukwa, Apache Kafka, Apache Storm, Apache Gobblin, Elastic Logstash*;
- 6.2.8 IDEs de Analytics baseadas em notebook tais como: Jupyter Notebook, PyCharm, Zeppelin;
- 6.2.9 Softwares de ETL/ELT, tais como Oracle OBI, Pentaho;
- 6.2.10 Ferramentas de visualização de dados, tais como: Metabase, Power BI, Tableau, QlikView;
- 6.2.11 Oracle Analytics.
- 6.2.12 Experiência comprovada de 06 (seis) meses em ao menos três itens da lista de conhecimentos técnicos abaixo:
- 6.2.13 Estatística básica (descritiva e de probabilidade);
- 6.2.14 Realização de análises descritivas e exploratórias;
- 6.2.15 Técnicas de modelagem preditiva;
- 6.2.16 Coleta, manipulação, integração e transformação de dados para auxiliar na criação de pipelines de dados;
- 6.2.17 Criação de painéis interativos de visualização de dados;
- 6.2.18 Controle de versão de código-fonte e outros artefatos com uso da ferramenta GIT versão 2 ou superior.

## LOTE 3 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

## 7 . ITEM 7: Administrador em Segurança da Informação (Júnior) - CBO 2123-20

### 7.1 Responsabilidades:

- 7.1.1 Atuar na equipe de Segurança da Informação com o objetivo de monitorar, suportar e realizar Resposta a Incidentes;
- 7.1.2 Monitorar ferramentas de detecção de intrusão e correlação de eventos, analisando alarmes, identificando e respondendo a potenciais ameaças;
- 7.1.3 Interagir com equipes multidisciplinares de segurança da informação, negócios e tecnologia;
- 7.1.4 Atuar na construção e melhoria de processos de monitoramento e detecção;
- 7.1.5 Documentar procedimentos de Resposta a Incidentes.



## **7.2 Requisitos:**

- 7.2.1 Curso Superior em Tecnologia da Informação ou áreas correlatas;
- 7.2.2 Conhecimento em rede de computadores (*Firewalls*, Roteadores, *Access Points* e *Switches* Gerenciados);
- 7.2.3 Conhecimento em Administração de *Microsoft Active Directory*;
- 7.2.4 Conhecimento em administração e operação de *software* da SIEM/SOAR;
- 7.2.5 Conhecimento em administração de *software* de proteção de *endpoints*;
- 7.2.6 Experiência em implementação e administração de Anti-vírus / EDR / XDR / *Firewall*.

## **7.3 Desejável:**

- 7.3.1 Certificações na Área de Segurança da Informação, bem como Pós graduação nesta área.

# **8 . ITEM 8: Administrador em Segurança da Informação (Pleno) - CBO 2123-20**

## **8.1 Responsabilidades:**

- 8.1.1 Atuar na equipe de Segurança da Informação com o objetivo de monitorar, suportar e realizar Resposta a Incidentes;
- 8.1.2 Monitorar ferramentas de detecção de intrusão e correlação de eventos, analisando alarmes, identificando e respondendo a potenciais ameaças;
- 8.1.3 Interagir com equipes multidisciplinares de segurança da informação, negócios e tecnologia;
- 8.1.4 Atuar na construção e melhoria de processos de monitoramento e detecção;
- 8.1.5 Documentar procedimentos de Resposta a Incidentes.

## **8.2 Requisitos:**

- 8.2.1 Curso Superior em Tecnologia da Informação ou áreas correlatas;
- 8.2.2 Conhecimento em rede de computadores (*Firewalls*, Roteadores, *Access Points* e *Switches* Gerenciados);
- 8.2.3 Conhecimento em Administração de *Microsoft Active Directory*;
- 8.2.4 Experiência em administração e operação de *software* de SIEM/SOAR IBM QRadar;
- 8.2.5 Conhecimento em administração de *software* de proteção de endpoints, preferencialmente Cyberark EPM;
- 8.2.6 Experiência em implementação e administração de Anti-vírus/EDR/XDR;
- 8.2.7 Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias do início da prestação dos serviços do posto, o mínimo de duas certificações em segurança da informação, por exemplo: Cysa+, Security +, Pentest+, CEH, CPENT, CND, CHFI, ECIH, CSA.

## **8.3 Desejável:**

- 8.3.1 Certificações em ferramentas de Segurança da Informação;
- 8.3.2 Experiência em gerenciamento e sustentação de *software* de proteção de endpoint (preferencialmente Cyberark EPM).

## ITEM 9 - GERÊNCIA DE PROJETOS DE TI

### 9 . ITEM 9: Especialista na Gerência de Projetos de TI - GEPRO - CBO 1425-20

#### 9.1 Responsabilidades:

- 9.1.1 Auxiliar no planejamento de atividades na área de tecnologia da informação;
- 9.1.2 Monitorar os indicadores de performance dos Projetos e suas entregas;
- 9.1.3 Monitorar o cumprimento de prazos estabelecidos nos cronogramas / calendários;
- 9.1.4 Auxiliar na elaboração dos artefatos das contratações de tecnologia da informação durante a fase do planejamento da contratação;
- 9.1.5 Propor melhorias metodológicas;
- 9.1.6 Apoiar a gestão do portfólio de projetos;
- 9.1.7 Auxiliar na organização das atividades, no apoio à tomada de decisão técnica, na aplicação das melhores práticas de gerenciamento de projetos para assegurar a entrega de uma ou mais soluções em conjunto;
- 9.1.8 Elaborar relatórios, levantamentos técnicos e análises/pareceres, de acordo com as demandas apresentadas pelos Gestores;
- 9.1.9 Apoiar o desenvolvimento, produção e manutenção de casos de negócios, tempos, recursos, custos e planos de exceção;
- 9.1.10 Opinar sobre o uso de ferramentas de software;
- 9.1.11 Acompanhar relatórios de progresso de desempenho dos projetos;
- 9.1.12 Opinar sobre o compartilhamento de conhecimento de normas e como cumpri-las.

#### 9.2 Requisitos:

- 9.2.1 Formação superior em Tecnologia da Informação ou outra graduação superior, desde que com pós-graduação em tecnologia da informação;
- 9.2.2 Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias do início da prestação dos serviços do posto, certificações relacionadas a Gerenciamento de Projetos, em especial: Escopo, Cronograma, Custos e Riscos;
- 9.2.3 Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias do início da prestação dos serviços do posto, certificações em pelo menos 1 (um) dos requisitos: CSM – *Certified Scrum Master (Scrum Alliance)*; ou PSM – *Professional Scrum Master (Scrum.ORG)*; ou PMP - *Project Management Professional*; ou PMP ACP - *Agile Certified Practitioner ou Prince2*;
- 9.2.4 Experiência profissional mínima de 06 (seis) meses em gerenciamento de projetos relacionados à área de tecnologia da informação.

#### 9.3 Desejável possuir conhecimentos em:

- 9.3.1 Processos e modelos de maturidade de desenvolvimento e manutenção de software (ex.: RUP, MPS.BR, CMMI-DEV, ISO/NBR 15504);
- 9.3.2 Desenvolvimento de software ágil, incluindo o Manifesto Ágil, Scrum e Kanban;
- 9.3.3 Análise de requisitos funcionais e não-funcionais;
- 9.3.4 Engenharia de software;
- 9.3.5 Padrões de projeto de software;
- 9.3.6 Modelagem de dados;

- 9.3.7 *User Experience* (UX);
- 9.3.8 ITIL;
- 9.3.9 Gerenciamento de Riscos.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### ANEXO III-A

#### NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO/ NMS

Para os postos de trabalho alocados na:  
Seção de Gestão de Equipamentos de Microinformática – SGEM

#### 1. Itens de Monitoramento e Controle – IMC

- 1.1. Os itens de monitoramento e controle têm o objetivo de mensurar o atingimento ou não dos resultados esperados (Níveis Mínimos de Serviço – NMS) na prestação dos serviços de sustentação de infraestrutura, inovação e melhoria contínua em TI, gerência de projetos, segurança cibernética, teste, monitoramento, sustentação e suporte de aplicativos multiplataforma.
- 1.2. O *Cherwell Service Management* será o indexador das solicitações para a efetiva fiscalização dos Níveis Mínimos de Serviço - NMS, detalhados neste Anexo.
- 1.3. Em caso de não atingimento dos resultados, haverá aplicação de redução no pagamento, resguardadas as margens de tolerância e exceções aqui previstas.
- 1.4. Considerando as características inerentes aos serviços contratados de cada perfil profissional e dos produtos e serviços por eles entregues/prestados nas Ordens de Serviço – OS, serão estabelecidos a seguir, os IMCs que serão aplicados ao contrato de forma a garantir a qualidade e o atendimento aos requisitos estabelecidos neste TR.
- 1.5. Como os serviços demandados nas ordens de serviço podem ser de naturezas distintas, os IMCs aplicáveis deverão ser expressos na própria OS.

#### 2. Definição das categorias de demandas (chamados e tarefas) a serem executadas:

Prioridade (P)	Tempo para resolução (h)
1	2
2	7
3	14
4	21

- 2.1. Atender por completo tarefas de disponibilização, recolhimento e substituição de equipamento na Sede para usuários VIP. (**P: 1**);
- 2.2. Disponibilização/ Substituição: inclui a instalação da imagem adequada, a realização de testes, a transferência para a unidade destino no sistema Asiweb, anotação no caderno de controle de saída de equipamentos da SGEM e registro no sistema *Cherwell* das ações realizadas;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 2.3. Realizar atendimento de suporte remoto ou *in loco* (se possível) aos usuários quando necessário. **(P: 2);**
- 2.4. Atender por completo tarefas de disponibilização, recolhimento e substituição de equipamento na Sede. **(P: 3);**
  - 2.4.1. Disponibilização/Substituição: inclui a instalação da imagem adequada, a realização de testes, a transferência para a unidade destino no sistema Asiweb, anotação no caderno de controle de saída de equipamentos da SGEM e registro no sistema *Cherwell* das ações realizadas;
  - 2.4.2. Recolhimento: inclui a vistoria física, o recebimento da transferência para a unidade Origem no sistema Asiweb e o registro no sistema *Cherwell* das informações pertinentes referentes ao equipamento recolhido.
- 2.5. Solicitar, no *Cherwell*, disponibilização, substituição e recolhimento de equipamentos para a equipe do depósito da SGEM, no caso de chamados do fórum eleitoral de Curitiba, cartórios da região metropolitana e do interior. **(P: 3);**
- 2.6. Realizar manutenção (vistoria, conserto, testes e, se necessário, solicitação de abertura de chamada técnica pela garantia) em componentes do kit biométrico, computador, notebook, monitor e equipamentos periféricos que apresentaram falhas durante o uso ou durante a preparação para disponibilizar ao usuário. **(P: 3);**
- 2.7. Realizar abertura de chamada técnica por telefone ao fornecedor, prestando as informações solicitadas pelo técnico da empresa e realizando ações indicadas por ele a fim de confirmar o diagnóstico do problema apresentado. Registrar na anotação técnica do chamado, dentro do sistema *Cherwell*, as informações pertinentes. **(P: 3);**
- 2.8. Analisar o painel de pendências de recebimento de transferências no sistema ASIWEB e disparar e-mails de solicitação de regularização das áreas que possuem pendências. Registrar na anotação técnica da tarefa no sistema *Cherwell* quais requisições estavam com pendência, cuja ativação de envio de e-mail foi realizada. **(P: 3);**
- 2.9. Realizar manutenção (vistoria, conserto, testes e, se necessário, solicitação de abertura de chamada técnica pela garantia) em impressoras multifuncionais que apresentaram falhas durante o uso ou durante a preparação para disponibilizar ao usuário. **(P: 4);**
- 2.10. Elaborar planilhas com as quantidades e os locais de distribuição dos equipamentos quando houver migração de equipamentos (não entra no IRAT por se tratar de atividade esporádica). **(P: 4);**
- 2.11. Realizar inventário semestral dos bens da SGEM (não entra no IRAT por se tratar de atividade esporádica). **(P: 4);**
3. **Levantamento de dados históricos das demandas em período eleitoral e não eleitoral para fundamentar a estimativa de perfis profissionais e seus quantitativos, necessários à prestação de serviços;**
  - 3.1. **Demanda média mensal fora de período eleitoral:**
  - 3.2. **Atendimentos: chamados/tarefas = 112 (por técnico)**



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

3.3. **Demanda média mensal em período eleitoral:**

3.4. **Atendimentos: chamados/tarefas = 160 (por técnico)**

### 4. **Cálculo dos índices de monitoramento e controle no valor das ordens de serviço.**

4.1. Será considerado o seguinte índice:

Índice
Índice de Resposta à Atendimento Técnico – IRAT

4.2. O percentual final de glosa a ser aplicado às OS dar-se-á da seguinte forma:

$$\text{Percentual de glosa final da OS} = \frac{\sum (\text{percentual de desconto do índice na OS})}{\text{Quantidade de indicadores aplicáveis à OS}}$$

4.3. Caso não ocorra nenhum desconto sobre o valor do faturamento para cada índice, o valor final de glosa da OS será de 0% (zero por cento).

### 5. **Índice de Resposta a Atendimento Técnico – IRAT**

5.1. Este índice tem por objetivo avaliar a qualidade e tempestividade do atendimento durante o período de atendimento técnico

Prioridade	Tempo para resolução (h)
1	2
2	7
3	14
4	21

Item	Avaliação	Meta
1 - Atender por completo tarefas de disponibilização, recolhimento e substituição de equipamento na Sede para usuários VIP: Disponibilização/Substituição: inclui a instalação da imagem adequada, a realização de testes, a transferência para a unidade destino no sistema Asiweb, anotação no caderno de controle de saída de equipamentos da SGEM e registro na anotação técnica das ações realizadas no sistema <i>Cherwell</i> ; Prioridade: 1	Quantidade de vezes em que o aceite foi realizado dentro do prazo	95% - noventa e cinco por cento



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Item	Avaliação	Meta
2 - Realizar atendimento de suporte remoto ou em loco (se possível) aos usuários quando necessário. Prioridade: 2	Quantidade de vezes em que o atendimento de suporte aos usuários foi realizado dentro do prazo	95% - noventa e cinco por cento
3 - Atender por completo tarefas de disponibilização, recolhimento e substituição de equipamento na Sede: <b>Disponibilização/Substituição:</b> inclui a instalação da imagem adequada, a realização de testes, a transferência para a unidade destino no sistema Asiweb, anotação no caderno de controle de saída de equipamentos da SGEM e registro na anotação técnica das ações realizadas no sistema <i>Cherwell</i> ; <b>Recolhimento:</b> inclui a vistoria física, o recebimento da transferência para a unidade Origem no sistema Asiweb e o registro no sistema <i>Cherwell</i> das informações pertinentes referentes ao equipamento recolhido. Prioridade: 3	Quantidade de vezes em que o atendimento completo foi realizado dentro do prazo	95% - noventa e cinco por cento
4 - Solicitar, no <i>Cherwell</i> , disponibilização, substituição e recolhimento de equipamentos para a equipe do depósito da SGEM, no caso de chamados do fórum eleitoral de Curitiba, cartórios da região metropolitana e do interior. Prioridade: 3	Quantidade de vezes em que as solicitações foram atendidas dentro do prazo	95% - noventa e cinco por cento
5 - Realizar manutenção (vistoria, conserto, testes e, se necessário, solicitação de abertura de chamada técnica pela garantia) em componentes do kit biométrico, computador, notebook, monitor e equipamentos periféricos que apresentaram falhas durante o uso ou durante a preparação para disponibilizar ao usuário. Prioridade: 3	Quantidade de vezes em que as manutenções foram realizadas dentro do prazo	95% - noventa e cinco por cento
6 - Realizar abertura de chamada técnica por telefone ao fornecedor, prestando as informações solicitadas pelo técnico da empresa e realizando ações indicadas por ele a fim de confirmar o diagnóstico do problema apresentado. Registrar na anotação técnica do chamado, dentro do sistema <i>Cherwell</i> , as informações pertinentes. Prioridade: 3	Quantidade de vezes em que a chamada técnica foi aberta dentro do prazo	95% - noventa e cinco por cento
7 - Analisar o painel de pendências de recebimento de transferências no sistema ASIWEB e disparar e-mails de solicitação de regularização às áreas que possuem pendências. Registrar na anotação técnica da tarefa no sistema <i>Cherwell</i> quais requisições estavam com pendência, cuja ativação de envio de e-mail foi realizada. Prioridade: 3	Quantidade de vezes em que o painel foi analisado dentro do prazo e as regularizações pendentes solicitadas via ativação do envio automático de e-mails	95% - noventa e cinco por cento



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Item	Avaliação	Meta
8 – Realizar manutenção (vistoria, conserto, testes e, se necessário, solicitação de abertura de chamada técnica pela garantia) em impressoras multifuncionais que apresentaram falhas durante o uso ou durante a preparação para disponibilizar ao usuário. Prioridade: 4	Quantidade de vezes em as manutenções de impressoras foram realizadas dentro do prazo	95% - noventa e cinco por cento
9 – Elaborar planilhas e relatórios referentes a inventário de equipamentos para distribuição e controles internos. Prioridade: 4	Quantidade de vezes em que demais atividades elencadas pela SGEM prestadas dentro do prazo	95% - noventa e cinco por cento

5.2. O valor final do IRAT (em percentagem) será obtido da seguinte forma:

$$IRAT = Soma das metas / 9$$

Descrição do IMC	Nível Mínimo de Serviço (NMS)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Índice de Resposta a Atendimento Técnico – IRAT	Igual ou superior a 95%	0%
	Igual ou superior a 90% e inferior a 95%	5%
	Igual ou superior a 85% e inferior a 90%	10%
	Igual ou superior a 80% e inferior a 85%	15%
	Igual ou superior a 75% e inferior a 80%	20%
	Igual ou superior a 70% e inferior a 75%	25%
	Inferior 70%	30%





## ANEXO III-B

### NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO – NMS

Para os postos de trabalho alocados nas seguintes unidades:

- 1) Seção de Rede – SREDE
- 2) Seção de Ambientes de Colaboração – SAMC
- 3) Seção de Administração de Dados e Inteligência de Negócio – SADIN
- 4) Seção de Administração de Sistemas – SAS
- 5) Assessoria de Segurança Cibernética – ASC

#### 1. Itens de Monitoramento e Controle – IMC:

- 1.1. Os itens de monitoramento e controle têm o objetivo de mensurar o atingimento ou não dos resultados esperados (Níveis Mínimos de Serviço – NMS) na prestação dos serviços de sustentação de infraestrutura, inovação e melhoria contínua em TI, gerência de projetos, segurança cibernética, teste, monitoramento, sustentação e suporte de aplicativos multiplataforma.
- 1.2. O *Cherwell Service Management* será o indexador das solicitações para a efetiva fiscalização dos Níveis Mínimos de Serviço – NMS, detalhados neste Anexo.
- 1.3. Em caso de não atingimento dos resultados, haverá aplicação de redução no pagamento, resguardadas as margens de tolerância e exceções aqui previstas.
- 1.4. Considerando as características inerentes aos serviços contratados de cada perfil profissional e dos produtos e serviços por eles entregues/prestados nas Ordens de Serviço – OS, serão estabelecidos, a seguir, os IMC's que serão aplicados ao contrato de forma a garantir a qualidade e o atendimento aos requisitos estabelecidos neste TR.
- 1.5. Como os serviços demandados nas Ordens de Serviço podem ser de naturezas distintas, os IMC's aplicáveis deverão ser expressos na própria OS.

#### 2. Cálculo dos índices de monitoramento e controle no valor das ordens de serviço.

- 2.1. São considerados os seguintes índices:

Índice
Índice de Interação e Comunicação – IIC
Índice de Qualidade de Monitoramento – IQM
Índice de Resposta à Garantia Técnica – IRGT
Índice de Qualidade de Desenvolvimento – IQD



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

2.2. O percentual final de glosa a ser aplicado às OS dar-se-á da seguinte forma:

$$\text{Percentual de glosa final da OS} = \frac{\sum (\text{percentual de desconto do índice na OS})}{\text{Quantidade de indicadores aplicáveis à OS}}$$

2.2.1. Caso não ocorra nenhum desconto sobre o valor do faturamento para cada índice, o valor final de glosa da OS será de 0% (zero por cento).

### 2.3. Índice de Resposta a Atendimento Técnico – IRAT

2.3.1. Este índice tem por objetivo avaliar a qualidade e tempestividade do atendimento durante o período de atendimento técnico.

Item*	Avaliação	Meta
1 - Atuação tempestiva no atendimento das correções de incidentes	Percentual de atendimentos das tarefas que ocorreram dentro do prazo estabelecido	95% – Noventa e cinco por cento
2 - Atuação tempestiva no atendimento das demandas apresentadas	Percentual de atendimentos das tarefas dentro do prazo estabelecido	90% – Noventa por cento
3 - Atualização das documentações	Percentual atendimentos onde as documentações e dados históricos foram atualizadas adequadamente	90% – Noventa por cento

2.4. O valor final do IRAT (em percentagem) será obtido da seguinte forma:

$$\text{IRAT} = (\text{Soma das metas}) / 3$$

Descrição do IMC	Nível Mínimo de Serviço (NMS)	Desconto sobre o valor de faturamento da OS
Índice de Resposta a Atendimento Técnico (IRAT)	Igual a 95%	0%
	Igual ou superior a 75%	10%
	Igual ou superior a 60%	15%
	Inferior a 60%	30%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO III - C

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS

(Documento genérico - será utilizado provisoriamente até implantação da fiscalização específica da contratação no Cherwell)

PAD n.	24238/2022
Contrato n.	
Contratada:	
Objeto:	Suporte Nível 3 de Serviços de TIC

1. DA DEFINIÇÃO

- 1.1. Este documento é um instrumento ágil e objetivo de avaliação, o qual define, em bases compreensíveis, tangíveis, observáveis e comprováveis, o compromisso de qualidade da prestação do serviço firmado e respectivas adequações de pagamento.
- 1.2. Este anexo é parte indissociável do Contrato.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

- 2.1. Os serviços prestados pela Contratada serão avaliados por meio de 4 (quatro) indicadores de qualidade:
- 1 – Tempo de resposta às Ordens de Serviço – OS;
  - 2 – Disponibilidade e conduta dos profissionais alocados;
  - 3 – Regularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas;
  - 4 – Cumprimento, pela Contratada, dos prazos contratuais;
- 2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.
- 2.3. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços. Os indicadores 1 e 2 tem reflexos de redimensionamento do valor mensal do posto, ao passo que os indicadores 3 e 4 tem potencial de redimensionamento do valor mensal do contrato, ou seja, o redimensionamento do valor mensal de todos os postos do contrato, avaliando-se o caso concreto.
- 2.4. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 2.4.1. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa deverá cumprir com suas obrigações contratuais, atingindo os níveis mínimos de qualidade estabelecidos.
- 2.5. Os pagamentos serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no presente instrumento, observada a taxa de tolerância definida.
- 2.5.1. As ocorrências registradas nos primeiros 10 (dez) dias após o início da vigência contratual e que não causarem prejuízos às atividades poderão ser objeto apenas de notificação.
- 2.6. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, o TRE-PR poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato, com abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 2.7. Para consecução dos objetivos, deverão ser adotadas as tabelas abaixo, que apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação da qualidade.

Indicador 1 – Tempo de resposta às Ordens de Serviço – OS	
Finalidade	Mensurar o tempo de atendimento a todas as ordens de serviços – OS, sendo consideradas OS, no momento, qualquer chamado recebido/indicado ou solicitação recebida/indicada via sistemas próprios, contratados ou públicos, em uso pelo TRE-PR (ex.: PAD, Cherwell, SIATI, ContratosGov, e-mail ou chat institucional).
Meta a cumprir	Atendimento a todas as OS com qualidade e dentro do prazo estabelecido pelo Fiscal.
Instrumento de medição:	Relatório dos sistemas ou constatação formal da ocorrência.
Forma de acompanhamento	O acompanhamento deverá ser preferencialmente automatizado. Em não sendo ainda possível, o acompanhamento será pessoal, pelo Fiscal do contrato, que deverá registrar a ocorrência no sistema de gestão de contratos (atualmente ContratosGov).
Periodicidade	Diária, semanal e/ou mensal, conforme rotinas do setor de alocação.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta.
Início da Vigência	A partir do 16º dia corrido após o início da prestação dos serviços pelo profissional alocado pela 1ª vez no posto, e a partir do 1º dia para profissional com experiência no posto de serviços.
Faixas de ajuste do pagamento:	<b>POR POSTO</b> Sem atrasos: <b>30 pontos</b> 1 resposta com atraso ou insatisfatória: <b>30 pontos</b> 2 respostas com atraso ou insatisfatória: <b>25 pontos</b> 3 respostas com atraso ou insatisfatória: <b>20 pontos</b> 4 respostas com atraso ou insatisfatória: <b>15 pontos</b>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

	5 respostas com atraso: <b>10 pontos</b> 6 respostas com atraso: <b>5 pontos</b> 7 respostas com atraso: <b>0 pontos</b>
Sanções	Conforme contrato.
Observações	A equipe de gestão/fiscalização deverá informar o Preposto da empresa sempre que houver ocorrências. O que se busca com esse indicador é <b>manter a produtividade esperada para os serviços contratados</b> , obtendo-se ciência e comprometimento da Contratada e engajamento de seus profissionais quanto à resolução das demandas levantadas pelo TRE-PR o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em tempo maior.

Indicador 2 – Disponibilidade e Conduta dos Profissionais alocados	
Finalidade	Mitigar ocorrências de posto descoberto e de conduta inapropriada por parte do profissional ocupante do posto
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal da ocorrência.
Forma de acompanhamento	1. Pela equipe de fiscalização (Fiscal Setorial, Técnico ou Administrativo e/ou Gestor do contrato), por meio do acompanhamento diário da execução dos serviços; e 2. Pelo cliente interno ou externo do setor onde ocorre a prestação dos serviços, por reclamação confirmada.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência no mês de referência, de: 1. Reclamação <b>confirmada</b> de conduta inapropriada; ou 2. Atraso/falta injustificada registrada no ponto.
Início da Vigência	A partir do início da prestação dos serviços pelo profissional alocado no posto.
Faixas de ajuste do pagamento	<b>POR POSTO</b> Sem Ocorrência: <b>30 pontos</b> 1 Ocorrência Leve: <b>30 pontos</b> Reincidência Leve: <b>27,5 pontos</b> 1 Ocorrência Média: <b>25 pontos</b> Reincidência ou Agravante Média: <b>20 pontos</b> 1 Ocorrência Grave: <b>15 pontos</b> Reincidência ou Agravante grave: <b>10 pontos</b> 1 Ocorrência Gravíssima: <b>5 pontos</b> Reincidência ou Agravante Gravíssima: <b>0 pontos</b> Exemplos de ocorrências pela gravidade:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

O rol abaixo é apenas exemplificativo, cabendo à fiscalização definir a gravidade da inadimplência frente ao potencial de prejuízos a serem causados.

### **Leve** - exemplos:

1. Ouvir música audível ou com fone em ambos os ouvidos durante o expediente;
2. Uso da internet ou da impressora para fins particulares;
3. Uso isolado de palavras de baixo calão;
4. Deixar de portar o crachá de identificação de modo visível;
5. Atraso ou falta sem justificativa com possibilidade de compensação;

### **Média** – exemplos:

1. Violência verbal não direcionada;
2. Proceder imoralmente em relação a outro colega;
3. Não atendimento a orientação/advertência do Fiscal;
4. Atraso ou falta sem justificativa sem possibilidade de compensação;
5. Ocorrência de natureza leve reiterada;

### **Agravante Média** – exemplos:

6. Interrupção do serviço do Fiscal e/ou da unidade;

### **Grave** – exemplos:

1. Prática de jogos nas dependências do órgão;
2. Retardar o cumprimento de ordem de serviço com intuito de procrastinação;
3. Ausência contumaz no posto base não justificada;
4. Violência verbal direcionada a colega;
5. Usar informações obtidas por meio do desempenho profissional em benefício próprio ou de terceiros;
6. Apresentar-se embriagado ou sob efeito de químicos;
7. Ocultar, adulterar ou omitir informações do serviço;
8. Ocorrência de natureza média reiterada;

### **Agravante Grave** – exemplos:

9. Interrupção do serviço do Fiscal e/ou da unidade;

### **Gravíssimo** – exemplos:

1. Incontinência de conduta (assédio sexual, uso de pornografia no prédio, etc.);
2. Agressão física em relação a outro colega;
3. Tentativa ou acesso às dependências do TRE-PR armado;
4. Empréstimo do crachá a outrem para acesso ao TRE-PR;
5. Discriminar pessoas por motivo de origem, raça, classe social, identidade ou orientação sexual, sexo, cor, idade, incapacidade física, estado civil, etc.;
6. Comercializar, usar ou manter nas dependências do Órgão drogas ou substâncias entorpecentes;
7. Fazer uso das redes sociais para prejuízo da imagem do Órgão ou para prejuízo da imagem de servidor ou colaborador;
8. Ocorrência de natureza grave reiterada

### **Agravante Gravíssimo** – exemplos:



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

	9. Interrupção do serviço do Fiscal e/ou da unidade;
Sanções	Conforme contrato.
Observações	A equipe de gestão/fiscalização deverá informar o Preposto da empresa sempre que houver ocorrências e oficial à Contratada sempre que houver ocorrência de natureza grave ou gravíssima, efetuando a abertura de processo administrativo para registro e, se necessário, aplicação de sanção. O que se busca com esse indicador é <b>garantir a boa qualidade dos serviços prestados</b> pelos Profissionais da Contratada, garantindo-se a <b>cobertura do posto</b> de serviços, a <b>urbanidade e a cordialidade</b> no ambiente de trabalho, a <b>ética profissional</b> (respeito, responsabilidade, honestidade e o sigilo profissional) e a <b>segurança institucional e cibernética</b> .

Indicador 3 – Regularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas	
Finalidade	Mitigar ocorrências de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, securitárias e outras estabelecidas na CLT e na CCT.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição:	Constatação formal da ocorrência.
Forma de acompanhamento	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Pela equipe de fiscalização (Fiscal Setorial, Técnico ou Administrativo e/ou Gestor do contrato), por meio de análise da documentação apresentada pela empresa e consulta aos sistemas públicos; e</li><li>2. Por ocorrência reportada por profissional alocado no posto de serviços, identificada por meio de análise do extrato do Meu INSS e do Caixa FGTS, bem como do extrato da conta bancária e dos cartões de benefícios.</li></ol>
Periodicidade	Mensal, considerando os prazos legais e normativos para pagamento de cada obrigação.
Mecanismo de cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso ou ausência de pagamento no mês de referência.
Início da Vigência	A partir do início da prestação dos serviços pelo profissional alocado no posto.
Faixas de ajuste do pagamento	<p>POR CONTRATO</p> <p>Sem ocorrências: <b>20 pontos</b></p> <p>1 ocorrência leve: <b>15 pontos</b></p> <p>1 ocorrência média: <b>10 pontos</b></p> <p>1 ocorrências grave: <b>5 pontos</b></p> <p>1 ocorrência gravíssima: <b>0 pontos</b></p> <p>Exemplos de ocorrências pela gravidade:</p> <p>O rol abaixo é apenas exemplificativo, cabendo à fiscalização definir a gravidade da inadimplência frente ao potencial de prejuízos a serem causados.</p> <p><b>Leve:</b> Atraso de benefício até 1 dia útil (exceto VT e VA).</p>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

	<p><b>Média:</b> Atraso de VT e VA até 1 dia útil e de outros benefício de 2 a 3 dias úteis.</p> <p><b>Grave:</b> Atraso de salário até 1 dia; atraso de VT e VA de 2 a 3 dias úteis, atraso de benefício de 5 dias úteis</p> <p><b>Gravíssima:</b> Atraso de salário superior a 2 dias; atraso de VT e VA superior a 3 dias úteis, atraso de benefício superior a 5 dias úteis.</p>
Sanções	Conforme contrato.
Observações	<p>A equipe de gestão/fiscalização deverá oficialiar à Contratada sempre que houver registro de ocorrência dessa natureza e efetuar a abertura de processo administrativo para registro e, se necessário, aplicação de sanção.</p> <p>O que se busca com esse indicador é <b>garantia do cumprimento, pela Contratada, das obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, securitárias e outras</b> estabelecidas na legislação e no Instrumento Coletivo de Trabalho.</p>

Indicador 4 – Cumprimento, pela Contratada, dos prazos contratuais.	
Finalidade	Mitigar ocorrências de descumprimento dos prazos estabelecidos no ato convocatório e no contrato.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição:	Constatação formal da ocorrência.
Forma de acompanhamento	Pela equipe de fiscalização e gestão contratual e demais servidores.
Periodicidade	Por evento.
Mecanismo de cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso de prazo estabelecido no ato convocatório ou inadimplência contratual.
Início da Vigência	A partir do início da prestação dos serviços pelo profissional alocado no posto.
Faixas de ajuste do pagamento	<p>POR CONTRATO</p> <p>Sem ocorrências: <b>20 pontos</b></p> <p>1 ocorrência leve: <b>15 pontos</b></p> <p>1 ocorrência média: <b>10 pontos</b></p> <p>1 ocorrências grave: <b>5 pontos</b></p> <p>1 ocorrência gravíssima: <b>0 pontos</b></p> <p>Exemplos de ocorrências pela gravidade:</p> <p>O rol abaixo é apenas exemplificativo, cabendo à fiscalização definir a gravidade do caso concreto frente ao potencial de prejuízos a serem causados.</p> <p><b>Leve:</b></p> <p>1. Atraso de 1 (um) dia útil na substituição do posto;</p>





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

	<ol style="list-style-type: none"><li>Atraso de até 5 (cinco) dias úteis na apresentação da nota fiscal;</li><li>Vencimento do prazo dado pelo TRE-PR para regularização das certidões obrigatórias;</li><li>Vencimento do prazo dado pelo TRE-PR para entrega de documentação pendente;</li><li>Falta de retorno ou acompanhamento por parte do Preposto;</li></ol> <p><b>Média:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>Atraso de 2 (dois) dias úteis na substituição do posto;</li><li>Atraso de 6 a 10 (dez) dias úteis na apresentação da nota fiscal;</li><li>Reincidência de inadimplência de natureza leve;</li><li>Ocorrência de mais de 1 (uma) inadimplência leve;</li></ol> <p><b>Grave:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>Atraso de 3 (três) dias úteis na substituição do posto;</li><li>Atraso de 11 a 15 (quinze) dias úteis na apresentação da nota fiscal;</li><li>Reincidência de inadimplência de natureza média;</li><li>Ocorrência de mais de 1 (uma) inadimplência média;</li></ol> <p><b>Gravíssima:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>Atraso na substituição do posto superior a 3 (três) dias úteis;</li><li>Atraso na apresentação da nota fiscal superior a 15 (quinze) dias úteis (prazo na Subcláusula 7.3.3);</li><li>Reincidência de inadimplência de natureza grave;</li><li>Ocorrência de mais de 1 (uma) inadimplência grave;</li><li><b>Atraso no início da prestação dos serviços;</b></li><li><b>Descumprimento do prazo para apresentação do Termo de Sigilo e Responsabilidade assinado</b> (Subcláusula 5.1.2).</li></ol>
Sanções	Conforme contrato.
Observações	A equipe de gestão/fiscalização deverá informar a empresa sempre que houver ocorrência de inadimplência. O que se busca com esse indicador é <b>adimplemento</b> das cláusulas editalícias e contratuais e a <b>garantia da efetividade e da eficiência da comunicação</b> entre o TRE-PR e a Contratada

### 3. CÁLCULO DO REDIMENSIONAMENTO DO PAGAMENTO

- As pontuações devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.
- A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo.

Pontuação total dos serviços:

[A] SOMA dos Pontos POR POSTO = INDICADOR 1 + INDICADOR 2.

[B] SOMA dos Pontos POR CONTRATO = (INDICADOR 3 + INDICADOR 4).

Valor Mensal do Posto = [A] + [B]



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Valor Mensal do Contrato = Soma do valor mensal de cada Posto.

- 3.3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo.

Faixas de pontuação de qualidade		Pagamento Devido	Fator de Ajuste de Nível de Serviços
1	De 95 a 100 pontos	100% do valor previsto	1
2	De 90 a 94 pontos	98% do valor previsto	0,98
3	De 85 a 89 pontos	96% do valor previsto	0,96
4	De 80 a 84 pontos	94% do valor previsto	0,94
5	De 75 a 79 pontos	92% do valor previsto	0,92
Para pontuação abaixo de 75 pontos (por posto ou por contrato), será aberto processo administrativo para averiguação			
6	De 65 a 74 pontos	89,5% do valor previsto	0,895
7	De 55 a 64 pontos	87% do valor previsto	0,87
8	De 45 a 54 pontos	84,5% do valor previsto	0,845
9	De 35 a 44 pontos	82% do valor previsto	0,82
10	De 25 a 34 pontos	79,5% do valor previsto	0,795
11	De 15 a 24 pontos	76% do valor previsto	0,76
12	De 5 a 14 pontos	73% do valor previsto	0,73
13	De 0 a 4 pontos	70% do valor previsto	0,7

- 3.4. Segue exemplo de cálculo:

Ex.: Contrato com 10 (dez) postos com valor unitário de R\$ 5.000,00 e valor mensal de R\$ 50.000,00.

Indicador 1: No mês, houve 1 (uma) resposta com atraso e 1 (uma) resposta insatisfatória para **1 (um) posto**, conforme registro no Cherwell.

Pontuação **25 pontos**.

Demais postos: 30 pontos.

Indicador 2: Sem ocorrências.

Pontuação **30 pontos**.

Indicador 3: No mês, houve atraso de 1 (um) dia útil no pagamento do Vale Alimentação para todos os profissionais alocados no contrato.

Pontuação: **10 pontos**.

Indicador 4: Sem ocorrências.

Pontuação: **20 pontos**.

Soma: 1 posto = A + B (55 + 35) = 85 pontos

Demais postos: A + B (60 + 35) = 90 pontos

Aplicação do Fator: 1 posto: R\$ 5.000 \* 0,96 (fator faixa 2) = R\$ 4.800,00

9 postos: R\$ 45.000 \* 0,98 (fator faixa 1) = R\$ 44.100,00

Valor do pagamento mensal ajustado (no CT de exemplo): R\$ 48.900,00.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### 4. CONSOLIDAÇÃO DAS MEDIÇÕES

- 4.1. A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, nos termos da Cláusula Sexta do Termo de Referência;
- 4.2. O Fiscal preencherá o formulário mensal disponibilizado no sistema de gestão de contratos (atualmente ContratosGOV), onde registrará a consolidação das ocorrências e a pontuação obtida.
- 4.3. O Gestor irá consolidar as medições realizadas pelos Fiscais Setoriais/Técnicos e as medições da fiscalização administrativa e informará à Contratada o valor a ser faturado.
  - 4.3.1. A Contratada poderá impugnar a medição, sendo a ela garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 4.4. Os prazos para recebimento provisório dos serviços, pela fiscalização, envio da medição consolidada à Contratada, pelo Gestor, e análise de eventual impugnação, pelo TRE-PR, estão estabelecidos na Cláusula Sétima do Termo de Referência.

### 5. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 5.1. O espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência visando garantias para o interesse público.
  - 5.1.1. Somente em casos excepcionais (caso fortuito e força maior) os critérios de avaliação e suas consequências deixarão de ser aplicados.
- 5.2. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Curitiba-PR, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
TRE-PR

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

LOTE 1

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

LOTE 1 - Sustentação de Infraestrutura

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4*)  Salário Mínimo Regional Faixa 4:	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19*)			
								Valor Diário	Valor do V.T.						
								R\$ 24,00	R\$ 6,00						
								Desconto (%)	Quant. Diária						
				h	80,37%		0,00%	2	R\$ 528,00	R\$ 2.134,88	R\$ 9,30	35,00%			
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	2124-10	ARED-03	35	8.706,81	6.997,82	15.704,63	528,00	0,00	44,00	29,50	9,30	610,80	5.710,69	R\$ 22.026,12

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 e TA 2880/2023

Vigência e Data Base:

1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4*)  Salário Mínimo Regional Faixa 4:	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19*)			
h	80,37%														

2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	3132-20	TECMAN-03	35	2.657,55	2.135,92	4.793,47	528,00	92,55	44,00	29,50	9,30	703,35	1.923,98	R\$ 7.420,80
---	---	---------	-----------	----	----------	----------	----------	--------	-------	-------	-------	------	--------	----------	--------------

\* Auxílio Creche: TA 2880/2023, 4\*;

Base de cálculo: Salário Mínimo Regional - Faixa 4: R\$ 1.999,02 (Decreto PR n. 435, de 7/2/2023).

Valor mensal: 15% até 24 meses e 10% até 71 meses, cuja média corresponde a 11,6901% ao mês.

Incidência: probabilidade de maternidade considerada: 0,0197 \* 6 anos (71 meses)

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 e TA 2880/2023

Vigência e Data Base:

1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4*)  Salário Mínimo Regional Faixa 4:	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19*)			
								Valor Diário	Valor do V.T.						
								R\$ 24,00	R\$ 6,00						
								Desconto (%)	Quant. Diária						
				h	80,37%		R\$ 528,00	R\$ 2.134,88	R\$ 9,30		35,00%				
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	2123-15	ASO-03	35	9.299,35	7.474,05	16.773,40	528,00	0,00	44,00	29,50	9,30	610,80	6.084,77	R\$ 23.468,97

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 e TA 2880/2023

Vigência e Data Base:

1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

LOTE 2

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

NOME DA EMPRESA  
CNPJ

LOTE 2 - Inovação e Melhoria Contínua

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)	
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4º)  Salário Mínimo Regional Faixa 4:	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19º)				
				h												
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	2124-25	ASISA-02	35	6.110,13	4.910,82	11.020,95		528,00	0,00	44,00	29,50	9,30	610,80	4.071,32	R\$ 15.703,07

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 e TA 2880/2023

Vigência e Data Base:

1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4º)  Salário Mínimo Regional Faixa 4:	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19º)				
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	2124-20	ASUPCOMP-02	35	4.982,26	4.004,33	8.986,59	528,00	0,00	44,00	29,50	9,30	610,80	3.359,25	R\$ 12.956,64

\* Auxílio Creche: TA 2880/2023, 4º;  
Base de cálculo: Salário Mínimo Regional - Faixa 4: R\$ 1.999,02 (Decreto PR n. 435, de 7/2/2023).  
Valor mensal: 15% até 24 meses e 10% até 71 meses, cuja média corresponde a 11,6901% ao mês.  
Incidência: probabilidade de maternidade considerada: 0,0197 \* 6 anos (71 meses)

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 e TA 2880/2023

Vigência e Data Base:

1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Vide Observações	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4º)  Salário Mínimo Regional Faixa 4:	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19º)			
h	80,37%														
6	Cientista de Dados Master	2031-05		35	13.154,80	10.572,74	23.727,54	528,00	0,00	44,00	29,50	9,30	610,80	8.518,84	R\$ 32.857,18

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 e TA 2880/2023

Vigência e Data Base:

1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

LOTE 3

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

LOTE 3 - Segurança da Informação

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		VALE ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4º)	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19º)			
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	2123-20	ASEG-01	35	6.133,85	4.929,88	11.063,73	528,00	0,00	44,00	29,50	9,30	610,80	4.086,29	R\$ 15.760,82

Instrumento Coletivo de Trabalho utilizado como referência:

CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PRO001905/2023 e TA 2880/2023

Vigência e Data Base:

1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		VALE ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4º)  Salário Mínimo Regional Faixa 4:	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19º)			
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	2123-20	ASEG-02	35	7.382,47	5.933,42	13.315,89	528,00	0,00	44,00	29,50	9,30	610,80	4.874,59	R\$ 18.801,28

Instrumento Coletivo de Trabalho utilizado como referência:

CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PRO001905/2023 e TA 2880/2023

Vigência e Data Base:

1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

ITEM 9

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

ITEM 9 - Gerência de Projetos

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 750/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL		
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		VALE ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FÉRIAS 2023/2025	AUXÍLIO CRECHE (TA 2880/2023, 4º)	SEGURO DE VIDA (CCT 2023, 19º)					
								Valor Diário	Valor do V.T.								
								R\$	24,00							R\$	6,00
								Desconto (%)	Quant. Diária								
								0,00%	2							R\$	528,00
9	Gerente de Projetos de TI	1425-20	GEPRO	35	13.949,62	11.211,56	25.161,18	528,00	0,00	44,00	29,50	9,30	610,80	9.020,64	R\$ 34.792,62		
Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:								CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 e TA 2880/2023									
Vigência e Data Base:								1º/5/2023 a 30/4/2025; data base em 1º/maio									

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 17/05/2024 12:58:55  
Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR



**TRIBUNA**  
PLANILHA DE FOR  
REGISTI

--

Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)	
	x

--

### SUBMODULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

					%
INSS					20,00
SESI / SESC					1,50
INCRA					0,20
SENAI / SENAC					1,00
Salário Educação					2,50
SEBRAE					0,60
RAT	3	FAP	2,0000	RAT	6,0000
FGTS					8,00
Total do SUBMÓDULO 1:					39,8000

### SUBMODULO 2 - 2.1 - 13º Salário

		%
13º Salário		8,33
<b>Subtotal 2.1</b>		<b>8,33</b>
SM1 sobre subtotal 2.1		3,32
Total do SUBMÓDULO 2.1:		11,65

### SUBMODULO 2 - 2.2 - Adicional de Férias

		%
Adicional de Férias		2,78
<b>Subtotal 2.2</b>		<b>2,78</b>
SM1 sobre subtotal 2.2		1,11
Total do SUBMÓDULO 2.2:		3,89

### SUBMODULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.1. Multa FGTS

		%
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa		4,00
<b>Subtotal 3.1</b>		<b>4,00</b>
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2		0,62
Total do SUBMÓDULO 3.1:		4,62

### SUBMODULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.2. Exceto Multa FG

		%
Aviso Prévio Indenizado - API		0,42
Incidência do FGTS sobre o API		0,03
Incidência da Multa do FGTS sobre o API		0,16

Aviso Prévio Trabalhado - APT	1,94
Incidência dos Encargos do SM 1 sobre o APT	0,77
<b>Subtotal 3</b>	<b>3,33</b>
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2	0,52
<b>Total do SUBMÓDULO 4:</b>	<b>3,84</b>

#### SUBMODULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente -

	%
Reposição em Férias	8,33
<b>Subtotal 4.1</b>	<b>8,33</b>
Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.1	3,32
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre	2,00
<b>Total do SUBMÓDULO 4.1:</b>	<b>13,65</b>

#### SUBMODULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente -

	%
Substituição na cobertura das ausências Legais	0,28
Licença Maternidade	0,07
Licença Paternidade	0,03
Ausência por Doença	1,38
Ausência por Acidente de Trabalho	0,03
<b>Subtotal 4.2</b>	<b>1,79</b>
Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.2	0,71
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre	0,43
<b>Total do SUBMÓDULO 4.2:</b>	<b>2,93</b>

#### RESUMO DO

<b>1. Encargos Previdenciários e FGTS</b>	<b>39,80</b>
<b>3.2 Provisão para Rescisão (exceto Multa FGTS)</b>	<b>3,84</b>
<b>4.2. CRPA (Exceto Férias)</b>	<b>2,93</b>
Subtotal:	<b>46,57</b>
<b>2.1. 13º Salário</b>	<b>11,65</b>
<b>2.2. Adicional de Férias</b>	<b>3,89</b>
<b>3.1 Provisão para Rescisão - Multa FGTS</b>	<b>4,62</b>

4.1. Férias	13,65
Subtotal:	33,80
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas:	80,37

CÉLULAS A PREENCHER

**L REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**MAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR**  
**RO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3**

**NOME DA EMPRESA**  
**CNPJ**

**Observação:**

Sim

Não

**MEMÓRIA DE CÁLCULO:**

Alterar a memória de cálculo conforme a proposta

**ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.
Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração
Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e art 2	2,5% sobre a remuneração.
Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c" da Lei 8.212/91, Decreto nº 6042/07, A	A estimativa se baseou no percentual máximo de alíquota RAT e no valor
Decreto nº 6042/07, Ato de Resolução MPS/CNPS nº 1.220/17 (Fator Acidentário de	máximo de FAP passíveis de serem utilizados nas propostas
Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/	8% sobre a remuneração.

%

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A Constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro	8,33%
salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz	$ARRED((1/12)*100;2)$
<b>SUBMÓDULO 1</b> sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.	Subtotal 2.1 x Total SM 1

%

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do	2,78%
trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um	$ARRED((1/2)*(1/12)*100;2)$
<b>SUBMÓDULO 1</b> sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.	Subtotal 2.2 x Total SM 1

%

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
0,08 = Alíquota do FGTS (8%)	4%
0,4 = Multa do FGTS indenizada (40%)	$ARRED((0,08*0,4*(1+(5/56)+(5/56)+((1/2)*(5/56))*100);0)$
Incidência sobre férias e 13º salário.	Subtotal 3.1 X Total SM2

%

**ITS**

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir	0,42% $ARRED((1/12*5%)*100;2)$  <b>Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser zerado na Repacutação, uma vez que a provisão já terá sido completamente quitada.</b>
Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.	API X 8%
Incidência da multa de 40% sobre o FGTS de 8% que deve incidir sobre o	$(5% \times 8% \times 40%) * 100 = 0,16\%$
percentual de empregados demitidos com API	

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de rescisão contratual.	1,94% ARRED ( ( 7 / 30 / 12 ) * 100 ; 2 )  <b>Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser reduzido para 0,194 na Repactuação, uma vez que a provisão já terá sido amortizada.</b>
<b>SUBMÓDULO 1</b> sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	F23 X F44
Tendo em vista que o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado integram tempo de serviço.	Subtotal 4 X Total SM2
%	

#### 4.1. Reposição de Férias

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Arastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre em 12 parcelas mensais.	8,33% ARRED ( ( 1 / 12 ) * 100 ; 2 )
<b>SUBMÓDULO 1</b> sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional: 1/3º salário e verbas rescisórias.	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
%	

#### 4.2 (Exceto Férias)

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Esta parcela refere-se as faltas legais previstas no art 473 CLT, em que a contratada deve providenciar sua substituição.	0,28% ARRED((1/30)/12*100;2)
Custeado integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido.	0,07% [(0,1111 x 0,03 x 0,222) x 100] = [0,0007 x 100]
Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.	0,03% [ ( ( 20 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 18 + [ ( ( 5 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 82
As empresas que declaram impostos sobre o lucro real podem participar do Programa Empresa Cidadã (PEC) e disponibilizar o benefício de 20 dias de licença-paternidade. Cerca de 18% das empresas brasileiras estão inscritas no PEC.	
Esta parcela refere-se aos dias em que empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição.	1,38% ARRED((1,06/30)/12*100;2)
O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assu...	0,03% ARRED(((15/30)/12)*0,0078)*100;2)
<b>SUBMÓDULO 1</b> sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional: 1/3º salário e verbas rescisórias.	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
%	

#### 5 MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

%

%

%

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

NOME DA EMPRESA
CNPJ

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
---

Item	Percentual
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	5,2400%
Taxa de Lucro (L)	10,0000%
PIS (T) **	1,65%
COFINS (T) **	7,60%
ISS (T)	5,00%
INSS (CPRB) * (T)	
TOTAL:	35,00%

Memória de cálculo:

$\% CITL = ((1 + CI) * (1 + L) / (1 - TR)) - 1$

Observações:

O modelo de planilha preenchido com a Estimativa do TRE-PR tomou por base, exemplificativamente, uma empresa tributada pelo Lucro Real. Os licitantes deverão preencher conforme o regime de tributação a que estão submetidas.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO (CI) e LUCRO (L): a estimativa do TRE-PR considerou o histórico de contratações apuradas pelo STJ no Manual de Preenchimento de Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ.

Alíquota Tributária (TR):

ISS: indicar conforme a alíquota do Município para o qual será devido o ISS., ou média entre os postos, quando o ISS for devido a mais de um Município.

IRPJ e CSLL: conforme pontuado pelo Tribunal de Contas da União, os licitantes devem prever o custeio não destacado da CSLL e do IRPJ, por se tratarem de tributos que incidem sobre o faturamento e não sobre o valor do serviço, na sua composição do CITL, mediante aplicação de TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO e LUCRO que sejam suficientes.

\*INSS (CPRB): preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

NOME DA EMPRESA
CNPJ

PLANILHA AUXILIAR - INSUMOS

Medicina do Trabalho

	Valor Unitário (Proposta)
Laudo emitido por médico do trabalho comprobatório de compatibilidade entre a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e o respectivo cargo, no caso de contratação.	100,00

\* Não compõe o critério de julgamento.

Células a preencher



TRIBUNAL REG  
PLANILHA DE FORMAÇÃO  
REGISTRO DE I

--

Pagamento
-----------

Item	Posto de Trabalho	Jornada Semanal
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	35
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	35
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	35
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	35
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	35
6	Cientista de Dados Master	35
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	35
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	35
9	Gerente de Projetos de TI	35

HOR

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	8.706,81
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	2.657,55
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	9.299,35
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	6.110,13
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	4.982,26
6	Cientista de Dados Master	13.154,80
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	6.133,85
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	7.382,47
9	Gerente de Projetos de TI	13.949,62

HOR

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	8.706,81
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	2.657,55

3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	9.299,35
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	6.110,13
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	4.982,26
6	Cientista de Dados Master	13.154,80
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	6.133,85
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	7.382,47
9	Gerente de Projetos de TI	13.949,62

\* Adicional de **75%** por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

#### HORA

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	8.706,81
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	2.657,55
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	9.299,35
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	6.110,13
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	4.982,26
6	Cientista de Dados Master	13.154,80
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	6.133,85
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	7.382,47
9	Gerente de Projetos de TI	13.949,62

#### HORA SUI

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	8.706,81
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	2.657,55
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	9.299,35
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	6.110,13
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	4.982,26
6	Cientista de Dados Master	13.154,80
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	6.133,85
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	7.382,47
9	Gerente de Projetos de TI	13.949,62

#### HORA SUPLEMENTAR NOTU

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	8.706,81
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	2.657,55
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	9.299,35

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
 Em: 17/05/2024 12:58:55  
 Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	6.110,13
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	4.982,26
6	Cientista de Dados Master	13.154,80
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	6.133,85
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	7.382,47
9	Gerente de Projetos de TI	13.949,62

\* Adicional de Hora Extra de **75%** por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n

\* Adicional Noturno de **30%**, considerando para efeito a hora realizada de **22:00 às 6:00**, por força da Cláusula 10ª

#### HORA SUP

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	8.706,81
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	2.657,55
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	9.299,35
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	6.110,13
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	4.982,26
6	Cientista de Dados Master	13.154,80
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	6.133,85
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	7.382,47
9	Gerente de Projetos de TI	13.949,62

#### HORA SUPLEMENTAR NOTU

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	8.706,81
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	2.657,55
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	9.299,35
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	6.110,13
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	4.982,26
6	Cientista de Dados Master	13.154,80
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	6.133,85
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	7.382,47
9	Gerente de Projetos de TI	13.949,62

\* Adicional de Hora Extra de **75%** por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n

\* Adicional Noturno de **30%**, considerando para efeito a hora realizada de **22:00 às 6:00**, por força da Cláusula 10ª

#### AUXÍLIOS DECORR

#### VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR - VAS\*

Item	Posto de Trabalho	POR DIA (Valor mensal / 21)
------	-------------------	--------------------------------

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	25,14
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	25,14
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	25,14
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	25,14
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	25,14
6	Cientista de Dados Master	25,14
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	25,14
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	25,14
9	Gerente de Projetos de TI	25,14

## VALE TRAJA

PARA PREENCHIMENTO DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Para o cálculo do VTS devido ao ocupante do posto, preencha: - a quantidade diária de passagens por ele utilizada; e - a quantidade de dias SDF's (Sábado, Domingo ou Feriado) por ele laborados em regime de Jornada Suplementar no mês de referência para o cálculo.		Valor Unitário da passagem
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	R\$ 6,00
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	R\$ 6,00
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	R\$ 6,00
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	R\$ 6,00
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	R\$ 6,00
6	Cientista de Dados Master	R\$ 6,00
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	R\$ 6,00
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	R\$ 6,00
9	Gerente de Projetos de TI	R\$ 6,00

**Observações:**

**Horas extras** com caráter eventual, sem habitualidade.

**Adicional de Hora Extra:** 50% em dias úteis e sábados e 100% em domingos e feriados;

**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 75% em dias úteis e sábados, por força da Cláusula

**Encargos Sociais:** Corresponde ao SUBMÓDULO 1 da guia Encargos Sociais (F23)

**Adicional Noturno:** 20% sobre a hora noturna - reduzida: 52,5 min. - das 22h às 5h ((Remun. / (Carga Horária Sem

**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 30%, sendo considerada hora noturna até 6h por

**Descanso Semanal Remunerado:** Incluído o DSR de 20%\* sobre o valor da hora suplementar.

*\*Percentual obtido considerando-se a média de 25 dias úteis e 5 domingos/ feriados por mês.*

**Vale Alimentação Suplementar:** Valor diário após desconto, conforme proposta na guia POSTOS.

**Vale Transporte Suplementar:** Valor de 1 dia:  $( \text{Valor Diário (VT X 2)} \times (21 \text{ dias} + \text{Dias SDF trabalhados no mês}) ) -$

\* Devidos por dia e somente nos casos de labor em Sábado, Domingo ou Feriado no regime de hora extra.

**CITL:** Conforme cálculo na guia CITL.

IONAL ELEITORAL DO PARANÁ

D DE CUSTOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR

PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

PAD n.:

Licitação n.:

Data da Proposta:

NOME DA EMPRESA

CNPJ

HORA SUPLEMENTAR

o por ocorrência (Fato Gerador)

Carga Horária Mensal (Divisor)	Encargos Sociais	CITL
175	39,80%	35,00%
175		
175		
175		
175		
175		
175		
175		
175		

A SUPLEMENTAR 50%

HORA SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
	20,00%	39,80%		35,00%
74,63	14,93	35,64	125,20	43,82
22,78	4,56	10,88	38,21	13,38
79,71	15,94	38,07	133,72	46,80
52,37	10,47	25,01	87,86	30,75
42,71	8,54	20,40	71,64	25,08
112,76	22,55	53,85	189,16	66,21
52,58	10,52	25,11	88,20	30,87
63,28	12,66	30,22	106,16	37,16
119,57	23,91	57,11	200,59	70,21

A SUPLEMENTAR 75%\*

HORA SALÁRIO COM 75% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
	20,00%	39,80%		35,00%
87,07	17,41	41,58	146,07	51,13
26,58	5,32	12,69	44,58	15,60

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 17/05/2024 12:58:55  
Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

92,99	18,60	44,41	156,01	54,60
61,10	12,22	29,18	102,50	35,88
49,82	9,96	23,80	83,58	29,26
131,55	26,31	62,83	220,68	77,24
61,34	12,27	29,30	102,90	36,02
73,82	14,76	35,26	123,85	43,35
139,50	27,90	66,62	234,02	81,91

#### A SUPLEMENTAR 100%

HORA SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
	20,00%	39,80%		35,00%
99,51	19,90	47,52	166,93	58,43
30,37	6,07	14,51	50,95	17,83
106,28	21,26	50,76	178,29	62,41
69,83	13,97	33,35	117,15	41,00
56,94	11,39	27,19	95,52	33,43
150,34	30,07	71,80	252,21	88,28
70,10	14,02	33,48	117,60	41,16
84,37	16,87	40,30	141,54	49,54
159,42	31,88	76,14	267,45	93,61

#### PLEMENTAR NOTURNA 50%

HORA SALÁRIO NOTURNA COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
	20,00%	39,80%		35,00%
102,35	20,47	48,88	171,70	60,10
31,24	6,25	14,92	52,41	18,34
109,31	21,86	52,21	183,39	64,19
71,83	14,37	34,30	120,49	42,17
58,57	11,71	27,97	98,25	34,39
154,64	30,93	73,85	259,42	90,80
72,10	14,42	34,44	120,96	42,34
86,78	17,36	41,45	145,58	50,96
163,98	32,80	78,32	275,09	96,29

#### IRNA 75% com ADICIONAL NOTURNO DE 30%

HORA SALÁRIO NOTURNA COM 75% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
	20,00%	39,80%		35,00%
129,36	25,87	61,78	217,01	75,96
39,48	7,90	18,86	66,24	23,18
138,16	27,63	65,99	231,78	81,13

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

90,78	18,16	43,36	152,29	53,30
74,02	14,80	35,35	124,18	43,47
195,44	39,09	93,34	327,87	114,76
91,13	18,23	43,52	152,88	53,51
109,68	21,94	52,38	184,00	64,40
207,25	41,45	98,98	347,69	121,70

. 1905/2023).

‡ CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

LEMENTAR NOTURNA 100%

HORA SALÁRIO NOTURNA COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
	20,00%	39,80%		35,00%
136,47	27,29	65,18	228,94	80,13
41,65	8,33	19,89	69,88	24,46
145,75	29,15	69,61	244,52	85,58
95,77	19,15	45,74	160,66	56,23
78,09	15,62	37,30	131,00	45,85
206,18	41,24	98,47	345,89	121,07
96,14	19,23	45,92	161,28	56,45
115,71	23,14	55,26	194,11	67,94
218,64	43,73	104,42	366,79	128,38

RNA 100% com ADICIONAL NOTURNO DE 30%

HORA SALÁRIO NOTURNO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
	20,00%	39,80%		35,00%
147,84	29,57	70,61	248,01	86,81
45,12	9,02	21,55	75,70	26,50
157,90	31,58	75,41	264,89	92,72
103,75	20,75	49,55	174,05	60,92
84,60	16,92	40,40	141,92	49,67
223,36	44,67	106,68	374,71	131,16
104,15	20,83	49,74	174,72	61,16
125,35	25,07	59,87	210,29	73,60
236,86	47,37	113,12	397,35	139,08

. 1905/2023).

‡ CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

ENTES DE JORNADA SUPLEMENTAR

CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL
--	-----------------------

8,80	33,94
8,80	33,94
8,80	33,94
8,80	33,94
8,80	33,94
8,80	33,94
8,80	33,94
8,80	33,94
8,80	33,94
8,80	33,94

NSPORTE SUPLEMENTAR - VTS\*

Quantidade Diária de passagens	Preencha a quant. de dias SDF's laborados em regime de HE no mês:	VALOR VTS POR DIA	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL
2	2	0,00	0,00	0,00
2	2	12,00	4,20	16,20
2	1	0,00	0,00	0,00
2	1	0,00	0,00	0,00
2	1	0,00	0,00	0,00
2	1	0,00	0,00	0,00
2	1	0,00	0,00	0,00
2	1	0,00	0,00	0,00
2	1	0,00	0,00	0,00

a 10ª.

anal \* 5)) \* Adicional Hora Reduzida - 1,1428571) \* 20% de AdNt) \* Acrésc. 50% ou 100%]  
força da Cláusula 11ª.

(Valor Mensal do benefício) ] / Dias SDF trabalhados no mês



24238/2022
0
00/01/1900

--

--

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%	
R\$	169,02
R\$	51,59
R\$	180,52
R\$	118,61
R\$	96,72
R\$	255,37
R\$	119,07
R\$	143,31
R\$	270,80

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 75%	
R\$	197,19
R\$	60,19

R\$	210,61
R\$	138,38
R\$	112,84
R\$	297,93
R\$	138,92
R\$	167,20
R\$	315,93

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%	
R\$	225,36
R\$	68,79
R\$	240,70
R\$	158,15
R\$	128,96
R\$	340,49
R\$	158,76
R\$	191,08
R\$	361,06

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%	
R\$	231,80
R\$	70,75
R\$	247,58
R\$	162,67
R\$	132,64
R\$	350,22
R\$	163,30
R\$	196,54
R\$	371,38

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75%	
R\$	292,97
R\$	89,42
R\$	312,91

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

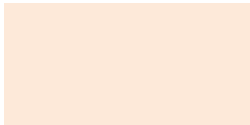
TRE/PR

R\$	205,60
R\$	167,64
R\$	442,64
R\$	206,39
R\$	248,41
R\$	469,38

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%	
R\$	309,07
R\$	94,34
R\$	330,10
R\$	216,89
R\$	176,86
R\$	466,96
R\$	217,73
R\$	262,06
R\$	495,17

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%	
R\$	334,82
R\$	102,20
R\$	357,61
R\$	234,97
R\$	191,59
R\$	505,87
R\$	235,88
R\$	283,89
R\$	536,44

VALOR MENSAL FINAL
0,00
32,40
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00
0,00













**TRIBUNAL REGIONAL E**  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUST  
REGISTRO DE PREÇOS -

	NOME DA I
	CNI

Cálculo para desconto - Profissional
--------------------------------------

**1      Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior**

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto:	1
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto:	1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho:	0,00000000
--	------------

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 290,23
Encargos Previdenciários:	R\$ 115,51
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ -
<b>Soma:</b>	<b>R\$ 429,74</b>
CITL:	R\$ 150,42
<b>Valor da Glosa:</b>	<b>R\$ 580,16</b>

**2      Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior**

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto:	1
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto:	1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho:	4,40714286
--	------------

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 88,59
Encargos Previdenciários:	R\$ 35,26
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ 4,41
<b>Soma:</b>	<b>R\$ 152,26</b>
CITL:	R\$ 53,29
<b>Valor da Glosa:</b>	<b>R\$ 205,55</b>

**3      Administrador de Sistemas Operacionais Sênior**

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto:	1
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto:	1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho: 0,00000000

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 309,98
Encargos Previdenciários:	R\$ 123,37
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ -
Soma:	R\$ 457,35
CITL:	R\$ 160,08
Valor da Glosa:	R\$ 617,43

4 Analista de Suporte Computacional Pleno

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto: 1  
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto: 1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho: 0,00000000

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 203,67
Encargos Previdenciários:	R\$ 81,06
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ -
Soma:	R\$ 308,73
CITL:	R\$ 108,06
Valor da Glosa:	R\$ 416,79

5 Analista de Suporte Computacional Pleno

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto: 1  
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto: 1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho: 0,00000000

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 166,08
Encargos Previdenciários:	R\$ 66,10
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ -
Soma:	R\$ 256,18
CITL:	R\$ 89,67
Valor da Glosa:	R\$ 345,85

## 6 Cientista de Dados Master

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto: 1  
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto: 1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho: 0,00000000

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 438,49
Encargos Previdenciários:	R\$ 174,52
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ -
<b>Soma:</b>	<b>R\$ 637,01</b>
CITL:	R\$ 222,96
<b>Valor da Glosa:</b>	<b>R\$ 859,97</b>

## 7 Administrador em Segurança da Informação Júnior

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto: 1  
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto: 1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho: 0,00000000

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 204,46
Encargos Previdenciários:	R\$ 81,38
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ -
<b>Soma:</b>	<b>R\$ 309,84</b>
CITL:	R\$ 108,45
<b>Valor da Glosa:</b>	<b>R\$ 418,29</b>

## 8 Administrador em Segurança da Informação Pleno

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto: 1  
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto: 1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho: 0,00000000

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 246,08
Encargos Previdenciários:	R\$ 97,94
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ -
<b>Soma:</b>	<b>R\$ 368,02</b>

CITL:	R\$	128,81
<b>Valor da Glosa:</b>	<b>R\$</b>	<b>496,83</b>

**9 Gerente de Projetos de TI**

Quantidade de dias corridos do período de posto descoberto:	1
Quantidade de dias úteis do período de posto descoberto:	1

Valor Diário da provisão para VT do posto de trabalho:	0,00000000
--	------------

Descrição do Desconto	Valor do Desconto
Remuneração:	R\$ 464,99
Encargos Previdenciários:	R\$ 185,07
Vale Alimentação:	R\$ 24,00
Vale Transporte:	R\$ -
<b>Soma:</b>	<b>R\$ 674,06</b>
CITL:	R\$ 235,93
<b>Valor da Glosa:</b>	<b>R\$ 909,99</b>

**LEITORAL DO PARANA**  
TOS E PREÇOS - Estimativa TRE-PR  
Serviços de TIC: Nível 3

EMPRESA  
PJ

Ausente sem exigência de reposição

ARRED('Grupo 1'!J18/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 1'!F18/30)*C12;2)
ARRED(C18*"ENCARGOS e PROVISÕES"!\$F\$23/100;2)
ARRED(C13*('Grupo 1'!I18/22);2)
ARRED(C13*C15;2)
ARRED(C22*CITL!\$F\$17;2)

ARRED('Grupo 1'!J\$29/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 1'!F29/30)*C29;2)
ARRED(C35*"ENCARGOS e PROVISÕES"!\$F\$23/100;2)
ARRED(C30*('Grupo 1'!I29/22);2)
ARRED(C30*C32;2)
ARRED(C39*CITL!\$F\$17;2)

ARRED('Grupo 1'!J41/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 1'!F41/30)*C46;2)
ARRED(C52*"ENCARGOS e PROVISÕES"!\$F\$23/100;2)
ARRED(C47*('Grupo 1'!I41/22);2)
ARRED(C47*C49;2)
ARRED(C56*CITL!\$F\$17;2)

ARRED('Grupo 2'!J18/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 2'!F18/30)*C12;2)
ARRED(C18*"ENCARGOS e PROVISÕES"!\$F\$23/100;2)
ARRED(C13*('Grupo 2'!I18/22);2)
ARRED(C13*C15;2)
ARRED(C22*CITL!\$F\$17;2)

ARRED('Grupo 2'!J\$29/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 2'!F29/30)*C29;2)
ARRED(C35*"ENCARGOS e PROVISÕES"!\$F\$23/100;2)
ARRED(C30*('Grupo 2'!I29/22);2)
ARRED(C30*C32;2)
ARRED(C39*CITL!\$F\$17;2)

ARRED('Grupo 2'!J41/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 2'!F41/30)*C46;2)
ARRED(C52*ENCARGOS e PROVISÕES!\$F\$23/100;2)
ARRED(C47*('Grupo 2'!I41/22);2)
ARRED(C47*C49;2)
ARRED(C56*CITL!\$F\$17;2)

ARRED('Grupo 3'!J18/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 3'!F18/30)*C12;2)
ARRED(C18*ENCARGOS e PROVISÕES!\$F\$23/100;2)
ARRED(C13*('Grupo 3'!I18/22);2)
ARRED(C13*C15;2)
ARRED(C22*CITL!\$F\$17;2)

ARRED('Grupo 3'!J\$29/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 3'!F29/30)*C29;2)
ARRED(C35*ENCARGOS e PROVISÕES!\$F\$23/100;2)
ARRED(C30*('Grupo 3'!I29/22);2)
ARRED(C30*C32;2)

ARRED(C39\*CITL!\$F\$17;2)

ARRED('Grupo 4'!J18/21;8)

Fórmula
ARRED(('Grupo 4'!F18/30)*C12;2)
ARRED(C18*"ENCARGOS e PROVISÕES"!\$F\$23/100;2)
ARRED(C13*('Grupo 4'!I18/22);2)
ARRED(C13*C15;2)
ARRED(C22*CITL!\$F\$17;2)



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DA SISTEMÁTICA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

(Art. 10º, § 6º da IN RFB nº 2053/2021)

CNPJ
NOME EMPRESARIAL

Declaro, sob as penas da Lei, para fins do disposto no art. 10º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 2053/2021, que a empresa acima identificada recolhe a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do caput do art. 7º (ou 8º) da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Declaro também ter conhecimento de que a opção tem caráter irretratável.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local Data

Representante legal

Nome:
Qualificação:
CPF:
Assinatura:

**ANEXO VI**  
**ACORDO INDIVIDUAL DE BANCO DE HORAS E COMPENSAÇÃO**

**Empregador:** \_\_\_\_\_.

**Empregado(a):** \_\_\_\_\_,

CPF \_\_\_\_\_, portador(a) da CTPS n. \_\_\_\_\_,

com contrato individual de trabalho celebrado.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas têm justo e acordado a prorrogação de jornada de trabalho e compensação de horas com suporte no art. 59 da CLT, conforme cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JORNADA DE TRABALHO**

A jornada diária normal de trabalho do(a) empregado(a) acordante, poderá ser prorrogada ou reduzida, em no máximo 02 (duas) horas diárias, para atender a necessidade inadiável do serviço quando tal circunstância ocorrer.

**Parágrafo único:** A prorrogação das horas trabalhadas poderá ocorrer até o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA COMPENSAÇÃO**

As horas de trabalho acrescidas à jornada normal na forma pactuada na cláusula primeira serão compensadas por correspondente redução em outro(s) dia(s), de maneira que não exceda, no período máximo de 06 (seis) meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, observadas as disposições legais.

**Parágrafo primeiro:** As jornadas trabalhadas em horário reduzido, servirão para a composição de banco de horas a ser utilizados para atender a necessidade inadiável do serviço quando tal circunstância ocorrer.

**Parágrafo segundo:** As horas em banco deverão ser compensadas no mês de competência, exceto se houve autorização prévia.

**CLAUSULA TERCEIRA- DA REMUNERAÇÃO**

As horas compensadas pela forma pactuada nas cláusulas anteriores não serão remuneradas como horas extras, ou incidirão qualquer acréscimo, nos do§ 2º do art. 59 da CLT, visto que se trata de banco de horas.

**Parágrafo único:** Não ocorrendo a compensação das horas na forma estabelecida, as mesmas serão remuneradas como extras, com os acréscimos legais.

**CLÁUSULA QUARTA -** O presente acordo vigorará pelo período de 6 (seis) meses, renovando-se automaticamente por períodos subsequentes de 6 (seis) meses, não havendo manifestação das partes em contrário antes do seu término.

E, por estarem, assim, de comum acordo, as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor.

(cidade) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

EMPREGADO(A): \_\_\_\_\_

**Anexo VII – Termo de Sigilo e Responsabilidade**

Declaro que tomei conhecimento da **Res. TSE 23.644/2021**, que estabelece a **Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral**, incluindo as demais normas relativas à segurança da informação, publicadas na **Intranet do TRE-PR**.

Comprometo-me a seguir a normas vigentes e zelar pelo sigilo das informações que me forem confiadas, assim como fazer uso adequado dos recursos tecnológicos que estiverem à minha disposição, sob pena das sanções previstas.

<b>Nome Completo</b>	<b>Assinatura</b>

<b>Cargo ou Função</b>	<b>Empresa</b>

<b>Local</b>	<b>Data</b>

Este documento deve ser armazenado por, no mínimo, um ano após o encerramento do contrato.

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_,  
**declaro** NÃO ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por  
afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de  
assessoramento e de membros e juízes vinculados à Justiça Eleitoral.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

TIPOS DE PARENTESCO			
Parentes em linha reta:	Parentes em linha colateral:	Parentes por Afinidade:	
Ascendente:  1º grau: pai e mãe 2º grau: avô e avó 3º grau: bisavô e bisavó  Descendente: 1º grau: filho e filha 2º grau: neto e neta 3º grau: bisneto e bisneta	2º grau: irmão e irmã 3º grau: tio e tia, sobrinho e sobrinha	Parentes exclusivamente do cônjuge ou companheiro(a) em linha reta:  Ascendente: 1º grau: pai e mãe 2º grau: avô e avó 3º grau: bisavô e bisavó  Descendente: 1º grau: filho e filha 2º grau: neto e neta 3º grau: bisneto e bisneta	Parentes exclusivamente do cônjuge ou companheiro (a) em linha colateral:  2º grau: irmãos e irmãs 3º grau: tio e tia, sobrinho e sobrinha

## ANEXO IX

### DECLARAÇÃO DE NÃO-FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, declaro não possuir qualquer vínculo com candidatos ou estar filiado a partido político, nem exercer qualquer atividade partidária.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

ANEXO IV-B

1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 1  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

PAD n.º:	24238/2022
Licitação n.º:	
Data da Proposta:	

NOME DA EMPRESA	
CNPJ	
ENDEREÇO COMPLETO com CEP:	
TELEFONE e EMAIL:	
DADOS BANCÁRIOS (Banco, Agência e Conta Corrente):	
NOME e CPF do REPRESENTANTE LEGAL (que assinará o contrato):	

Resumo da Ata de Registro de Preços:

Prazo da ARP	12	meses	Prorrogável
--------------	----	-------	-------------

LOTE 1 - Sustentação de Infraestrutura								
ITEM	Descrição	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	Lotação	Salário	Instrumento Coletivo de Trabalho	Valor Unitário Mensal - VUM
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	2124-10	ARED-03	35	Curitiba/PR	R\$ -	0	R\$ -
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	3132-20	TECMAN-03	35	Curitiba/PR	R\$ -	0	R\$ -
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	2123-15	ASO-03	35	Curitiba/PR	R\$ -	0	R\$ -

Observações:

**Orientação de preenchimento:** A licitante deverá preencher as células marcadas na cor verde. É proibido alterar as fórmulas e informações das demais células.

**Data da proposta:** via de regra, é a data da abertura do pregão eletrônico constante no edital.

**Salário:** Piso salarial fixado no Termo de Referência da contratação:

- Com base na Portaria SGD/MGI n. 1.070/2023, exceto os subitens de postos de serviços:

1.2 - Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior (CBO 3132-20): Piso salarial fixado com base na CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 (alterada pelo TA 2880/2023), utilizada para balizar a estimativa de preços do TRE-PR, uma vez que o valor do piso praticado n CCT (R\$ 2.657,55 p/ 40h) é maior do que o valor do piso praticado na P SGD/MGI 1070/23 (R\$ 2.328,98 p/ 40h).

2.3 - Cientista de Dados (CBO 2031-05): Piso salarial fixado com base em pesquisa de mercado;

4.1 - Gerente de Projetos de TI (CBO 1425-20): Piso salarial fixado com base na Portaria SGD/MGI n. 750/2023;

**Dias úteis trabalhados = média de 21 dias:**  $((365 / 7) \times 5 - 9) / 12 = 20,98$  (Acórdão TCU nº 1904/07 Plenário), exceto em relação ao valor mensal do Vale Alimentação dos cargos que vierem a ser regidos pela CCT utilizada como referência, cujo cálculo, por força da convenção utilizada na estimativa, considerou 22 dias por mês.

**Encargos Sociais:** Preencher guia Encargos e Provisões.

**Auxílio Alimentação:** CCT 2023, 14ª (22 dias por mês, incluindo férias).

CCT, 2023, 14ª, §1º - Facultam-se às Empresas os benefícios da Lei do PAT - Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, regulamentada pelo Decreto n. 5, de 14 de janeiro de 1991, desde que respeitadas sempre, as condições mais vantajosas aos trabalhadores, respeitando o valor mínimo facial. O Decreto n. n. 9.580/18, que regulamenta, entre outros, a administração do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, estabelece em seu art. 645, §2º, que **“A participação do trabalhador fica limitada a vinte por cento do custo direto da refeição”**.

**Vale Transporte:**  $[(V.T. \times \text{Quant. Diária} \times 21)] - 6\%$  da Remuneração). Obs.: Valor mínimo: 0 (zero).

**Auxílio Creche:** TA 2880/2023, 4ª.

Base de cálculo: Salário Mínimo Regional - Faixa 4: R\$ 2.134,88 (Decreto PR n. 4770, com efeitos a partir de 1º/1/2024).

Valor mensal: 15% até 24 meses e 10% até 71 meses, cuja média corresponde a 11,6901% ao mês.

Incidência: probabilidade de maternidade considerada: 0,0197 \* 6 anos (71 meses)

**Seguro de Vida:** CCT 2023, 19ª.

**CITL:** Preencher guia CITL (Custos Indiretos, Tributos e Lucros).

**Valor do Posto Unitário Mensal =** Montante A + Montante B + CITL

**Valores expressos em reais (R\$).**

CÉLULAS A PREENCHER
---------------------

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 1  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

LOTE 1

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

LOTE 1 - Sustentação de Infraestrutura

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)			
								Valor Diário	Valor do V.T.		Salário base:				
								R\$	-						
Desconto (%)	Quant. Diária	R\$	-	R\$	-	R\$	-								
0,00%	0														
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	2124-10	ARED-03	35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

Vigência e Data Base:

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)			
R\$	-	R\$	-												
Desconto (%)		Quant. Diária													
0,00%		0		R\$	-	R\$	-	R\$	-						

2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	3132-20	TECMAN-03	35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-
---	---	---------	-----------	----	--	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	---

\* Auxílio Creche: TA 2880/2023, 4\*;

Base de cálculo: Salário Mínimo Regional - Faixa 4: R\$ 1.999,02 (Decreto PR n. 435, de 7/2/2023).

Valor mensal: 15% até 24 meses e 10% até 71 meses, cuja média corresponde a 11,6901% ao mês.

Incidência: probabilidade de maternidade considerada: 0,0197 \* 6 anos (71 meses)

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

Vigência e Data Base:

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)		
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)					
																Valor Diário	Valor do V.T.
																R\$ -	R\$ -
								Desconto (%)	Quant. Diária		R\$ -					R\$ -	R\$ -
								0,00%	0		R\$ -					R\$ -	R\$ -

3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	2123-15	ASO-03	35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
---	---	---------	--------	----	--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-------

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:

Vigência e Data Base:

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 1  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

NOME DA EMPRESA			CNPJ		
Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)			Sim	Observação:	
			Não	MEMÓRIA DE CÁLCULO:	
				Alterar a memória de cálculo conforme a proposta	

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS					Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
SESI / SESC					Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
INCRA					Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.
SENAI / SENAC					Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração
Salário Educação					Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e art. 2º, do Decreto nº 3412/99.	2,5% sobre a remuneração.
SEBRAE					Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
RAT (%)		FAP (Fator)		RAT Ajustado	0,0000	Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c" da Lei 8.212/91; Decreto nº 6042/07; Anexo da Resolução MPS/CNPS nº 1.329/17 (Fator Acidentário de Prevenção - FAP).  Aliquotas do RAT de 1%, 2% ou 3%, podendo ser reduzida pela metade ou acrescida em até 100% pelo FAP.  A estimativa se baseou no percentual máximo de alíquota RAT e no valor máximo de FAP passíveis de serem utilizados nas propostas.  A licitante deverá informar a sua alíquota e o seu FAP vigente.
FGTS					Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.	8% sobre a remuneração.
Total do SUBMÓDULO 1:					0,0000	%

SUBMÓDULO 2 - 2.1 - 13º Salário

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
13º Salário					A Constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título.	8,33% ARRED(((1/12)*100;2)
Subtotal 2.1					0,00	
SM1 sobre subtotal 2.1					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.
Total do SUBMÓDULO 2.1:					0,00	%
						Subtotal 2.1 x Total SM 1

SUBMÓDULO 2 - 2.2 - Adicional de Férias

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Adicional de Férias					A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".	2,78% ARRED(((1/3)/12)*100;2)
Subtotal 2.2					0,00	
SM1 sobre subtotal 2.2					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.
Total do SUBMÓDULO 2.2:					0,00	%
						Subtotal 2.2 x Total SM 1

SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.1. Multa FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa					0,08 = Alíquota do FGTS (8%) 0,4 = Multa do FGTS indenizado (40%) 5/56 = 13º Salário 5/56 = Férias 1/3*5/56 = Adicional de férias	4% ARRED((0,08*0,4*(1+(5/56)+(5/56))+((1/3)*(5/56))))*100;0)
Subtotal 3.1					0,00	
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2					0,00	Incidência sobre férias e 13º salário.
Total do SUBMÓDULO 3.1:					0,00	%
						Subtotal 3.1 X Total SM2

SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.2. Exceto Multa FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Aviso Prévio Indenizado - API					Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.	0,42% ARRED ( ( 1 / 12 * 5% ) * 100 ; 2 )  Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser zerado na Repactuação, uma vez que a provisão já terá sido completamente quitada.
Incidência do FGTS sobre o API					0,00	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.
Incidência da Multa do FGTS sobre o API					0,00	Incidência da Multa de 40% sobre o FGTS de 8% que deve incidir sobre o percentual de empregados demitidos com API  (5% X 8% X 40%) * 100 = 0,16%
Aviso Prévio Trabalhado - APT					Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).	1,94% ARRED ( ( 7 / 30 / 12 ) * 100 ; 2 )  Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser reduzido para 0,194 na Repactuação, uma vez que a provisão já terá sido amortizada.
Incidência dos Encargos do SM 1 sobre o APT					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado.
Subtotal 3					0,00	F23 X F44
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2					0,00	Tendo em vista que o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado integram tempo de serviço, eles incidem sobre férias e 13º salário.
Total do SUBMÓDULO 4:					0,00	%
						Subtotal 4 X Total SM2

SUBMÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente - 4.1. Reposição de Férias

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Reposição em Férias					Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF.	8,33% ARRED( (1/12) X 100;2)
Subtotal 4.1					0,00	



Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.1	0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre a substituição.	0,00	Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional, 13º salário e verbas rescisórias para os substitutos.	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
Total do SUBMÓDULO 4.1:		0,00	%

SUBMÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente - 4.2 (Exceto Férias)

		%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Substituição na cobertura das ausências Legais			Esta parcela refere-se as faltas legais previstas no art 473 CLT, em que a contratada deve providenciar sua substituição.	0,28% ARRED(((1/30)/12*100;2)
Licença Maternidade			Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido.  Art. 7º inc. XVIII, CF, Lei 8.213/91, art. 72 e Lei 11770/2008. Lei n. 13.527/2016. Art. 86 da IN RFB 971/2009.	0,07% [[0,1111 x 0,02 x 0,333] x 100%] = [0,0007 x 100] 11,11% = 0,1111 (custo sobre os salários das férias integrais da gestante) - [[1+1/3]/12*100%]; 0,02 = dado estatístico de que 2% de empregadas se afastam por licença maternidade; 0,3333 = 4 meses ao ano = 4/12 = período em um ano que se referem às férias proporcionais ora calculadas; 100% = Remuneração. O valor poderá ser alterado pelo licitante, considerando estimativa própria.
Licença Paternidade			Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.  As empresas que declaram impostos sobre o lucro real podem participar do Programa Empresa Cidadã (PEC) e disponibilizar o benefício de 20 dias de licença-paternidade. Cerca de 18% das empresas brasileiras estão inscritas no PEC.	0,03% [ ( ( 20 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 18 + [ ( ( 5 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 82
Ausência por Doença			Esta parcela refere-se aos dias em que empregado fica doente e a contratada deve providenciar a sua substituição. O IBGE registra a estatística de 5,96 dias por ano. Consideramos a média de 4,96 dias de reposições efetivadas (subtraindo-se 1 dia).	1,38% ARRED(((4,96/30)/12*100;2)
Ausência por Acidente de Trabalho			O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.	0,03% ARRED((((15/30)/12)*0,0078)*100;2)
Subtotal 4.2		0,00		
Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.2		0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre a substituição.		0,00	Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional, 13º salário e verbas rescisórias para os substitutos.	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
Total do SUBMÓDULO 4.2:		0,00	%	

RESUMO DO MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

1. Encargos Previdenciários e FGTS	0,00
3.2 Provisão para Rescisão (exceto Multa FGTS)	0,00
4.2. CRPA (Exceto Férias)	0,00
Subtotal:	0,00 %
2.1. 13º Salário	0,00
2.2. Adicional de Férias	0,00
3.1 Provisão para Rescisão - Multa FGTS	0,00
4.1. Férias	0,00
Subtotal:	0,00 %
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas	0,00 %

CÉLULAS A PREENCHER



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 1  
**REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3**

NOME DA EMPRESA CNPJ
-------------------------

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
---

Item	Percentual
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	0,0000%
Taxa de Lucro (L)	0,0000%
PIS (T) **	0,00%
COFINS (T) **	0,00%
ISS (T)	0,00%
INSS (CPRB) * (T)	
TOTAL:	0,00%

**Memória de cálculo:**

**% CITL =  $((1 + CI) * (1 + L) / (1 - TR)) - 1$**

**Observações:**

O modelo de planilha preenchido com a Estimativa do TRE-PR tomou por base, exemplificativamente, uma empresa tributada pelo Lucro Real. **Os licitantes deverão preencher conforme o regime de tributação a que estão submetidas.**

**TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO (CI)** e **LUCRO (L)**: a estimativa do TRE-PR considerou o histórico de contratações apuradas pelo STJ no Manual de Preenchimento de Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ.

**Alíquota Tributária (TR):**

**ISS:** indicar conforme a alíquota do Município para o qual será devido o ISS., ou média entre os postos, quando o ISS for devido a mais de um Município.

**IRPJ e CSLL:** conforme pontuado pelo Tribunal de Contas da União, **os licitantes devem prever o custeio não destacado da CSLL e do IRPJ**, por se tratarem de tributos que incidem sobre o faturamento e não sobre o valor do serviço, na sua composição do CITL, **mediante aplicação de TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO e LUCRO que sejam suficientes.**

**\*INSS (CPRB):** preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 1**  
**REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3**

<b>NOME DA EMPRESA</b>
<b>CNPJ</b>

<b>PLANILHA AUXILIAR - INSUMOS</b>
------------------------------------

**Medicina do Trabalho**

	Valor Unitário (Proposta)
Laudo emitido por médico do trabalho comprobatório de compatibilidade entre a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e o respectivo cargo, no caso de contratação.	

\* Não compõe o critério de julgamento.

<b>Células a preencher</b>
----------------------------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 1  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

PAD n.: 24238/2022  
Licitação n.: 0  
Data da Proposta: 00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

HORA SUPLEMENTAR
Pagamento por ocorrência (Fato Gerador)

Item	Posto de Trabalho	Jornada Semanal	Carga Horária Mensal (Divisor)	Encargos Sociais	CITL
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	35	175	0,00%	0,00%
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	35	175		
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	35	175		

**HORA SUPLEMENTAR 50%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%
				20,00%	0,00%			
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR 75%\***

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 75% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 75%
				20,00%	0,00%			
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\* Adicional de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

**HORA SUPLEMENTAR 100%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%
				20,00%	0,00%			
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
				20,00%	0,00%			
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75% com ADICIONAL NOTURNO DE 30%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 75% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75%
				20,00%	0,00%			
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\* Adicional de Hora Extra de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

\* Adicional Noturno de 30%, considerando para efeito a hora realizada de 22:00 às 6:00, por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	0,00%			
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -



HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100% com ADICIONAL NOTURNO DE 30%

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	0,00%		0,00%	
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\* Adicional de Hora Extra de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).  
\* Adicional Noturno de 30%, considerando para efeito a hora realizada de 22:00 às 6:00, por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

AUXÍLIOS DECORRENTES DE JORNADA SUPLEMENTAR

VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR - VAS\*

Item	Posto de Trabalho	POR DIA (Valor mensal / 21)	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	0,00	0,00	0,00
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	0,00	0,00	0,00
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	0,00	0,00	0,00

VALE TRANSPORTE SUPLEMENTAR - VTS\*

PARA PREENCHIMENTO DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Para o cálculo do VTS devido ao ocupante do posto, preencha: - a quantidade diária de passagens por ele utilizada; e - a quantidade de dias SDF's (Sábado, Domingo ou Feriado) por ele laborados em regime de Jornada Suplementar no mês de referência para o cálculo.		Valor Unitário da passagem	Quantidade Diária de passagens	Preencha a quant. de dias SDF's laborados em regime de HE no mês:	VALOR VTS POR DIA	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL	VALOR MENSAL FINAL
1	Analista de Redes e de Comunicação de Dados Sênior	R\$ -	2	2	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior	R\$ -	2	2	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Administrador de Sistemas Operacionais Sênior	R\$ -	2	1	0,00	0,00	0,00	0,00

**Observações:**

**Horas extras** com caráter eventual, sem habitualidade.

**Adicional de Hora Extra:** 50% em dias úteis e sábados e 100% em domingos e feriados;  
**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 75% em dias úteis e sábados, por força da Cláusula 10ª.

**Encargos Sociais:** Corresponde ao SUBMÓDULO 1 da guia Encargos Sociais (F23)

**Adicional Noturno:** 20% sobre a hora noturna - reduzida: 52,5 min. - das 22h às 5h (((Remun. / (Carga Horária Semanal \* 5)) \* Adicional Hora Reduzida - 1,1428571) \* 20% de AdNt) \* Acrésc. 50% ou 100%)  
**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 30%, sendo considerada hora noturna até 6h por força da Cláusula 11ª.

**Descanso Semanal Remunerado:** Incluído o DSR de 20%\* sobre o valor da hora suplementar.  
*\*Percentual obtido considerando-se a média de 25 dias úteis e 5 domingos/feriados por mês.*

**Vale Alimentação Suplementar:** Valor diário após desconto, conforme proposta na guia POSTOS.

**Vale Transporte Suplementar:** Valor de 1 dia: [ ( Valor Diário (VT X 2) X (21 dias + Dias SDF trabalhados no mês ) ) - (Valor Mensal do benefício) ] / Dias SDF trabalhados no mês

\* Devidos por dia e somente nos casos de labor em Sábado, Domingo ou Feriado no regime de hora extra.

**CITL:** Conforme cálculo na guia CITL.

ANEXO IV-B



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 2  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

PAD n.º:	24238/2022
Licitação n.º:	
Data da Proposta:	

NOME DA EMPRESA	
CNPJ	
ENDEREÇO COMPLETO com CEP:	
TELEFONE e EMAIL:	
DADOS BANCÁRIOS (Banco, Agência e Conta Corrente):	
NOME e CPF do REPRESENTANTE LEGAL (que assinará o contrato):	

Resumo da Ata de Registro de Preços:

Prazo da ARP	12	meses	Prorrogável
--------------	----	-------	-------------

LOTE 2 - Inovação e Melhoria Contínua								
ITEM	Descrição	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	Lotação	Salário	Instrumento Coletivo de Trabalho	Valor Unitário Mensal - VUM
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	2124-25	ASISA-02	35	Curitiba/PR	R\$ -	0	R\$ -
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	2124-20	ASUPCOMP-02	35	Curitiba/PR	R\$ -	0	R\$ -
6	Cientista de Dados Master	2031-05	Vide Observações	35	Curitiba/PR	R\$ -	0	R\$ -

Observações:

**Orientação de preenchimento:** A licitante deverá preencher as células marcadas na cor verde. É proibido alterar as fórmulas e informações das demais células.

**Data da proposta:** via de regra, é a data da abertura do pregão eletrônico constante no edital.

**Salário:** Piso salarial fixado no Termo de Referência da contratação:

- Com base na Portaria SGD/MGI n. 1.070/2023, exceto os subitens de postos de serviços:

1.2 - Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior (CBO 3132-20): Piso salarial fixado com base na CCT 2023/2025 FETTINF/SITEPD n. PR0001905/2023 (alterada pelo TA 2880/2023), utilizada para balizar a estimativa de preços do TRE-PR, uma vez que o valor do piso praticado n CCT (R\$ 2.657,55 p/ 40h) é maior do que o valor do piso praticado na P SGD/MGI 1070/23 (R\$ 2.328,98 p/ 40h).

2.3 - Cientista de Dados (CBO 2031-05): Piso salarial fixado com base em pesquisa de mercado;

4.1 - Gerente de Projetos de TI (CBO 1425-20): Piso salarial fixado com base na Portaria SGD/MGI n. 750/2023;

**Dias úteis trabalhados = média de 21 dias:**  $((365 / 7) \times 5 - 9) / 12 = 20,98$  (Acórdão TCU nº 1904/07 Plenário), exceto em relação ao valor mensal do Vale Alimentação dos cargos que vierem a ser regidos pela CCT utilizada como referência, cujo cálculo, por força da convenção utilizada na estimativa, considerou 22 dias por mês.

**Encargos Sociais:** Preencher guia Encargos e Provisões.

**Auxílio Alimentação:** CCT 2023, 14ª (22 dias por mês, incluindo férias).

CCT, 2023, 14ª, §1º - Facultam-se às Empresas os benefícios da Lei do PAT - Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, regulamentada pelo Decreto n. 5, de 14 de janeiro de 1991, desde que respeitadas sempre, as condições mais vantajosas aos trabalhadores, respeitando o valor mínimo facial. O Decreto n. n. 9.580/18, que regulamenta, entre outros, a administração do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, estabelece em seu art. 645, §2º, que **“A participação do trabalhador fica limitada a vinte por cento do custo direto da refeição”**.

**Vale Transporte:**  $[(V.T. \times (Quant. Diária \times 21))] - 6\%$  da Remuneração). Obs.: Valor mínimo: 0 (zero).

**\* Auxílio Creche:** TA 2880/2023, 4º.

Base de cálculo: Salário Mínimo Regional - Faixa 4: R\$ 2.134,88 (Decreto PR n. 4770, com efeitos a partir de 1º/1/2024).

Valor mensal: 15% até 24 meses e 10% até 71 meses, cuja média corresponde a 11,6901% ao mês.

Incidência: probabilidade de maternidade considerada: 0,0197 \* 6 anos (71 meses)

**Seguro de Vida:** CCT 2023, 19ª.

**CILT:** Preencher guia CILT (Custos Indiretos, Tributos e Lucros).

**Valor do Posto Unitário Mensal =** Montante A + Montante B + CILT

**Valores expressos em reais (R\$).**

CÉLULAS A PREENCHER
---------------------

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 2  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

LOTE 2

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

LOTE 2 - Inovação e Melhoria Contínua

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)		
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)					
								Valor Diário	Valor do V.T.		Salário base:						
								R\$	-							R\$	-
								Desconto (%)	Quant. Diária							R\$	-
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	2124-25	ASISA-02	35		0,00%	0,00	0,00	0	R\$	-	R\$	-	0,00	0,00	R\$	-

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:	
Vigência e Data Base:	

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL)		
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)					
								Valor Diário**	Valor do V.T.		Salário base:						
								R\$	-							R\$	-
								Desconto (%)	Quant. Diária							R\$	-
				h	0,00%		0,00%	0									
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	2124-20	ASUPCOMP-02	35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-	

\* Auxílio Creche: TA 2880/2023, 4\*;  
Base de cálculo: Salário Mínimo Regional - Faixa 4: R\$ 1.999,02 (Decreto PR n. 435, de 7/2/2023).  
Valor mensal: 15% até 24 meses e 10% até 71 meses, cuja média corresponde a 11,6901% ao mês.  
Incidência: probabilidade de maternidade considerada: 0,0197 \* 6 anos (71 meses)

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:	0
Vigência e Data Base:	0

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Vide Observações	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL			
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)						
								Valor Diário	Valor do V.T.		Salário base:							
								R\$	- R\$							-		
								Desconto (%)	Quant. Diária							R\$	- R\$	- R\$
								0,00%	0							0,00%	0,00%	0,00%
6	Cientista de Dados Master	2031-05	35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-				

Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:	0
Vigência e Data Base:	0

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 17/05/2024 12:58:55  
Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 2  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

NOME DA EMPRESA		
CNPJ		
Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)	Sim Não	Observação: MEMÓRIA DE CÁLCULO: Alterar a memória de cálculo conforme a proposta

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS					Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
SESI / SESC					Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
INCRA					Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.
SENAI / SENAC					Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração
Salário Educação					Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e art. 2º, do Decreto nº 3412/99.	2,5% sobre a remuneração.
SEBRAE					Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
RAT (%)		FAP (Fator)		RAT Ajustado	0,0000	Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c" da Lei 8.212/91; Decreto nº 6042/07; Anexo da Resolução MPS/CNPS nº 1.329/17 (Fator Acidentário de Prevenção - FAP). Aliquotas do RAT de 1%, 2% ou 3%, podendo ser reduzida pela metade ou acrescida em até 100% pelo FAP. A estimativa se baseou no percentual máximo de alíquota RAT e no valor máximo de FAP passíveis de serem utilizados nas propostas. A licitante deverá informar a sua alíquota e o seu FAP vigente.
FGTS					Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.	8% sobre a remuneração.
Total do SUBMÓDULO 1:					0,0000	%

SUBMÓDULO 2 - 2.1 - 13º Salário

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
13º Salário					A Constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título.	8,33% ARRED(((1/12)*100;2)
Subtotal 2.1					0,00	
SM1 sobre subtotal 2.1					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias. Subtotal 2.1 x Total SM 1
Total do SUBMÓDULO 2.1:					0,00	%

SUBMÓDULO 2 - 2.2 - Adicional de Férias

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Adicional de Férias					A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".	2,78% ARRED(((1/3)/12)*100;2)
Subtotal 2.2					0,00	
SM1 sobre subtotal 2.2					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias. Subtotal 2.2 x Total SM 1
Total do SUBMÓDULO 2.2:					0,00	%

SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.1. Multa FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa					0,08 = Alíquota do FGTS (8%) 0,4 = Multa do FGTS indenizado (40%) 5/56 = 13º Salário 5/56 = Férias 1/3*5/56 = Adicional de férias	4% ARRED((0,08*0,4*(1+(5/56)+(5/56))+((1/3)*(5/56))))*100;0)
Subtotal 3.1					0,00	
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2					0,00	Incidência sobre férias e 13º salário. Subtotal 3.1 X Total SM2
Total do SUBMÓDULO 3.1:					0,00	%

SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.2. Exceto Multa FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Aviso Prévio Indenizado - API					Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.	0,42% ARRED ( ( 1 / 12 * 5% ) * 100 ; 2 ) Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser zerado na Repactuação, uma vez que a provisão já terá sido completamente quitada.
Incidência do FGTS sobre o API					0,00	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário. API X 8%
Incidência da Multa do FGTS sobre o API					0,00	Incidência da Multa de 40% sobre o FGTS de 8% que deve incidir sobre o percentual de empregados demitidos com API (5% X 8% X 40%) * 100 = 0,16%
Aviso Prévio Trabalhado - APT					Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).	1,94% ARRED ( ( 7 / 30 / 12 ) * 100 ; 2 ) Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser reduzido para 0,194 na Repactuação, uma vez que a provisão já terá sido amortizada.
Incidência dos Encargos do SM 1 sobre o APT					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado. F23 X F44
Subtotal 3					0,00	
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2					0,00	Tendo em vista que o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado integram tempo de serviço, eles incidem sobre férias e 13º salário. Subtotal 4 X Total SM2
Total do SUBMÓDULO 4:					0,00	%

SUBMÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente - 4.1. Reposição de Férias

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Reposição em Férias					Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF.	8,33% ARRED( (1/12) X 100;2)
Subtotal 4.1					0,00	



Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.1	0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre a substituição.	0,00	Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional, 13º salário e verbas rescisórias para os substitutos.	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
Total do SUBMÓDULO 4.1:		0,00	%

SUBMÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente - 4.2 (Exceto Férias)

		%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Substituição na cobertura das ausências Legais			Esta parcela refere-se as faltas legais previstas no art 473 CLT, em que a contratada deve providenciar sua substituição.	0,28% ARRED(((1/30)/12*100;2)
Licença Maternidade			Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido.  Art. 7º inc. XVIII, CF, Lei 8.213/91, art. 72 e Lei 11770/2008. Lei n. 13.527/2016. Art. 86 da IN RFB 971/2009.	0,07% [[0,1111 x 0,02 x 0,333] x 100%] = [0,0007 x 100] 11,11% = 0,1111 (custo sobre os salários das férias integrais da gestante) - [[1+1/3]/12*100%]; 0,02 = dado estatístico de que 2% de empregadas se afastam por licença maternidade; 0,3333 = 4 meses ao ano = 4/12 = período em um ano que se referem às férias proporcionais ora calculadas; 100% = Remuneração. O valor poderá ser alterado pelo licitante, considerando estimativa própria.
Licença Paternidade			Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.  As empresas que declaram impostos sobre o lucro real podem participar do Programa Empresa Cidadã (PEC) e disponibilizar o benefício de 20 dias de licença-paternidade. Cerca de 18% das empresas brasileiras estão inscritas no PEC.	0,03% [ ( ( 20 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 18 + [ ( ( 5 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 82
Ausência por Doença			Esta parcela refere-se aos dias em que empregado fica doente e a contratada deve providenciar a sua substituição. O IBGE registra a estatística de 5,96 dias por ano. Consideramos a média de 4,96 dias de reposições efetivadas (subtraindo-se 1 dia).	1,38% ARRED(((4,96/30)/12*100;2)
Ausência por Acidente de Trabalho			O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.	0,03% ARRED((((15/30)/12)*0,0078)*100;2)
Subtotal 4.2		0,00		
Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.2		0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre a substituição.		0,00	Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional, 13º salário e verbas rescisórias para os substitutos.	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
Total do SUBMÓDULO 4.2:		0,00	%	

RESUMO DO MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

1. Encargos Previdenciários e FGTS	0,00
3.2 Provisão para Rescisão (exceto Multa FGTS)	0,00
4.2. CRPA (Exceto Férias)	0,00
Subtotal:	0,00 %
2.1. 13º Salário	0,00
2.2. Adicional de Férias	0,00
3.1 Provisão para Rescisão - Multa FGTS	0,00
4.1. Férias	0,00
Subtotal:	0,00 %
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas:	0,00 %

CÉLULAS A PREENCHER



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 2  
**REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3**

<b>NOME DA EMPRESA</b> <b>CNPJ</b>
---------------------------------------

<b>CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>
--

Item	Percentual
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	0,0000%
Taxa de Lucro (L)	0,0000%
PIS (T) **	0,00%
COFINS (T) **	0,00%
ISS (T)	0,00%
INSS (CPRB) * (T)	
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00%</b>

**Memória de cálculo:**

**% CITL =  $((1 + CI) * (1 + L) / (1 - TR)) - 1$**

**Observações:**

O modelo de planilha preenchido com a Estimativa do TRE-PR tomou por base, exemplificativamente, uma empresa tributada pelo Lucro Real. **Os licitantes deverão preencher conforme o regime de tributação a que estão submetidas.**

**TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO (CI)** e **LUCRO (L)**: a estimativa do TRE-PR considerou o histórico de contratações apuradas pelo STJ no Manual de Preenchimento de Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ.

**Alíquota Tributária (TR):**

**ISS:** indicar conforme a alíquota do Município para o qual será devido o ISS., ou média entre os postos, quando o ISS for devido a mais de um Município.

**IRPJ e CSLL:** conforme pontuado pelo Tribunal de Contas da União, **os licitantes devem prever o custeio não destacado da CSLL e do IRPJ**, por se tratarem de tributos que incidem sobre o faturamento e não sobre o valor do serviço, na sua composição do CITL, **mediante aplicação de TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO e LUCRO que sejam suficientes.**

**\*INSS (CPRB):** preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 2**  
**REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3**

<b>NOME DA EMPRESA</b>
<b>CNPJ</b>

<b>PLANILHA AUXILIAR - INSUMOS</b>
------------------------------------

**Medicina do Trabalho**

	Valor Unitário (Proposta)
Laudo emitido por médico do trabalho comprobatório de compatibilidade entre a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e o respectivo cargo, no caso de contratação.	

\* Não compõe o critério de julgamento.

<b>Células a preencher</b>
----------------------------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 2  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

PAD n.: 24238/2022  
Licitação n.: 0  
Data da Proposta: 00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

HORA SUPLEMENTAR
Pagamento por ocorrência (Fato Gerador)

Item	Posto de Trabalho	Jornada Semanal	Carga Horária Mensal (Divisor)	Encargos Sociais	CITL
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	35	175	0,00%	0,00%
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	35	175		
6	Cientista de Dados Master	35	175		

**HORA SUPLEMENTAR 50%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%
				20,00%	0,00%			
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
6	Cientista de Dados Master	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR 75%\***

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 75% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 75%
				20,00%	0,00%			
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
6	Cientista de Dados Master	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\* Adicional de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

**HORA SUPLEMENTAR 100%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%
				20,00%	0,00%			
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
6	Cientista de Dados Master	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
				20,00%	0,00%			
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
6	Cientista de Dados Master	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75% com ADICIONAL NOTURNO DE 30%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 75% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75%
				20,00%	0,00%			
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
6	Cientista de Dados Master	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\* Adicional de Hora Extra de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

\* Adicional Noturno de 30%, considerando para efeito a hora realizada de 22:00 às 6:00, por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	0,00%			
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
6	Cientista de Dados Master	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -



HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100% com ADICIONAL NOTURNO DE 30%

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	0,00%		0,00%	
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
6	Cientista de Dados Master	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\* Adicional de Hora Extra de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).  
\* Adicional Noturno de 30%, considerando para efeito a hora realizada de 22:00 às 6:00, por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

AUXÍLIOS DECORRENTES DE JORNADA SUPLEMENTAR

VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR - VAS\*

Item	Posto de Trabalho	POR DIA (Valor mensal / 21)	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	0,00	0,00	0,00
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	0,00	0,00	0,00
6	Cientista de Dados Master	0,00	0,00	0,00

VALE TRANSPORTE SUPLEMENTAR - VTS\*

PARA PREENCHIMENTO DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Para o cálculo do VTS devido ao ocupante do posto, preencha: - a quantidade diária de passagens por ele utilizada; e - a quantidade de dias SDF's (Sábado, Domingo ou Feriado) por ele laborados em regime de Jornada Suplementar no mês de referência para o cálculo.		Valor Unitário da passagem	Quantidade Diária de passagens	Preencha a quant. de dias SDF's laborados em regime de HE no mês:	VALOR VTS POR DIA	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL	VALOR MENSAL FINAL
4	Analista de Sistemas de Automação Pleno	R\$ -	2	1	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Analista de Suporte Computacional Pleno	R\$ -	2	1	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Cientista de Dados Master	R\$ -	2	1	0,00	0,00	0,00	0,00

**Observações:**

**Horas extras** com caráter eventual, sem habitualidade.

**Adicional de Hora Extra:** 50% em dias úteis e sábados e 100% em domingos e feriados;  
**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 75% em dias úteis e sábados, por força da Cláusula 10ª.

**Encargos Sociais:** Corresponde ao SUBMÓDULO 1 da guia Encargos Sociais (F23)

**Adicional Noturno:** 20% sobre a hora noturna - reduzida: 52,5 min. - das 22h às 5h (((Remun. / (Carga Horária Semanal \* 5)) \* Adicional Hora Reduzida - 1,1428571) \* 20% de AdNt) \* Acrésc. 50% ou 100%)  
**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 30%, sendo considerada hora noturna até 6h por força da Cláusula 11ª.

**Descanso Semanal Remunerado:** Incluído o DSR de 20%\* sobre o valor da hora suplementar.  
*\*Percentual obtido considerando-se a média de 25 dias úteis e 5 domingos/ feriados por mês.*

**Vale Alimentação Suplementar:** Valor diário após desconto, conforme proposta na guia POSTOS.

**Vale Transporte Suplementar:** Valor de 1 dia: [ ( Valor Diário (VT X 2) X (21 dias + Dias SDF trabalhados no mês ) ) - (Valor Mensal do benefício) ] / Dias SDF trabalhados no mês

\* Devidos por dia e somente nos casos de labor em Sábado, Domingo ou Feriado no regime de hora extra.

CITL: Conforme cálculo na guia CITL.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - **Proposta Detalhada - LOTE 3**  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

PAD n.: 24238/2022  
Licitação n.:  
Data da Proposta:

NOME DA EMPRESA	
CNPJ	
ENDEREÇO COMPLETO com CEP:	
TELEFONE e EMAIL:	
DADOS BANCÁRIOS (Banco, Agência e Conta Corrente):	
NOME e CPF do REPRESENTANTE LEGAL (que assinará o contrato):	

Resumo da Ata de Registro de Preços:

Prazo da ARP	12	meses	Prorrogável
--------------	----	-------	-------------

LOTE 3 - Segurança da Informação								
ITEM	Descrição	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	Lotação	Salário	Instrumento Coletivo de Trabalho	Valor Unitário Mensal - VUM
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	2123-20	ASEG-01	35	Curitiba/PR	R\$ -	0	R\$ -
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	2123-20	ASEG-02	35	Curitiba/PR	R\$ -	0	R\$ -

Observações:

**Orientação de preenchimento:** A licitante deverá preencher as células marcadas na cor verde. É proibido alterar as fórmulas e informações das demais células.

**Data da proposta:** via de regra, é a data da abertura do pregão eletrônico constante no edital.

**Salário:** Piso salarial fixado no Termo de Referência da contratação:

- Com base na Portaria SGD/MGI n. 1.070/2023, exceto os subitens de postos de serviços:

1.2 - Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática Sênior (CBO 3132-20): Piso salarial fixado com base na CCT 2023/2025 FETINF/SITEPD n. PR0001905/2023 (alterada pelo TA 2880/2023), utilizada para balizar a estimativa de preços do TRE-PR, uma vez que o valor do piso praticado n CCT (R\$ 2.657,55 p/ 40h) é maior do que o valor do piso praticado na P SGD/MGI 1070/23 (R\$ 2.328,98 p/ 40h).

2.3 - Cientista de Dados (CBO 2031-05): Piso salarial fixado com base em pesquisa de mercado;

4.1 - Gerente de Projetos de TI (CBO 1425-20): Piso salarial fixado com base na Portaria SGD/MGI n. 750/2023;

**Dias úteis trabalhados = média de 21 dias:**  $((365 / 7) \times 5 - 9) / 12 = 20,98$  (Acórdão TCU nº 1904/07 Plenário), exceto em relação ao valor mensal do Vale Alimentação dos cargos que vierem a ser regidos pela CCT utilizada como referência, cujo cálculo, por força da convenção utilizada na estimativa, considerou 22 dias por mês.

**Encargos Sociais:** Preencher guia Encargos e Provisões.

**Auxílio Alimentação:** CCT 2023, 14ª (22 dias por mês, incluindo férias).

CCT, 2023, 14ª, §1º - Facultam-se às Empresas os benefícios da Lei do PAT - Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, regulamentada pelo Decreto n. 5, de 14 de janeiro de 1991, desde que respeitadas sempre, as condições mais vantajosas aos trabalhadores, respeitando o valor mínimo facial. O Decreto n. n. 9.580/18, que regulamenta, entre outros, a administração do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, estabelece em seu art. 645, §2º, que **“A participação do trabalhador fica limitada a vinte por cento do custo direto da refeição”**.

**Vale Transporte:**  $[(V.T. \times (Quant. Diária \times 21))] - 6\%$  da Remuneração ). Obs.: Valor mínimo: 0 (zero).

**\* Auxílio Creche:** TA 2880/2023, 4º.

Base de cálculo: Salário Mínimo Regional - Faixa 4: R\$ 2.134,88 (Decreto PR n. 4770, com efeitos a partir de 1º/1/2024).

Valor mensal: 15% até 24 meses e 10% até 71 meses, cuja média corresponde a 11,6901% ao mês.

Incidência: probabilidade de maternidade considerada: 0,0197 \* 6 anos (71 meses)

**Seguro de Vida:** CCT 2023, 19ª.

**CITL:** Preencher guia CITL (Custos Indiretos, Tributos e Lucros).

**Valor do Posto Unitário Mensal =** Montante A + Montante B + CITL

**Valores expressos em reais (R\$).**

CÉLULAS A PREENCHER

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 3  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

LOTE 3

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

LOTE 3 - Segurança da Informação

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		VALE ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)			
R\$	-	R\$	-												
Desconto (%)		Quant. Diária													
0,00%		0		R\$	-	R\$	-	R\$	-						

7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	2123-20	ASEG-01	35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-
---	---	---------	---------	----	--	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	---

Instrumento Coletivo de Trabalho utilizado como referência:

Vigência e Data Base:

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 1070/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		VALE ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)			
R\$	-	R\$	-												
Desconto (%)		Quant. Diária													
0,00%		0		R\$	-	R\$	-	R\$	-						
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	2123-20	ASEG-02	35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-

Instrumento Coletivo de Trabalho utilizado como referência:

Vigência e Data Base:

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/05/2024 12:58:55

Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 3  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

NOME DA EMPRESA		
CNPJ		
Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)	Sim Não	Observação: MEMÓRIA DE CÁLCULO: Alterar a memória de cálculo conforme a proposta

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS					Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
SESI / SESC					Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
INCRA					Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.
SENAI / SENAC					Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração
Salário Educação					Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e art. 2º, do Decreto nº 3412/99.	2,5% sobre a remuneração.
SEBRAE					Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
RAT (%)		FAP (Fator)		RAT Ajustado	0,0000	Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c" da Lei 8.212/91; Decreto nº 6042/07; Anexo da Resolução MPS/CNPS nº 1.329/17 (Fator Acidentário de Prevenção - FAP). Aliquotas do RAT de 1%, 2% ou 3%, podendo ser reduzida pela metade ou acrescida em até 100% pelo FAP. A estimativa se baseou no percentual máximo de alíquota RAT e no valor máximo de FAP passíveis de serem utilizados nas propostas. A licitante deverá informar a sua alíquota e o seu FAP vigente.
FGTS					Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.	8% sobre a remuneração.
Total do SUBMÓDULO 1:					0,0000	%

SUBMÓDULO 2 - 2.1 - 13º Salário

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
13º Salário					A Constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título.	8,33% ARRED(((1/12)*100;2)
Subtotal 2.1					0,00	
SM1 sobre subtotal 2.1					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias. Subtotal 2.1 x Total SM 1
Total do SUBMÓDULO 2.1:					0,00	%

SUBMÓDULO 2 - 2.2 - Adicional de Férias

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Adicional de Férias					A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal".	2,78% ARRED(((1/3)/12)*100;2)
Subtotal 2.2					0,00	
SM1 sobre subtotal 2.2					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias. Subtotal 2.2 x Total SM 1
Total do SUBMÓDULO 2.2:					0,00	%

SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.1. Multa FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa					0,08 = Alíquota do FGTS (8%) 0,4 = Multa do FGTS indenizado (40%) 5/56 = 13º Salário 5/56 = Férias 1/3*5/56 = Adicional de férias	4% ARRED((0,08*0,4*(1+(5/56)+(5/56))+((1/3)*(5/56)))*100;0)
Subtotal 3.1					0,00	
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2					0,00	Incidência sobre férias e 13º salário. Subtotal 3.1 X Total SM2
Total do SUBMÓDULO 3.1:					0,00	%

SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.2. Exceto Multa FGTS

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Aviso Prévio Indenizado - API					Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.	0,42% ARRED ( ( 1 / 12 * 5% ) * 100 ; 2 ) Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser zerado na Repactuação, uma vez que a provisão já terá sido completamente quitada.
Incidência do FGTS sobre o API					0,00	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário. API X 8%
Incidência da Multa do FGTS sobre o API					0,00	Incidência da Multa de 40% sobre o FGTS de 8% que deve incidir sobre o percentual de empregados demitidos com API (5% X 8% X 40%) * 100 = 0,16%
Aviso Prévio Trabalhado - APT					Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).	1,94% ARRED ( ( 7 / 30 / 12 ) * 100 ; 2 ) Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser reduzido para 0,194 na Repactuação, uma vez que a provisão já terá sido amortizada.
Incidência dos Encargos do SM 1 sobre o APT					0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado. F23 X F44
Subtotal 3					0,00	
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2					0,00	Tendo em vista que o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado integram tempo de serviço, eles incidem sobre férias e 13º salário. Subtotal 4 X Total SM2
Total do SUBMÓDULO 4:					0,00	%

SUBMÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente - 4.1. Reposição de Férias

					FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Reposição em Férias					Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF.	8,33% ARRED( (1/12) X 100;2)
Subtotal 4.1					0,00	



Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.1	0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre a substituição.	0,00	Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional, 13º salário e verbas rescisórias para os substitutos.	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
Total do SUBMÓDULO 4.1:		0,00	%

SUBMÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente - 4.2 (Exceto Férias)

		%	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Substituição na cobertura das ausências Legais			Esta parcela refere-se as faltas legais previstas no art 473 CLT, em que a contratada deve providenciar sua substituição.	0,28% ARRED(((1/30)/12*100;2)
Licença Maternidade			Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido.  Art. 7º inc. XVIII, CF, Lei 8.213/91, art. 72 e Lei 11770/2008. Lei n. 13.527/2016. Art. 86 da IN RFB 971/2009.	0,07% [[0,1111 x 0,02 x 0,333] x 100%] = [0,0007 x 100] 11,11% = 0,1111 (custo sobre os salários das férias integrais da gestante) - [[1+1/3]/12*100%]; 0,02 = dado estatístico de que 2% de empregadas se afastam por licença maternidade; 0,3333 = 4 meses ao ano = 4/12 = período em um ano que se referem às férias proporcionais ora calculadas; 100% = Remuneração. O valor poderá ser alterado pelo licitante, considerando estimativa própria.
Licença Paternidade			Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.  As empresas que declaram impostos sobre o lucro real podem participar do Programa Empresa Cidadã (PEC) e disponibilizar o benefício de 20 dias de licença-paternidade. Cerca de 18% das empresas brasileiras estão inscritas no PEC.	0,03% [ ( ( 20 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 18 + [ ( ( 5 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 82
Ausência por Doença			Esta parcela refere-se aos dias em que empregado fica doente e a contratada deve providenciar a sua substituição. O IBGE registra a estatística de 5,96 dias por ano. Consideramos a média de 4,96 dias de reposições efetivadas (subtraindo-se 1 dia).	1,38% ARRED(((4,96/30)/12*100;2)
Ausência por Acidente de Trabalho			O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.	0,03% ARRED((((15/30)/12)*0,0078)*100;2)
Subtotal 4.2		0,00		
Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.2		0,00	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre a substituição.		0,00	Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional, 13º salário e verbas rescisórias para os substitutos.	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
Total do SUBMÓDULO 4.2:		0,00	%	

RESUMO DO MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

1. Encargos Previdenciários e FGTS	0,00
3.2 Provisão para Rescisão (exceto Multa FGTS)	0,00
4.2. CRPA (Exceto Férias)	0,00
Subtotal:	0,00 %
2.1. 13º Salário	0,00
2.2. Adicional de Férias	0,00
3.1 Provisão para Rescisão - Multa FGTS	0,00
4.1. Férias	0,00
Subtotal:	0,00 %
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas:	0,00 %

CÉLULAS A PREENCHER



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 3  
**REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3**

NOME DA EMPRESA CNPJ
-------------------------

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
---

Item	Percentual
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	0,0000%
Taxa de Lucro (L)	0,0000%
PIS (T) **	0,00%
COFINS (T) **	0,00%
ISS (T)	0,00%
INSS (CPRB) * (T)	
TOTAL:	0,00%

**Memória de cálculo:**

**% CITL =  $((1 + CI) * (1 + L) / (1 - TR)) - 1$**

**Observações:**

O modelo de planilha preenchido com a Estimativa do TRE-PR tomou por base, exemplificativamente, uma empresa tributada pelo Lucro Real. **Os licitantes deverão preencher conforme o regime de tributação a que estão submetidas.**

**TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO (CI)** e **LUCRO (L)**: a estimativa do TRE-PR considerou o histórico de contratações apuradas pelo STJ no Manual de Preenchimento de Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ.

**Alíquota Tributária (TR):**

**ISS:** indicar conforme a alíquota do Município para o qual será devido o ISS., ou média entre os postos, quando o ISS for devido a mais de um Município.

**IRPJ e CSLL:** conforme pontuado pelo Tribunal de Contas da União, **os licitantes devem prever o custeio não destacado da CSLL e do IRPJ**, por se tratarem de tributos que incidem sobre o faturamento e não sobre o valor do serviço, na sua composição do CITL, **mediante aplicação de TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO e LUCRO que sejam suficientes.**

**\*INSS (CPRB):** preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 3**  
**REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3**

<b>NOME DA EMPRESA</b>
<b>CNPJ</b>

<b>PLANILHA AUXILIAR - INSUMOS</b>
------------------------------------

**Medicina do Trabalho**

	Valor Unitário (Proposta)
Laudo emitido por médico do trabalho comprobatório de compatibilidade entre a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e o respectivo cargo, no caso de contratação.	

\* Não compõe o critério de julgamento.

<b>Células a preencher</b>
----------------------------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 3  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

PAD n.: 24238/2022  
Licitação n.: 0  
Data da Proposta: 00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

HORA SUPLEMENTAR
Pagamento por ocorrência (Fato Gerador)

Item	Posto de Trabalho	Jornada Semanal	Carga Horária Mensal (Divisor)	Encargos Sociais	CITL
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	35	175	0,00%	0,00%
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	35	175		

**HORA SUPLEMENTAR 50%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%
				20,00%	0,00%		0,00%	
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR 75%\***

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 75% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 75%
				20,00%	0,00%		0,00%	
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\* Adicional de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

**HORA SUPLEMENTAR 100%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%
				20,00%	0,00%		0,00%	
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 50% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
				20,00%	0,00%		0,00%	
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75% com ADICIONAL NOTURNO DE 30%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 75% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75%
				20,00%	0,00%		0,00%	
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\* Adicional de Hora Extra de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

\* Adicional Noturno de 30%, considerando para efeito a hora realizada de 22:00 às 6:00, por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	0,00%		0,00%	
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

**HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100% com ADICIONAL NOTURNO DE 30%**

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNO COM 100% DE ACRÉSCIMO	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
				20,00%	0,00%		0,00%	



7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-

\* Adicional de Hora Extra de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

\* Adicional Noturno de 30%, considerando para efeito a hora realizada de 22:00 às 6:00, por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

AUXÍLIOS DECORRENTES DE JORNADA SUPLEMENTAR

VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR - VAS\*

Item	Posto de Trabalho	POR DIA (Valor mensal / 21)	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	0,00	0,00	0,00
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	0,00	0,00	0,00

VALE TRANSPORTE SUPLEMENTAR - VTS\*

PARA PREENCHIMENTO DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Para o cálculo do VTS devido ao ocupante do posto, preencha: - a quantidade diária de passagens por ele utilizada; e - a quantidade de dias SDF's (Sábado, Domingo ou Feriado) por ele laborados em regime de Jornada Suplementar no mês de referência para o cálculo.		Valor Unitário da passagem	Quantidade Diária de passagens	Preencha a quant. de dias SDF's laborados em regime de HE no mês:	VALOR VTS POR DIA	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL	VALOR MENSAL FINAL
7	Administrador em Segurança da Informação Júnior	R\$ -	2	1	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Administrador em Segurança da Informação Pleno	R\$ -	2	1	0,00	0,00	0,00	0,00

**Observações:**

**Horas extras** com caráter eventual, sem habitualidade.

**Adicional de Hora Extra:** 50% em dias úteis e sábados e 100% em domingos e feriados;  
**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 75% em dias úteis e sábados, por força da Cláusula 10ª.

**Encargos Sociais:** Corresponde ao SUBMÓDULO 1 da guia Encargos Sociais (F23)

**Adicional Noturno:** 20% sobre a hora noturna - reduzida: 52,5 min. - das 22h às 5h (((Remun. / (Carga Horária Semanal \* 5)) \* Adicional Hora Reduzida - 1,1428571) \* 20% de AdNt) \* Acrésc. 50% ou 100%]  
**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 30%, sendo considerada hora noturna até 6h por força da Cláusula 11ª.

**Descanso Semanal Remunerado:** Incluído o DSR de 20%\* sobre o valor da hora suplementar.  
*\*Percentual obtido considerando-se a média de 25 dias úteis e 5 domingos/ feriados por mês.*

**Vale Alimentação Suplementar:** Valor diário após desconto, conforme proposta na guia POSTOS.

**Vale Transporte Suplementar:** Valor de 1 dia: [ ( Valor Diário (VT X 2) X (21 dias + Dias SDF trabalhados no mês ) ) - (Valor Mensal do benefício) ] / Dias SDF trabalhados no mês

\* Devidos por dia e somente nos casos de labor em Sábado, Domingo ou Feriado no regime de hora extra.

CITL: Conforme cálculo na guia CITL.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 4  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

ITEM 9

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

NOME DA EMPRESA
CNPJ

ITEM 9 - Gerência de Projetos

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO de Referência	Cód. Portaria SGD/MGI 750/2023	Jornada Semanal	MONTANTE A		MONTANTE A	MONTANTE B					MONTANTE B	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucros (Vide guia)	VALOR UNITÁRIO MENSAL  A + B + CITL				
					SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS		VALE ALIMENTAÇÃO	VALE TRANSPORTE	Preencher Benefício Anual	AUXÍLIO CRECHE (se houver)	Preencher Benefício(s) Mensal(is)							
								Valor Diário	Valor do V.T.										
								R\$	-		R\$					-			
								Desconto (%)	Quant. Diária										
				h		0,00%		0,00%	0	R\$	-	R\$	-	R\$	-		0,00%		
9	Gerente de Projetos de TI	1425-20	GEPRO	35		0,00	0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$	-
Instrumento Coletiva de Trabalho utilizado como referência:																			
Vigência e Data Base:																			

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 17/05/2024 12:58:55  
Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

**TRIBUNA**  
PLANILHA DE FORMAÇÃO  
REGISTRO

--

Optante pela desoneração da folha de pagamento? (Lei 12.546/2011)	

--

### SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS

					%
INSS					
SESI / SESC					
INCRA					
SENAI / SENAC					
Salário Educação					
SEBRAE					
RAT		FAP		RAT	0,0000
FGTS					
<b>Total do SUBMÓDULO 1:</b>					<b>0,0000</b>

### SUBMÓDULO 2 - 2.1 - 13º Salário

		%
13º Salário		
<b>Subtotal 2.1</b>		<b>0,00</b>
SM1 sobre subtotal 2.1		0,00
<b>Total do SUBMÓDULO 2.1:</b>		<b>0,00</b>

### SUBMÓDULO 2 - 2.2 - Adicional de Férias

		%
Adicional de Férias		
<b>Subtotal 2.2</b>		<b>0,00</b>
SM1 sobre subtotal 2.2		0,00
<b>Total do SUBMÓDULO 2.2:</b>		<b>0,00</b>

### SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.1. Multa FGTS

		%
Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa		
<b>Subtotal 3.1</b>		<b>0,00</b>
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2		0,00
<b>Total do SUBMÓDULO 3.1:</b>		<b>0,00</b>

### SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão - 3.2. Exceto Multa FG

		%
Aviso Prévio Indenizado - API		
Incidência do FGTS sobre o API		0,00
Incidência da Multa do FGTS sobre o API		0,00



Aviso Prévio Trabalhado - APT	
Incidência dos Encargos do SM 1 sobre o APT	0,00
<b>Subtotal 3</b>	<b>0,00</b>
Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2	0,00
<b>Total do SUBMÓDULO 4:</b>	<b>0,00</b>

SUBMODULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente -

	%
Reposição em Férias	
<b>Subtotal 4.1</b>	<b>0,00</b>
Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.1	0,00
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre	0,00
<b>Total do SUBMÓDULO 4.1:</b>	<b>0,00</b>

SUBMODULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente -

	%
Substituição na cobertura das ausências Legais	
Licença Maternidade	
Licença Paternidade	
Ausência por Doença	
Ausência por Acidente de Trabalho	
<b>Subtotal 4.2</b>	<b>0,00</b>
Incidência do SM1 sobre o subtotal 4.2	0,00
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão sobre	0,00
<b>Total do SUBMÓDULO 4.2:</b>	<b>0,00</b>

RESUMO DO

1. Encargos Previdenciários e FGTS	0,00
3.2 Provisão para Rescisão (exceto Multa FGTS)	0,00
4.2. CRPA (Exceto Férias)	0,00
Subtotal:	0,00
2.1. 13º Salário	0,00
2.2. Adicional de Férias	0,00
3.1 Provisão para Rescisão - Multa FGTS	0,00
4.1. Férias	0,00
Subtotal:	0,00

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
 Em: 17/05/2024 12:58:55  
 Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas: 0,00

CÉLULAS A PREENCHER

**L REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**ÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 4**  
**RO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3**

**NOME DA EMPRESA**  
**CNPJ**

**Observação:**

Sim  
 Não

**MEMÓRIA DE CÁLCULO:**

Alterar a memória de cálculo conforme a proposta

**ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.
Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.
Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.
Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração
Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e art 2	2,5% sobre a remuneração.
Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.
Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c" da Lei 8.212/91, Decreto nº 6042/07, A	A estimativa se baseou no percentual máximo de alíquota RAT e no valor
aprova da Resolução MPS/CNPS nº 1.220/17 (Fator Acidentário de	máximo do FAP passíveis de serem utilizados nas propostas
Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10	8% sobre a remuneração.

%

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A Constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro	8,33%
salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz	$ARRED((1/12)*100;2)$
<b>SUBMÓDULO 1</b> sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.	Subtotal 2.1 x Total SM 1

%

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do	2,78%
trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um	$ARRED((1/2)*(12)*100;2)$
<b>SUBMÓDULO 1</b> sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.	Subtotal 2.2 x Total SM 1

%

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
0,08 = Alíquota do FGTS (8%)	4%
0,4 = Multa do FGTS indenizada (40%)	$ARRED((0.08*0.4*(1+(5/56)+(5/56)+((1/2)*(5/56))*100);0)$
Incidência sobre férias e 13º salário.	Subtotal 3.1 X Total SM2

%

**ITS**

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir	0,42% $ARRED((1/12*5%)*100;2)$ <b>Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contatual, o percentual poderá ser zerado na Repacutação, uma vez que a provisão já terá sido completamente quitada.</b>
Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.	API X 8%
incidência da multa de 40% sobre o FGTS de 8% que deve incidir sobre o	$(5\% \times 8\% \times 40\%) * 100 = 0,16\%$
percentual de empregados demitidos com API	

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
 Em: 17/05/2024 12:58:55  
 Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

TRE/PR

Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso	1,94% ARRED ( ( 7 / 30 / 12 ) * 100 ; 2)  <b>Obs.: Após 12 (doze) meses de vigência contratual, o percentual poderá ser reduzido para 0,194 na Repactuação, uma vez que a provisão já terá sido amortizada.</b>
SUBMÓDULO 1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	F23 X F44
Tendo em vista que o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado integram temp	Subtotal 4 X Total SM2
%	

4.1. Reposição de Férias

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre	8,55% ARRED( (1/12) X 100;2)
SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional, 1/3º salário e verbas	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
%	

4.2 (Exceto Férias)

FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Esta parcela refere-se as faltas legais previstas no art 473 CLT, em que a contratada deve providenciar sua substituição.	0,28% ARRED((1/30)/12*100;2)
Custeado integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido	0,07% ((0,1111 x 0,02 x 0,222) x 100%) = (0,0007 x 100)
Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.	0,03% [ ( ( 20 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 18 + [ ( ( 5 / 30 ) / 12 ) X 0,015 X 100 = 0,08% ] * 82
As empresas que declaram impostos sobre o lucro real podem participar do Programa Empresa Cidadã (PEC) e disponibilizar o benefício de 20 dias de licença-paternidade. Cerca de 18% das empresas brasileiras estão inscritas no PEC.	
Esta parcela refere-se aos dias em que empregado fica doente e a contrata	1,58% ARRED((4,06/30)/12*100;2)
O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assu	0,03% ARRED(((15/30)/12)*0,0079)*100;2)
SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do terço constitucional, 1/3º salário e verbas	((Total SM2+ Total SM3)*Subtotal 4.2)
%	

5 MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

%

%

%

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 4  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

NOME DA EMPRESA
CNPJ

CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
---

Item	Percentual
Custo Indireto (CI) - Taxa de administração	0,0000%
Taxa de Lucro (L)	0,0000%
PIS (T) **	0,00%
COFINS (T) **	0,00%
ISS (T)	0,00%
INSS (CPRB) * (T)	
TOTAL:	0,00%

Memória de cálculo:  
 $\% CITL = ((1 + CI) * (1 + L) / (1 - TR)) - 1$

**Observações:**

O modelo de planilha preenchido com a Estimativa do TRE-PR tomou por base, exemplificativamente, uma empresa tributada pelo Lucro Real. **Os licitantes deverão preencher conforme o regime de tributação a que estão submetidas.**

**TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO (CI) e LUCRO (L):** a estimativa do TRE-PR considerou o histórico de contratações apuradas pelo STJ no Manual de Preenchimento de Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ.

**Alíquota Tributária (TR):**  
**ISS:** indicar conforme a alíquota do Município para o qual será devido o ISS., ou média entre os postos, quando o ISS for devido a mais de um Município.

**IRPJ e CSLL:** conforme pontuado pelo Tribunal de Contas da União, **os licitantes devem prever o custeio não destacado da CSLL e do IRPJ**, por se tratarem de tributos que incidem sobre o faturamento e não sobre o valor do serviço, na sua composição do CITL, **mediante aplicação de TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO e LUCRO que sejam suficientes.**

**\*INSS (CPRB):** preencher somente se a empresa for optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei 12546/2011; Item 6.5.1 do Acórdão nº 1212/2014-TCU).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Proposta Detalhada - LOTE 4  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de TIC: Nível 3

NOME DA EMPRESA
CNPJ

PLANILHA AUXILIAR - INSUMOS

Medicina do Trabalho

	Valor Unitário (Proposta)
Laudo emitido por médico do trabalho comprobatório de compatibilidade entre a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida e o respectivo cargo, no caso de contratação.	

\* Não compõe o critério de julgamento.

Células a preencher

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL L  
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E PREÇOS - Pr  
REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de T

NOME DA EMPRESA

CNPJ

HORA SUPLEMENTAR

Pagamento por ocorrência (Fato Ger

Item	Posto de Trabalho	Jornada Semanal	Carga Horária M
9	Gerente de Projetos de TI	35	17

HORA SUPLEMENTAR 50%

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 50% DE ACRÉSCIMO
9	Gerente de Projetos de TI	0,00	0,00

HORA SUPLEMENTAR 75%

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 75% DE ACRÉSCIMO
9	Gerente de Projetos de TI	0,00	0,00

\* Adicional de 75% por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

HORA SUPLEMENTAR 100%

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO COM 100% DE ACRÉSCIMO
9	Gerente de Projetos de TI	0,00	0,00

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 50% DE ACRÉSCIMO
9	Gerente de Projetos de TI	0,00	0,00

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 17/05/2024 12:58:55  
Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro



HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75% com ADICIO

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 75% DE ACRÉSCIMO
9	Gerente de Projetos de TI	0,00	0,00

\* Adicional de Hora Extra de **75%** por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).  
\* Adicional Noturno de **30%**, considerando para efeito a hora realizada de **22:00 às 6:00**, por força da Cláusula 10ª CCT utilizada cor

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNA COM 100% DE ACRÉSCIMO
9	Gerente de Projetos de TI	0,00	0,00

HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100% com ADICIC

Item	Posto de Trabalho	REMUNERAÇÃO	HORA SALÁRIO NOTURNO COM 100% DE ACRÉSCIMO
9	Gerente de Projetos de TI	0,00	0,00

\* Adicional de Hora Extra de **75%** por força da Cláusula 10ª CCT utilizada como referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).  
\* Adicional Noturno de **30%**, considerando para efeito a hora realizada de **22:00 às 6:00**, por força da Cláusula 10ª CCT utilizada cor

AUXÍLIOS DECORRENTES DE JORNADA S

VALE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR - VAS\*

Item	Posto de Trabalho	POR DIA (Valor mensal / 21)	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro
9	Gerente de Projetos de TI	0,00	0,00

VALE TRANSPORTE SUPLEMENTAR -

PARA PREENCHIMENTO DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL: Para o cálculo do VTS devido ao ocupante do posto, preencha: - a quantidade diária de passagens por ele utilizada; e - a quantidade de dias SDF's (Sábado, Domingo ou Feriado) por ele laborados em regime de Jornada Suplementar no mês de referência para o cálculo.		Valor Unitário da passagem	Quantidade Diária de passagens
9	Gerente de Projetos de TI	R\$ -	2

Observações:

Horas extras com caráter eventual, sem habitualidade.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 17/05/2024 12:58:55  
Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

**Adicional de Hora Extra:** 50% em dias úteis e sábados e 100% em domingos e feriados;

**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 75% em dias úteis e sábados, por força da Cláusula 10ª.

**Encargos Sociais:** Corresponde ao SUBMÓDULO 1 da guia Encargos Sociais (F23)

**Adicional Noturno:** 20% sobre a hora noturna - reduzida: 52,5 min. - das 22h às 5h  $((\text{Remun.} / (\text{Carga Horária Semanal} * 5)) * \text{Adic})$

**Benefício CCT utilizada como estimativa (MTE n. 1905/2023):** 30%, sendo considerada hora noturna até 6h por força da Cláusula

**Descanso Semanal Remunerado:** Incluído o DSR de 20%\* sobre o valor da hora suplementar.

*\*Percentual obtido considerando-se a média de 25 dias úteis e 5 domingos/feriados por mês.*

**Vale Alimentação Suplementar:** Valor diário após desconto, conforme proposta na guia POSTOS.

**Vale Transporte Suplementar:** Valor de 1 dia:  $((\text{Valor Diário (VT X 2)} * (\text{21 dias} + \text{Dias SDF trabalhados no mês}))) - (\text{Valor Mensal de})$

\* Devidos por dia e somente nos casos de labor em Sábado, Domingo ou Feriado no regime de hora extra.

**CITL:** Conforme cálculo na guia CITL.

DO PARANÁ

Posto Detalhada - LOTE 4

IC: Nível 3

PAD n.:	24238/2022
Licitação n.:	0
Data da Proposta:	00/01/1900

--

ador)
-------

Mensal (Divisor)	Encargos Sociais
75	0,00%

CITL
0,00%

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 50%
20,00%	0,00%		0,00%	
0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

\*

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 75%
20,00%	0,00%		0,00%	
0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

6

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR 100%
20,00%	0,00%		0,00%	
0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

A 50%

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 50%
20,00%	0,00%		0,00%	
0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNO DE 30%

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 75%
20,00%	0,00%		0,00%	
0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

no referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNO DE 100%

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
20,00%	0,00%		0,00%	
0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNO DE 30%

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE A	CITL - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	VALOR DA HORA SUPLEMENTAR NOTURNA 100%
20,00%	0,00%		0,00%	
0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ -

no referência para a estimativa (MTE n. 1905/2023).

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR

VALOR DIÁRIO FINAL
0,00

VALOR DA HORA SUPLEMENTAR VTS\*

Preencha a quant. de dias SDF's laborados em regime de HE no mês:	VALOR VTS POR DIA	CITL - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	VALOR DIÁRIO FINAL	VALOR MENSAL FINAL
1	0,00	0,00	0,00	0,00

onal Hora Reduzida - 1,1428571) \* 20% de AdNt) \* Acrésc. 50% ou 100%]  
11<sup>a</sup>.

benefício) ] / Dias SDF trabalhados no mês

















**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS**

**ANEXO XI**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2024**

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90.017/2024 (PAD 24238/2022), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

<b>Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Nome do representante legal:</b>
<b>Endereço completo:</b>
<b>CEP:</b>
<b>Telefone:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Nº Conta Corrente:</b>

**1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC**, com alocação de profissionais em Postos de

Trabalho, vinculados a Resultados, com aplicação de Níveis Mínimos de Serviços, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência (Anexo I do edital) e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

**1.2.** Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo **(deverão ser preenchidos somente os lote(s)/item para os quais a empresa sagrar-se vencedora. Os demais poderão ser excluídos.):**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1	Analista de Redes e Comunicação de Dados – Sênior	Mês		
	2	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática – Sênior	Posto/Mês		
	3	Administrador de Sistemas Operacionais – Sênior	Posto/Mês		

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	4	Analista de Sistemas de Automação – Pleno	Mês		
	5	Analista de Suporte Computacional – Pleno	Mês		
	6	Cientista de Dados – Master	Mês		

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	7	Administrador em Segurança da Informação – Júnior	Mês		
	8	Administrador em Segurança da Informação – Pleno	Mês		

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
9	Gerente de Projetos de TI	Mês		

**1.2.1.** A especificação completa do item encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

**1.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

**1.4. Da contratação dos itens registrados:**

**1.4.1.** Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**1.4.2.** Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR notificará o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

**1.4.3. Das obrigações do fornecedor:**

**1.4.3.1.** Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

**1.4.3.2.** Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do edital).

**1.4.3.3.** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

**1.4.3.4.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

## **2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**2.1.** Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras previstas no art. 7º do Decreto 11.462/23:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 6;

- c) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

### **3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (ADESÃO)**

**3.1.** Não será permitida a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

### **4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES**

**4.1.** Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**4.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**4.2.2.** Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

### **5. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;
- c) Remanejamento de quantidades.

## **6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

### **6.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados:**

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**6.1.3.** Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 6.3.

### **6.2. Da negociação dos preços registrados:**

**6.2.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.2.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.2.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**6.2.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.2.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

**6.2.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao



preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.2.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.2.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**6.2.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.2 e no item 6.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.2.2.6.** O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

### **6.3. Da repactuação:**

**6.3.1.** Os preços inicialmente registrados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 135 e parágrafos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração analítica da variação dos custos, após o decurso de um ano, com data vinculada à:

I - data da apresentação **da proposta (data da abertura da Licitação)**, em ...../...../....., **para custos decorrentes do mercado;**

II - data do acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, **para os custos de mão de obra.**

**6.3.2.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

**6.3.3.** Para os custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.

**6.3.4.** A repactuação será precedida de **solicitação do contratado**, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**6.3.5.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sob pena de preclusão.

**6.3.6.** O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

**6.3.6.1.** O prazo ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

**6.3.7.** Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual com o pedido de repactuação, submetendo à apreciação da CPC/SACCON - Seção de Análise de Custos das Contratações, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

## **7. DAS SANÇÕES**

**7.1.** Conforme disposto na minuta do contrato.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1. Do cancelamento do registro do fornecedor:** o registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a

ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

**8.1.1.** Descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos.

**8.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

**8.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**8.1.5.** O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

**8.1.6.** A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

**8.1.7.** No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

**8.2. Do cancelamento dos preços registrados:** o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.2.1.** A solicitação do fornecedor para cancelamento do

registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

## **9. DO CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** O Cadastro de Reserva é formado pelas licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e pelas licitantes que mantiverem sua proposta original.

**9.1.1.** A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

**9.2.** Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

- a) Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

## **10. DO FORO**

**10.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

**10.2.** E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a presente, em formato digital, para um só efeito legal.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura Representante legal)

Nome do Representante Legal: .....

Cargo: .....

\_\_\_\_\_  
Solange Maria Vieira

Diretora Geral

**TRE  
PARANÁ****CONTRATO Nº ..../2024****PAD 24238/2022****ANEXO XII****Minuta do Contrato****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,  
que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa**

.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico, com fulcro no artigo 28 inciso I, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, nº .../2024, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços vencedora, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ nº ....., com sede na cidade de ...../UF, Rua ....., nº ....., bairro, CEP: ....., telefones: (....) ...../ ....., e-mail: .....@.....com, neste ato representada por ....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, com alocação de profissionais em Postos de Trabalho, vinculados a Resultados, com aplicação de Níveis Mínimos de Serviços, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, a este se integram.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

## Lote – item – adequar conforme o pedido

**2.1** - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Anexo I, e nos demais anexos do Edital.

**2.2** - Local da prestação dos serviços: sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba, Paraná.

**2.2.1** - Os serviços serão prestados nos dias úteis, observada a jornada diária de 7 (sete) horas, em horário a ser definido pelo Gestor ou Fiscal Técnico do contrato, preferencialmente entre 11h e 20h, acrescido do intervalo intrajornada mínimo.

**2.3** - Serviços que compõem a contratação: conforme quadro abaixo:

### Adequar conforme o pedido

LOTE 1 – SUSTENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA					
ITEM	Especificação do Posto de Serviço	CBO de referência	Jornada Semanal	Quant. de meses	SIASG
1	Analista de Redes e Comunicação de Dados – Sênior	2124-10	35		27014
2	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática – Sênior	3132-20	35		27103
3	Administrador de Sistemas Operacionais – Sênior	2123-15	35		27324

LOTE 2 – INOVAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA					
ITEM	Descrição do Posto de Serviço	CBO de referência	Jornada Semanal	Quant. de meses	SIASG
4	Analista de Sistemas de Automação – Pleno	2124-25	35		27324
5	Analista de Suporte Computacional – Pleno	2124-20	35		27324
6	Cientista de Dados – Master	2031-05	35		27308

LOTE 3 – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO					
ITEM	Descrição do Posto de Serviço	CBO de referência	Jornada Semanal	Quant. de meses	SIASG
7	Administrador em Segurança da Informação – Júnior	2123-20	35		27324
8	Administrador em Segurança da Informação – Pleno	2123-20	35		27324

ITEM	Descrição do Posto de Serviço	CBO de referência	Jornada Semanal	Quant. de meses	SIASG
9	Gerente de Projetos de TI	1425-20	35		27324

**2.4** - De acordo com o art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, esta contratação será realizada:

Lei nº 14.133/2021

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 17/05/2024 12:58:55  
Por: MARIA CAROLINA MARQUES GOMES e outro

- pelo regime de execução: empreitada por preço global;
- e pela forma de fornecimento: pagamento mensal por posto.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **3.1 - Incumbe ao CONTRATANTE:**

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência – Anexo I, Edital de Licitação e seus anexos e deste instrumento contratual;

II- Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, preferencialmente dentro de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/21, admitida prorrogação motivada, por igual período.

III- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV- Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**4.1** - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**4.2** - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

**4.3** - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1** - O presente contrato vigorará pelo período de .... (.....) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ou extinto antecipadamente, nos termos dos incisos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 a critério da Contratante.

### **CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES: 167772;

Elemento de despesa: .....

Nota de Empenho .....NE....., de .....

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: .....

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1** - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$** ..... (.....), considerando a planilha de custos anexa a este contrato, conforme a seguir especificado:



\* A ser preenchido conforme o pedido

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	Número de MESES	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1	Analista de Redes e Comunicação de Dados – Sênior	Posto/Mês				
	2	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática – Sênior	Posto/Mês				
	3	Administrador de Sistemas Operacionais – Sênior	Posto/Mês				
TOTAL:							

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	Número de MESES	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
2	4	Analista de Sistemas de Automação – Pleno	Posto/Mês				
	5	Analista de Suporte Computacional – Pleno	Posto/Mês				
	6	Cientista de Dados – Master	Posto/Mês				
TOTAL:							

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	Número de MESES	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
3	7	Administrador em Segurança da Informação – Júnior	Posto/Mês				
	8	Administrador em Segurança da Informação – Pleno	Posto/Mês				
TOTAL:							

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	Número de MESES	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
9	Gerente de Projetos de TI	Posto/Mês				

**7.1.1** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

**7.1.2** - O pagamento está condicionado a prévia comprovação de quitação das obrigações trabalhistas relativas ao contrato; nos termos do art.121, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.3** - Conforme previsto no NMS – Níveis Mínimos de Serviços – Anexo III - A, ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, assim como na hipótese de ocorrência de faltas sem reposição, nos termos constantes do Termo de Referência - Anexo I.

## **7.2 - Dos custos Acessórios (deverá ser informado no ato do pedido pelo setor demandante)**

**7.2.1 - Das horas extraordinárias:** Fica estimado para pagamento de **160 HE-horas extras por posto** e todos os custos dela decorrentes (como adicionais, vale refeição, transporte, entre outros) o valor total de R\$ ..... (.....), considerando-se todo o período de vigência contratual.

**7.2.2 – Dos laudos:** O valor estimado para reembolso, durante toda a vigência do contrato, por laudo é de R\$.....(constante da planilha de preços), totalizando, para ..... laudos, o valor de R\$ .....

**7.2.3** - Havendo na Convenção Coletiva de Trabalho, apresentada pela empresa vencedora, cláusula de benefício vinculado a eventos futuros, de periodicidade diversa da mensal (prêmio assiduidade), estes somente serão reembolsados mediante comprovação de pagamento pela contratada quando de sua ocorrência (fato gerador), considerando que se trata de um valor variável.

## **7.3 - Do documento fiscal e do pagamento:**

**7.3.1** - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço [acti@tre-pr.jus.br](mailto:acti@tre-pr.jus.br), telefone (41) 3330-8306/ 8869 ou poderá ser apresentado na forma física, encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR, igualmente direcionado ao Gestor.

**7.3.2** - O CNPJ da empresa contratada deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.3.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ da Contratada;
- Data de emissão da nota fiscal;
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Número do contrato e,
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**7.3.4** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.3.5** - O período para faturamento deverá ser mensal.

**7.3.5.1** - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (*pro rata die*), na proporção de 1/30 do valor mensal. Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

**7.4** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia útil** do mês seguinte a prestação dos serviços.

**7.5 - Das Condições de Pagamento:** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos**:

**7.5.1** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**7.5.2** - Prazo para **pagamento da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor (liquidação da despesa)

**7.5.3** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.5.4** - **Como condição para efetivação de seu pagamento, as Notas Fiscais deverão ser acompanhadas obrigatoriamente de:**

**7.5.5** - A CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao: (*Conforme estabelece o art. 50 da Lei nº 14.133/2021*)

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras (se houver previsão), repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III - comprovante de depósito do FGTS;

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

**7.5.5.1** - A contratada deverá encaminhar os seguintes comprovantes aos gestores/fiscais do contrato:

**I - Eventos Totalizadores do eSocial (substitui a relação dos trabalhadores na SEFIP):**

- a. S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador;
- b. S-5003 - Informações do FGTS por trabalhador;
- c. S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte;
- d. S-5013 - Informações do FGTS consolidadas por contribuinte.

**II - GRFGTS - Guia de Recolhimento do FGTS na vigência do eSocial (substitui a GRF).**

**III - DARF - Documento de Arrecadação da Receita Federal gerado no DCTFWeb (substitui a GPS).**

- a) GEFIP/SEFIP ou DOCUMENTOS DO ESOCIAL acima relacionados, comprovando regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Tributos Federais relação nominal dos profissionais alocados para a prestação dos serviços e quantificação dos dias trabalhados;

- b) Guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas;
- c) Cópia das notas fiscais das despesas efetuadas pelos empregados para pagamento do reembolso com despesas de ajuda de custo;
- d) Entre outras comprovações de pagamento de obrigações trabalhistas previstas na planilha de custos, Termo de Referência e neste contrato.
- e) Deverá a fatura ser acompanhada dos comprovantes de eventual pagamento de verbas rescisórias e/ou do CAGED (**Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**), em caso de haver ocorrido demissão ou substituição de empregados no curso deste contrato.

**7.5.5.2** - Conforme disposto no art. 65, incisos I, II e § único da IN 05, de 26 de maio de 2017 do MPDG, a CONTRATADA fica ciente de que o TRE/PR deverá reter:

I - a garantia contratual prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria;

II - os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso II do caput, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de 15 (quinze dias), O contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato. ”

**7.5.5.3** - Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução desta contratação, em razão de término da sua vigência ou de sua extinção, além dos comprovantes mencionados acima deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pela CONTRATADA, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**7.5.5.4** - As comprovações de que trata a cláusula **7.5.5.1** deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução contratual.

**7.5.5.5** - Deverá a fatura ser acompanhada dos comprovantes de eventual pagamento de verbas rescisórias, em caso de haver ocorrido demissão ou substituição de empregados no curso deste contrato.

**7.5.5.6** - Caso tenha ocorrido discussão sobre os valores finais dos serviços e a CONTRATADA tenha direito à complementação, deverá apresentar Nota Fiscal Complementar sem a necessidade dos documentos acima listados, cuja liquidação e pagamento ocorrerá desde que mantida a regularidade fiscal.

**7.5.5.7** - Integra a execução do contrato e é condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a correta apresentação de todos os documentos listados na cláusula 7.5.5.2.

**7.5.5.8** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo (s).

**7.6 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

### 7.7 - Da regularidade fiscal:

**7.7.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.7.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.7.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste instrumento e/ou anexo (s).

**7.8** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

**a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

**b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

**c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.8.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## CLÁUSULA OITAVA: DA REPACTUAÇÃO

**8.1** - Os preços inicialmente contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, após o decurso de um ano, com data vinculada à:

I - data da apresentação **da proposta (data da abertura da Licitação)**, em ....../....., para custos decorrentes do mercado;

II - data do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

**8.1.1** – A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano da data da última concessão, incluindo a repactuação da Ata de Registro de Preços.

**8.2** - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

**8.3** - Para os custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.

**8.4** - A repactuação será precedida de **solicitação do contratado**, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**8.5** - O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato, sob pena de preclusão.

**8.6** - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

**8.6.1** - O prazo ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

**8.7** - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual com o pedido de repactuação, submetendo à apreciação da CPC/SACCON - Seção de Análise de Custos das Contratações, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

**8.8** - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

#### **CLÁUSULA NONA: GARANTIA (Art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021)**

**9.1** - A garantia contratual apresentada pela CONTRATADA com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações quanto a execução contratual, bem como as de natureza trabalhista e previdenciária será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria.

**9.1.1** - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de EXECUÇÃO CONTRATUAL, bem como a de pagamento de multas aplicadas à contratada, VERBAS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS (no edital não faz essa exigência), sendo que deverá estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

**9.1.2** - Para fins de cobertura de EXECUÇÃO CONTRATUAL, a comunicação do sinistro será efetivada quando da abertura do processo administrativo junto à CONTRATADA, e a execução da garantia dar-se-á quando da decisão final, condenatória, exarada pelo CONTRATANTE, que poderá ultrapassar a vigência da apólice, desde que o comunicado de sinistro tenha sido efetivado previamente ao termo final.

**9.2** - Para cumprimento das obrigações, a contratada apresentou garantia contratual na modalidade de seguro garantia, que ficará sob custódia do TRE/PR, no valor de **R\$ .....** (.....), correspondente a **5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato**, com vigência de 03 (três) meses além da vigência contratual, ou seja, até .....

**9.3** - A devolução da garantia ficará condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo a comprovação, pela CONTRATADA, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto, sob pena de Retenção - Execução - da Garantia Contratual para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

**9.4** - A liberação será feita pelo Gestor do Contrato em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência – Anexo I.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**11.2** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.2.1** - Conforme o disposto no item 11.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

**11.2.1.2** - Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:

**a) ADVERTÊNCIA:** Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso na reposição do posto de serviço, quando solicitado pelo TRE;
3	Atraso na entrega de documentos necessários;
4	Falta de retorno às comunicações do TRE pelo preposto;
5	Falta de acompanhamento das atividades pelo preposto;
6	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento.
7	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo;
8	Encaminhar nota fiscal com falta de documento;
9	Não transferir o conhecimento, na fase de transição contratual, se houver.

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	1. Atraso injustificado no início da execução do objeto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, com limite de 10 (dez) dias úteis	0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total

		do contrato.
	2. Descumprimento reiterado às obrigações das normas de sustentabilidade, estipuladas no presente instrumento, inclusive quanto à falta do uso de EPIs na execução dos serviços.	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato.
	3. Descumprimento, a partir do 3º dia útil, quanto ao fornecimento de uniformes e reposições a quaisquer dos postos contratados.	
	4. Falta de qualidade dos serviços e organização dos ambientes, de modo reiterado.	
	5. Não reposição do posto de trabalho, quando necessário, mediante solicitação do TRE;	
	6. Não entrega de todo e quaisquer documentos exigidos, como por exemplo: documento comprobatório do descarte; relação de EPIs a serem utilizados; não apresentação ou apresentação do Laudo de Funcionalidade com atraso superior a 05 (cinco) dias (se houver); entre outros.	
	7. Quando o percentual de glosas – NMR - no mês for superior a 10% (dez por cento), impondo-se inexecução parcial e abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.  Neste caso, o Gestor procederá à glosa do percentual máximo (10% - dez por cento), além de iniciar o PAD pertinente ao processo administrativo.	
<b>GRAVE</b>	<b>Ocorrências sujeitas à multa de mora e/ou multa compensatória, além da aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar:</b>	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
	1. Inobservância reiterada, de forma contínua ou não, dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas;	
	2. Falta de pagamento dos salários aos empregados, sem a regularização; quer seja de parte dos funcionários quer seja do todo;	



	3. Atraso reiterado do pagamento dos salários e/ou vales transporte e alimentação;	
	4. Falta de pagamento dos vales transporte ou alimentação, quer seja de parte dos funcionários ou do todo.	
	5. A falta de pagamento salarial a parte ou todo o corpo funcional	
	6. Entrega parcial do material referente ao período determinado, sem a respectiva reposição, a quaisquer dos fóruns;	
	7. Não entrega de toda a lista de material referente ao período determinado, a quaisquer dos fóruns eleitorais;	
	8. Atrasos na execução e nas condições Contratadas <b>acima</b> dos prazos limites determinados será caracterizado Inadimplemento parcial.	
	9. Não observância das normas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I;	
	10. Atraso na apresentação da garantia, limitado a 20 (vinte) dias úteis.	5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato
	11. A partir de 21 dias úteis de atraso na apresentação da Garantia, poderá ensejar multa compensatória, além da análise quanto à extinção unilateral do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da União.
	12. Atraso injustificado superior a 10(dez) dias úteis no início da execução do objeto será considerado como inexecução parcial, limitado a 30 (trinta) dias úteis.	15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.

<b>GRAVÍSSIMA</b>	1. A partir do 31º dia úteis de atraso na execução dos serviços, poderá haver extinção unilateral do contrato.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ser cumulada com a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da União.
	2. Paralisação total ou abandono da prestação dos serviços, que impliquem extinção unilateral da contratação.	
	3. Inadimplemento total do contrato.	
	4. Não haver a transferência de conhecimento na transição contratual, quando for o caso.	

**b.1)** A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a Contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução contratual.

**b.2)** Considerar-se-á inadimplência reiterada: 03 (três) ocorrências contínuas, a qualquer número de funcionários, ou 05 (cinco) intercaladas durante o exercício financeiro, a qualquer número de funcionários.

**11.2.1.3** - Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

**a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;

**b)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

**c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

**11.2.1.4** - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

**a)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

**b)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de

inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

**e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

**f)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

**g)** inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**h)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

**11.3 -** As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**11.4 -** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.5 -** A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**11.6 -** A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

**11.7 -** As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - art. 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**11.8 -** A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**11.8.1 -** Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União.

**11.9 -** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme art. 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.10 -** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**11.11 -** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.12 -** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1 -** Ficará o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2 -** Poderá também ser causa de extinção contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o art. 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), nos termos do Anexo V - Declaração de Inexistência de Nepotismo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**13.1** - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 7.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**14.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de 2024.

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Solange Maria Vieira**  
Diretora - Geral - TRE/PR  
p/Contratante

<sup>1</sup> Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.